



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
2023

ÍNDICE

A.	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO.....	4
1	A EMPRESA SIMARSUL, SA.....	4
1.1	ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À SIMARSUL PELO ESTADO PORTUGUÊS.....	6
1.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
2	SUMÁRIO EXECUTIVO	7
B.	PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS.....	9
3	ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA (EVEF)	9
4	PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA	9
C.	INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO.....	10
5	PLANO DE ATIVIDADES PLURIANUAL.....	10
5.1	MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	10
5.2	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E ESPECÍFICAS.....	10
5.3	CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	14
5.4	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO.....	14
5.4.1	Plano Anual de Investimentos (PAI).....	14
5.4.2	Orçamento Anual	15
5.4.3	Controlo.....	15
5.4.4	Relatórios de Acompanhamento	15
5.5	PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL	15
5.6	FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO	17
6	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	19
6.1	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL.....	21
6.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL	22
6.3	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	23
7	ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO	24
8	PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS (PRC)	29
8.1	GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE).....	31
8.2	GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS (GO/VN).....	32
8.2.1	CMVMC.....	33
8.2.2	Desinfecção UV	33
8.2.3	Conservação e Manutenção.....	34
8.2.4	Energia	34
8.2.5	Tratamento e transporte de Resíduos.....	36
8.2.6	Tratamento e transporte de Lamas.....	36
8.2.7	SMAS Almada.....	37
8.2.8	RH – Formação	37
8.2.9	Atualização bases da carreira DL 5 I/2022, de 26 de junho.....	38
8.2.10	Acordo Coletivo de Trabalho – Anexo III.....	38
8.2.11	Contratação de novos trabalhadores	39

8.2.12	Deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel.....	39
8.2.13	Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria.....	40
8.3	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO.....	40
8.4	FROTA AUTOMÓVEL	41
8.4.1	Plano de Substituição de Viaturas no Grupo AdP (FROTA VERDE).....	41
8.4.2	Aplicação IFRS 16 no prolongamento e substituição de viaturas	48
9	RECURSOS HUMANOS.....	49
9.1.1	Quadro de Recursos Humanos	49
9.1.2	Gastos com pessoal.....	51
10	VARIAÇÕES DOS ENCARGOS 2022	54
10.1	ATUALIZAÇÃO SALARIAL DE 1,2%.....	54
10.2	ATUALIZAÇÃO DAS BASES DA CARREIRA.....	54
10.3	CLÁUSULA 21ª DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO (ACT)	55
11	VARIAÇÕES DOS ENCARGOS 2023	55
11.1	ACORDO PLURIANUAL DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	56
11.2	PROGRESSÃO E PROMOÇÃO SALARIAL – ANEXO III ACT	57
11.3	PRÉMIOS DE DESEMPENHO.....	57
11.4	CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES	58
11.4.1	Por aumento de atividade	59
11.5	EXERCÍCIO DE FUNÇÕES EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO	61
11.6	PROGRAMA DE TRAINEES DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL	63
11.7	PROGRAMA REJUVENESCER	65
12	INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS.....	66

Lista de Tabelas

Tabela 1- Estrutura Acionista	4
Tabela 2- Pressupostos macroeconómicos	9
Tabela 3- Investimento previsto no triénio	16
Tabela 4- Detalhe do investimento previsto no triénio	16
Tabela 5- Cálculo do valor do investimento relevante	17
Tabela 6- Fontes de financiamento	18
Tabela 7- Endividamento	18
Tabela 8- Evolução do Volume de Negócios	20
Tabela 9- Demonstração da posição financeira previsional	21
Tabela 10- Demonstração dos resultados por naturezas previsional	22
Tabela 11- Demonstração de fluxos de caixa previsional	23
Tabela 12- Cumprimento do Despacho n.º 252/2022 – SET, de 18 de agosto	27
Tabela 13- Plano de redução de custos	29
Tabela 14- Plano de redução de custos – Efeito COVID-19	30
Tabela 15- Plano de redução de custos – Efeito Geopolítico e Energia	30
Tabela 16- Plano de redução de custos – Corrigido dos Efeitos COVID-19, Geopolítico e Energia	31
Tabela 17- Plano de redução de custos – Corrigido dos Efeitos	32
Tabela 18- Estimativa da evolução dos encargos com energia suportados pelas empresas do Grupo AdP	35
Tabela 19- Prazo médio de pagamentos (PMP)	40
Tabela 20- Frota operacional do Grupo AdP	44
Tabela 21- Plano de substituição de viaturas	47
Tabela 22- Encargos operacionais – ativo e passivo – Frota SIMARSUL	48
Tabela 23- Quadro de recursos humanos	49
Tabela 24- Movimento de pessoal - 2023	50
Tabela 25- Admissões de trabalhadores previstas do PAO 2021	51
Tabela 26- Gastos com pessoal – 2021 a 2025	51
Tabela 27- Evolução dos gastos com pessoal – 2019 a 2023	52
Tabela 28- Variação dos gastos com pessoal – 2021 a 2023	53
Tabela 29- Acréscimo dos gastos com pessoal decorrentes da aplicação do APVTAP - 2023	56
Tabela 30 -Admissão de trabalhadores – Regularização de vínculos	58
Tabela 31 -Admissão de trabalhadores – Reforço área STI	58
Tabela 32 -Admissão de trabalhadores – Integração do município de Setúbal	59
Tabela 33 -Admissão de trabalhadores – Programa de Neutralidade Energética e Plano de Lamas	61
Tabela 34 -Indemnizações compensatórias	66

Lista de Figuras

Figura 1 – Área de abrangência da concessão	5
Figura 2 – Dimensão da Empresa - Infraestruturas	5
Figura 3 – Estrutura Organizacional da Empresa	7

A. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

I A EMPRESA SIMARSUL, SA

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 25 milhões de euros, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, formalizado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

A empresa SIMARSUL foi constituída com a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	25 000 000	25 000 000	100,00%

Tabela I - Estrutura Acionista

Estima-se em cerca de 600 mil habitantes a população atualmente residente nos 7 municípios que estão a ser servidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Sesimbra) e em Azeitão, pertencente ao município de Setúbal e servida através do cliente Águas do Sado.

O município de Setúbal integrar-se-á no dia 18 de dezembro de 2022 como pleno utilizador, ou seja no dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos, ou a partir da data em que, por modificação, rescisão ou resgate do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema, devendo, em qualquer caso, a plena integração ocorrer em 2023.

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.



Figura 1 – Área de abrangência da concessão

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração, previstos para a concessão:



Figura 2 – Dimensão da Empresa - Infraestruturas

1.1 ATIVIDADE DA CONCESSÃO ATRIBUÍDA À SIMARSUL PELO ESTADO PORTUGUÊS

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da SIMARSUL, para o triénio 2021/2023 foram eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas, realizada a 12 de março de 2021.

Atualmente a empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:

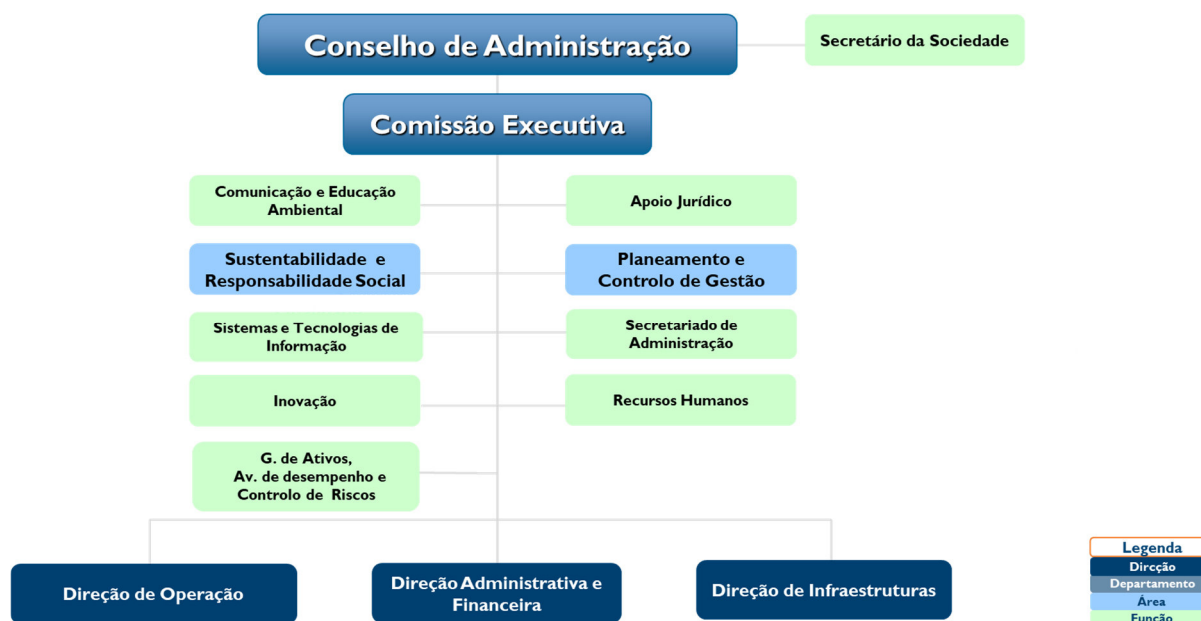


Figura 3 – Estrutura Organizacional da Empresa

2 SUMÁRIO EXECUTIVO

A SIMARSUL é uma empresa pública que integra o perímetro de consolidação do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) e que pertence ao Setor Empresarial do Estado (SEE), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A empresa encontra-se organizada para o cumprimento da missão e objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente no:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguardando a sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantindo o cumprimento do respetivo contrato de concessão.

A empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos custos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O ano de 2022 foi e será marcado pela invasão na Ucrânia que tem condicionado a atividade económica mundial, com consequências no aumento da inflação (quando a economia mundial começava a recuperar dos efeitos da pandemia de covid-19), das taxas de juros, o aumento generalizado, e que há décadas não se via, dos preços do mercado energético, entre outros, que impedem que qualquer entidade consiga prever com grande fiabilidade a sua estimativa de gastos e de rendimentos.

As repercussões dos impactos da crise Geopolítica e Económica, na atividade da SIMARSUL fazem-se sentir, quer pelo aumento generalizado de todos os gastos essenciais para uma prestação de serviço de qualidade, quer pela dificuldade de adjudicação dos investimentos previstos no Contrato de Concessão.

A pandemia e a seguir a guerra, agravada pela invasão Russa e pelas posteriores sanções económicas têm também consequências incalculáveis a nível social, já que a subida generalizada dos preços de bens essenciais e as quebras de cadeias de distribuição têm efeitos devastadores para a maioria das organizações e população, às quais a SIMARSUL e os seus trabalhadores não serão alheios.

O município de Setúbal integrar-se-á no dia 18 de dezembro de 2022 como pleno utilizador, ou seja no dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos, ou a partir da data em que, por modificação, rescisão ou resgate do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema, devendo, em qualquer caso, a plena integração ocorrer em 2023.

A estratégia adotada desde 2017 de redução do indicador Gastos Operacionais/Volume de Negócios (GO/VN), através de um conjunto de ajustamentos nos gastos operacionais, nomeadamente, nos fornecimentos e serviços externos (FSE), diminuíram a capacidade de garantir a continuidade e qualidade do serviço prestado conforme previsto na legislação, mas sobretudo colocaram em causa a resiliência das infraestruturas para o período da concessão. A continuação desta estratégia, tendo em consideração o cenário macroeconómico e social atual, bem como as crescentes exigências ambientais e legais, terá seguramente consequências gravosas para o desempenho da SIMARSUL.

Assim, o presente Plano de Atividades e Orçamento prevê todos os gastos, rendimentos e investimentos necessários à prossecução de um serviço de qualidade e em segurança, bem como todos os gastos que permitam dirimir o impacto do cenário atual na vida dos trabalhadores da SIMARSUL.

O plano de atividades e orçamento de 2023-2025 foi preparado com base na melhor estimativa disponível à data, num ambiente nacional e internacional que se caracteriza pelos ainda existentes efeitos da Covid-19 e do elevado grau de incerteza associado ao conflito armado na Ucrânia.

No presente documento, preparado por forma a dar cumprimento às orientações recebidas, a SIMARSUL cumpre os rácios e os indicadores e são apresentadas as respetivas justificações quando não o faz, solicitando a respetiva autorização para que as mesmas sejam aceites.

O financiamento da empresa assenta em recursos próprios, em fundos da União Europeia e em financiamentos do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Na definição da sua forma de financiamento a SIMARSUL beneficia da relação de grupo com o acionista maioritário Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP).

O PAO Relativo ao ano de 2022 entregue no dia 19 de novembro de 2021 obteve de Sua Exa. O Secretário de Estado do Tesouro despacho favorável de aprovação, com o número 405/2022, que se anexa.

B. PRINCÍPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS

3 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA (EVEF)

O presente documento constitui a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da SIMARSUL para o exercício de 2023. A proposta de PAO apresentada teve por base o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da empresa. O referido EVEF constitui o anexo III do contrato de concessão celebrado entre o Estado e a empresa.

O ano de 2022 constitui o sexto ano das demonstrações financeiras da empresa, apresentando-se na presente proposta o respetivo comparativo histórico com dados reais, relativos a 2021.

4 PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA

Para além do cumprimento das determinações legais e das diversas orientações governamentais, o PAO 2023 visa cumprir as instruções emanadas do Grupo AdP e as orientações recebidas da tutela e dos acionistas, refletidas nos contratos de gestão.

O exercício de orçamentação para a preparação do PAO 2023 teve como base o EVEF anexo ao contrato de concessão e as instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2023, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Os pressupostos macroeconómicos utilizados e que se reproduzem no quadro seguinte foram:

Pressupostos	EF 2022	PAO 2023	ESTIMATIVA 2024	ESTIMATIVA 2025
Taxa EURIBOR 1 mês	-0,34%	0,97%	1,27%	1,27%
Taxa EURIBOR 3 meses	0,00%	1,30%	1,60%	1,60%
Taxa EURIBOR 6 meses	0,44%	1,74%	2,04%	2,04%
Taxa EURIBOR 12 meses	1,19%	2,49%	2,79%	2,79%
Financiamento BEI	Conforme Contratos	Conforme Contratos	Conforme Contratos	Conforme Contratos
Remuneração Aplicações Tesouraria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Obrigações do Tesouro	1,81%	2,41%	2,41%	2,41%
Spread	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de remuneração do capital accionista	4,81%	5,41%	5,41%	5,41%
Inflação IHPC	5,90%	2,70%	2,00%	2,00%
Inflação Eletricidade	0,00%	450,00%	5,66%	5,66%
Taxa de Impostos Sobre os Lucros	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama Estadual >1,5m€ <=7,5 M€	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de Derrama Estadual >7,5 M€ <= 35M€	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Derrama Estadual >35 M€	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

Tabela 2- Pressupostos macroeconómicos

C. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

5 PLANO DE ATIVIDADES PLURIANUAL

5.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

5.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E ESPECÍFICAS

As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato 2021/2023, dos administradores da SIMARSUL e que se preveem para os próximos mandatos, encontram-se dependentes da prévia fixação das orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas fixadas para o Conselho de Administração (CA) da AdP SGPS, por despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado do Ambiente, em linha com o Programa do XXII Governo Constitucional, aprovado na Assembleia da República.

Assim, e sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Simarsul S.A. deverá:

- a. Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b. Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

- h. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Para além das orientações estratégicas gerais foram ainda definidas as Orientações Estratégicas específicas em que ao Conselho ficou atribuído o dever de assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- 1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- 2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- 3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- 4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através da AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Com a definição das orientações estratégicas gerais e específicas, objetivos, indicadores e metas para cada mandato, é anualmente realizada a monitorização dos objetivos de gestão e do mandato, pelos acionistas, que constará do relatório de gestão e de prestação de contas anuais.

Em 2023 a SIMARSUL pretende continuar o trabalho iniciado em 2017 e prosseguido entre 2018 e 2022 na procura do atingimento dos objetivos definidos no contrato de concessão, em cumprimento com as orientações emanadas para o Grupo AdP e com a demais legislação aplicável.

Assegurada, desde 2018, a manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança pelas Normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, a empresa continuará a desenvolver esforços para o cumprimento dos requisitos associados.

O Conselho de Administração, no cumprimento das orientações recebidas dos seus acionistas e dado estar ciente da importância que estas questões terão na viabilidade e no equilíbrio económico e financeiro da atividade da sociedade, tem em desenvolvimento de um conjunto de trabalhos com vista à certificação nas normas NP EN ISO 50001 e ISO 55001. No entanto e com os cortes necessários efetuar para o cumprimento de limites orçamentais, a situação vivida da pandemia COVID 19 e a conjuntura atual decorrente do conflito na Ucrânia não foi possível concretizar este objetivo, prevendo-se o seu atingimento em 2023.

Paralelamente, procedeu, em alguns casos, a ajustamentos temporais do Plano de Investimentos constante do EVEF, quer como resultado da alteração de prioridades para prossecução do serviço público, quer por constrangimentos de mercado, procurando garantir uma execução atempada dos mesmos, durante o atual período tarifário (2017-2026).

A empresa procurou intensificar, sempre que possível, a realização do seu plano de investimentos e iniciou novos projetos ao nível da avaliação funcional das infraestruturas e da Segurança no Trabalho. Adicionalmente implementou melhorias funcionais e tecnológicas que não foram executadas em exercícios anteriores, devido à falta de recursos humanos, aos constrangimentos à contratação de pessoal e às alterações de condições de mercado.

A SIMARSUL prevê a continuação do desenvolvimento de esforços no sentido de otimizar os recursos da empresa e de minimizar a aquisição de energia ao exterior, quer por via da aposta em energias renováveis, em detrimento de combustíveis fósseis, quer por via de um maior aproveitamento da energia gerada no processo operacional.

O Grupo AdP – Águas de Portugal, de que a SIMARSUL faz parte, está a implementar um programa integrado que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030.

Com o programa ZERO, a SIMARSUL e as empresas do Grupo AdP posicionam-se como o primeiro grupo de dimensão internacional a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Programa ZERO prevê que as empresas do Grupo AdP atinjam cerca de 80% de neutralidade energética no prazo de 10 anos, assente numa estratégia continuada de redução de consumos e de aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nível ambiental salienta-se que, em 2030, o Programa de Neutralidade permitirá eliminar cerca de 205 ton/ano de emissões de CO₂, representando uma poupança, para Portugal, de cerca de 5,3 milhões de euros por ano (a preços atuais).

Tendo o biogás e a energia fotovoltaica como apostas energéticas da SIMARSUL, pretende-se conseguir a concretização deste programa através do aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais (ETAR), mas também de energia solar fotovoltaico, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo e do armazenamento de energia, estimando-se ser possível vir a concretizar, já nos próximos anos, uma produção de 4,7 GWh/ano de energia 100% renovável, dos quais 3,8 GWh/ano provenientes de energia solar fotovoltaica.

A maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção e armazenamento de energia no core da atividade de saneamento de águas residuais e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. Implicará ainda a aposta na digitalização dos processos e na qualificação dos trabalhadores, sem esquecer o relevante contributo para o desenvolvimento regional e social.

No que respeita às medidas de eficiência energética, é objetivo da SIMARSUL aumentar a sua eficiência reduzindo os seus consumos para o atual nível de serviço em 2,6GWh/ano e aumentar a produção de energia a partir de biogás em aproximadamente 0,8 GWh/ano nas suas atividades, em função de investimentos criteriosos que terá de fazer nesse sentido e que tem em estudo.

Este projeto com os resultados imediatos anteriormente apresentados resultará dos investimentos a efetuar até 2030 numa redução global de consumo de energia da rede pública em cerca de 12GWh/ano.

A empresa continuará a encetar esforços no sentido de diminuir a dívida vencida dos utilizadores e clientes da SIMARSUL, quer por via da celebração de acordos de dívida, quer, quando não for possível o acordo, através da instauração de processos judiciais.

5.3 CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A SIMARSUL não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar, ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, o modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da SIMARSUL.

5.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da empresa, a SIMARSUL tem vindo a encetar esforços no sentido de dispor de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

5.4.1 PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS (PAI)

O PAI, elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos, consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa conta realizar durante o referido período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade do serviço prestado e de eficiência organizacional.

A execução de cada um dos projetos de investimento é controlada rigorosamente, por meio do sistema SAP ERP, sempre que o processo de contratação se inicia e após a validação de todas as aprovações necessárias, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede do PAI e que não cumpram escrupulosamente a delegação de competências em vigor na empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar, não previsto no PAI, carece de deliberação do CA, independentemente do montante envolvido.

O PAI ora apresentado apresenta os ajustamentos temporais necessários, decorrentes do início de atividade da SIMARSUL ter ocorrido somente em julho de 2017, bem como dos constrangimentos verificados, em resultado das limitações para a admissão dos recursos humanos previstos no contrato de concessão e das circunstâncias de mercado.

5.4.2 ORÇAMENTO ANUAL

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na SIMARSUL, com a participação ativa de todos os responsáveis da empresa, os quais ficam vinculados à justificação dos desvios supervenientes perante o CA. Este documento apresenta as linhas previsionais da empresa, para um horizonte temporal de três anos, permitindo ainda avaliar a trajetória evolutiva, em termos dos seus proveitos, custos e património.

5.4.3 CONTROLO

Pretende-se que o controlo da execução do PAI e do Orçamento Anual seja feito mensalmente, através da elaboração de Relatórios de Controlo de Gestão que permitirão monitorizar um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e operacionais.

O cumprimento dos objetivos de gestão definidos para o mandato dos gestores é auditado anualmente pelo acionista maioritário (AdP SGPS), constando o mesmo dos relatórios anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no site da empresa.

5.4.4 RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

5.5 PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

O contrato de concessão da SIMARSUL estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento total, a preços constantes de 2016, de cerca de 49 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 25 milhões de euros.

Até ao final de 2025 prevê-se a realização do seguinte investimento:

Investimento em Capital Fixo	2021	2022	2022	2023	2024	2025
<i>Unidade: euros</i>	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Edifícios e Outras Construções	983 089	7 232 677	1 878 552	7 094 972	3 253 469	1 806 654
Equipamento Básico	1 221 741	3 394 913	2 259 125	2 613 310	4 755 027	3 958 461
Outros	-72 830	1 093 480	539 152	1 143 385	444 558	653 183
Investimento	2 131 999	11 721 071	4 676 829	10 851 668	8 453 054	6 418 298

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 3- Investimento previsto no triénio

O valor do investimento previsto para a estimativa de fecho de 2022 apresenta uma subida face ao realizado em 2021 e uma diminuição face ao que se encontrava previsto no PAO 2022 aprovado, em virtude de atrasos verificados na contratação e arranque de algumas empreitadas, resultantes de procedimentos concursais, relativos à contratação de projetos de execução e de empreitadas, que ficaram desertos decorrentes da conjuntura atual do mercado. Estas situações obrigaram à reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2023, no sentido de assegurar o cumprimento do respetivo plano de investimentos da empresa, previsto no contrato de concessão para o quinquénio, recuperando desta forma o atraso verificado.

No quadro abaixo, apresenta-se o investimento dividido pelas empreitadas a realizar e os restantes investimentos da empresa que correspondem aos trabalhos que se prevê que decorram, total ou parcialmente, em 2023, bem como a sua planificação ao longo do triénio:

Descrição do investimento	Realização até Dez/2022	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto
		2023	2024	2025		
Empreitadas	3 542 869	8 616 229	7 144 492	4 955 162	2 512 769	30 295 097
Invest. de preparação e apoio às Empreitadas	359 247	270 925	316 333	500 824	224 547	2 017 765
Outros Investimentos	774 713	1 964 513	992 229	962 312	14 348 327	19 832 451
TOTAL GLOBAL	4 676 829	10 851 668	8 453 054	6 418 298	17 085 643	52 145 313

Detalhe anexo ao presente documento

Tabela 4- Detalhe do investimento previsto no triénio

A metodologia adotada para a priorização dos investimentos é a constante do contrato de concessão.

A empresa não apresenta novos investimentos com expressão material, tendo em conta que todos os investimentos previstos figuravam no plano de investimento do ano anterior e, de acordo com os cálculos abaixo apresentados, a empresa não apresenta investimentos previstos para qualquer ano do triénio que sejam iguais ou superiores a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa em qualquer ano.

Cálculo do valor do Investimento relevante:			
	2023	2024	2025
Investimento	10 851 668	8 453 054	6 418 298
CMVMC	539 669	722 627	738 943
FSE	14 508 412	10 738 150	9 371 444
GP	4 762 749	4 888 727	5 057 669
OGO	207 216	196 688	198 794
Total	30 869 714	24 999 245	21 785 148
10%	3 086 971	2 499 925	2 178 515

Tabela 5- Cálculo do valor do investimento relevante

Contudo, existem investimentos relevantes previstos no PAI que já figuravam no PAO de 2022, os quais estão relacionados com o Programa de Neutralidade Energética e o Plano de Lamas que já foram alvo de pedidos de autorização junto do concedente para a realização dos projetos por parte do acionista Águas de Portugal SGPS SA pelo que os investimentos relativos a estes projetos poderão vir a ser considerados como relevantes, desde que aprovados.

Estes investimentos foram, neste âmbito, já avaliados quanto ao seu custo/benefício, determinante para a sua inclusão neste PAI e posterior realização.

Adicionalmente, com a integração plena do município de Setúbal, em dezembro de 2022, prevê-se também a integração do respetivo património, num montante global estimado em cerca de 7,7 milhões de euros, de acordo com os valores constantes do EVEF, anexo ao contrato de concessão (avaliação patrimonial em curso).

No que concerne a medidas de racionalização do investimento em empresas participadas, a SIMARSUL mantém a participação financeira de 5.000 euros na S.ENERGIA.

No que diz respeito a medidas de racionalização no património imobiliário, trata-se de matéria não aplicável à SIMARSUL, uma vez que a empresa não detém, nem prevê deter, património imobiliário.

5.6 FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da SIMARSUL, atendendo não só ao necessário Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do EVEF da SIMARSUL.

A estruturação financeira da empresa prevista no EVEF, que suporta este documento, considera o recurso às seguintes fontes de financiamento, para além do autofinanciamento:

- O Capital Social, que ascende a 25 milhões de euros;
- A comparticipação total de fundos comunitários, no montante de aproximadamente 74,8 milhões de euros;
- Os empréstimos do BEI.

O total de financiamento do BEI contratado de aproximadamente 100 milhões de euros já foi utilizado na totalidade.

Para o ano de 2023, prevê-se um nível de endividamento bruto de cerca de 69,0 milhões de euros, dos quais 62,5 milhões relativos aos empréstimos BEI III, cujo reembolso dos valores contratados se prevê que ocorra até ao final de 2034. Este dividem-se entre 56,1 milhões relativos a médio-longo prazo e 6,4 milhões a curto prazo. Adicionalmente, poderá ser necessário recorrer a financiamentos de curto prazo, junto da banca comercial ou através de suprimentos, num montante de cerca de 6,6 milhões de euros, para fazer face ao volume de investimento previsto realizar pela empresa.

No que respeita ao período em análise (2023-2025), identificam-se, de seguida, as fontes de financiamento:

Fontes de Financiamento	2021 REAL	2022 PAO	2022 EF	2023 PAO	2024 ESTIMADO	2025 ESTIMADO
Unidade: euros						
Passivos não Correntes	121 988 487	115 381 031	115 307 471	107 484 084	98 679 359	89 420 128
Empréstimos	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
BEI	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
Subsídios ao investimento	55 345 356	53 800 717	53 757 738	51 374 861	48 298 475	45 090 708
Subsídios Comunitários	51 752 229	50 164 923	50 274 958	47 965 646	44 962 825	41 828 623
Outros Subsídios	3 593 127	3 635 794	3 482 779	3 409 214	3 335 649	3 262 084
Passivos Correntes	5 017 313	8 263 342	6 041 452	12 938 158	14 975 721	18 618 626
Empréstimos	5 017 313	8 263 342	6 041 452	12 938 158	14 975 721	18 618 626
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 017 313	5 141 000	6 041 452	6 384 022	5 771 585	6 114 490
Banca Comercial/Suprimentos	0	3 122 342	0	6 554 136	9 204 136	12 504 136
Total	127 005 801	123 644 373	121 348 923	120 422 243	113 655 080	108 038 754

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 6- Fontes de financiamento

Apresenta-se, de seguida, a estrutura de endividamento para o triénio:

Endividamento	2021 REAL	2022 PAO	2022 EF	2023 PAO	2024 ESTIMADO	2025 ESTIMADO
Unidade: euros						
Passivos não Correntes	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
Empréstimos	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
BEI	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
Passivos Correntes	5 017 313	8 263 342	6 041 452	12 938 158	14 975 721	18 618 626
Empréstimos	5 017 313	8 263 342	6 041 452	12 938 158	14 975 721	18 618 626
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 017 313	5 141 000	6 041 452	6 384 022	5 771 585	6 114 490
Banca Comercial/Suprimentos	0	3 122 342	0	6 554 136	9 204 136	12 504 136
Endividamento bruto	71 660 445	69 843 656	67 591 185	69 047 382	65 356 605	62 948 046
Ativos Financeiros	2 274 998	2 274 998	2 274 998	0	0	0
Caixa e Bancos	6 564 479	100	2 842 785	1 300 100	1 492 366	1 601 168
Endividamento líquido	62 820 968	67 568 558	62 473 402	67 747 282	63 864 239	61 346 878
Variação do Endividamento						
$[(cn-cn-1)+(en-en-1)-dn]/[cn-1+en-1]$		-1,9%	-4,2%	1,6%	-3,9%	-2,7%
Empréstimos Bancários de MLP (a)	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
Empréstimos Bancários (b)	5 017 313	8 263 342	6 041 452	12 938 158	14 975 721	18 618 626
FRn (c=a+b)	71 660 445	69 843 656	67 591 185	69 047 382	65 356 605	62 948 046
Novos Investimentos (d)		0	0	0	0	0
Capital Social (e)	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 7- Endividamento

No final de 2022, prevê-se que o endividamento apresente uma variação negativa de 4,2%, inferior à prevista em sede de PAO 2022, no qual essa variação negativa era somente de 1,9%.

No que se refere à variação do endividamento de 2022 para 2023, pela aplicação da fórmula constante das IPG 2023, prevê-se que a mesma se cifre num aumento de 1,6%.

Ainda relativamente ao PAO 2022, atrasos na contratação de investimentos implicaram um adiamento para 2023 do recurso a linhas de crédito na banca comercial, para suprir necessidades de tesouraria.

6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Todos os elementos económicos e financeiros, bem como de atividade, apresentados no presente documento, correspondem às melhores previsões da empresa, sendo suportadas no EVEF (anexo III do contrato de concessão) e no Orçamento para 2023.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e normas interpretativas (SIC/IFRIC), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2015.

O PAO agora apresentado incorpora já as alterações derivadas da implementação da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019 que estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços, de acordo com um modelo único, semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras. A implementação da IFRS 16 tem impacto ao nível da Demonstração de Resultados nas contas de Fornecimentos e Serviços Externos - Aluguer de viaturas, Amortizações de equipamento de transporte, Amortizações de Licenças (intangíveis) e Gastos Financeiros ao nível da Demonstração da Posição Financeira, nas contas de Ativos sob direito de uso (custo de aquisição), Ativos sob direito de uso (amortizações acumuladas) e Passivos da locação. Os impactos verificados não são significativos em termos dos rácios calculados para monitorizar a otimização da estrutura de gastos operacionais.

Tal como já referido, toda a informação previsional apresentada para o período de 2022-2025 teve por base o EVEF anexo ao contrato de concessão.

Em 2023, a SIMARSUL prevê um aumento do seu nível de atividade por via da integração plena do município de Setúbal na SIMARSUL e a consequente operação das suas infraestruturas de saneamento.

Prevê-se a seguinte evolução do Volume de Negócios da empresa, para o período de 2021 a 2025:

Decomposição Volume Negócios *		2021 REAL	2022 PAO	2022 EF	2023 PAO	2024 ESTIMADO	2025 ESTIMADO
Vendas	€	-	-	-	-	-	-
(4) Vendas sem efeito do COVID-19, Geopolítico e Energia (1)-(2)-(3)	€	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	€	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
Saneamento							
Volume faturado	m3	31 934 122	31 195 240	31 233 805	42 136 758	42 291 173	42 446 360
V. unitário/tarifa (média)	€/m3	0,5765	0,5934	0,5942	0,6740	0,6891	0,7026
Sub-total saneamento	€	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
Outras rubricas saneamento	€	-	-	-	-	-	-
(5) Total Saneamento	€	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
(8) Prestação de serviços sem efeito do COVID-19, Geopolítico e Energia (5)-(6)-(7)	€	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
(9) Volume de Negócios da DR (1)+(5)	€	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
(10) Efeito COVID-19 no Volume de Negócios (2)+(6)	€	-	-	-	-	-	-
(11) Efeito Geopolítico e Energia no Volume de Negócios (3)+(7)	€	-	-	-	-	-	-
(12) Volume de Negócios corrigido (4)+(8)	€	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298

* Entende-se por volume de negócios o somatório das Vendas e da Prestação de Serviços

(1) e (5) Projeção da DR, afetada do efeito COVID-19, Geopolítico e Energia

(2)(3)(6) e (7) Projeção do efeito da pandemia COVID-19, Geopolítico e Energia

(4) e (8) Projeção corrigida do efeito da pandemia COVID-19, Geopolítico e Energia

Tabela 8- Evolução do Volume de Negócios

No final de 2022, prevê-se um volume de negócios ligeiramente acima do previsto no PAO 2022, em virtude da tarifa média ser superior ao que tinha sido previsto no referido PAO. Face a 2021, verifica-se um aumento de cerca de 0,8%.

Para 2023 verifica-se novo aumento do volume de negócios, em resultado não só do aumento do caudal, pela integração do Município de Setúbal, em linha com o previsto no EVEF anexo ao contrato de concessão, como também da atualização da tarifa aplicada, cujos cálculos da atualização foram devidamente validados pela ERSAR e confirmados pelo concedente.

Refira-se que a SIMARSUL se encontra no período de convergência tarifária, pelo que a tarifa do sistema a aplicar em cada ano é a que se encontra previamente definida no EVEF anexo ao contrato de concessão, devidamente atualizada de acordo com a inflação prevista para o ano. Em resultado desta situação, verifica-se um crescimento do volume de negócios para 2023, face a 2022, de cerca de 53,0%, não cumprindo o disposto na alínea i), do n.º 2 do Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto, do SET, derivado do aumento significativo esperado que resulta da celebração do contrato de recolha com o município de Setúbal, sendo os valores apresentados, os constantes do EVEF anexo ao contrato de concessão e no respetivo modelo técnico que esteve na sua origem, considerando que se trata da melhor informação disponível à data.

No entanto, é importante referir que, a evolução do volume de negócios na SIMARSUL segue regras próprias, conforme já anteriormente referidas, nomeadamente ao nível do cumprimento do contrato de concessão e da sujeição da atividade à regulação da ERSAR e que, por essa via, não deveria estar sujeita à aplicabilidade da referida alínea i), do n.º 2 do Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto.

Para 2024 e 2025, estima-se uma trajetória igualmente ascendente para o volume de negócios, em resultado de previsões de crescimento não só do valor das tarifas médias, como também dos volumes a faturar pela empresa.

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2021	2022	2022	2023	2024	2025
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Ativos não correntes	217 877 813	226 006 594	224 119 735	226 686 172	224 480 561	221 476 849
Ativos intangíveis líquidos	145 667 008	152 016 251	150 746 153	151 629 882	147 677 476	144 199 005
Ativos intangíveis	214 754 527	226 732 905	227 168 599	237 420 267	245 873 321	255 291 619
Amortizações acumuladas	69 087 520	74 716 654	76 422 446	85 790 385	98 195 845	111 092 614
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 987	31 297	30 670	29 268	28 051	26 786
Ativos fixos tangíveis	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684
Amortizações acumuladas	5 697	6 387	7 014	8 416	9 633	10 898
Ativos sob direito de uso líquidos	99 617	467 858	83 618	546 623	507 155	466 125
Ativos sob direito de uso	476 651	980 651	219 562	819 562	819 562	819 562
Amortizações acumuladas	377 035	512 793	135 944	272 939	312 407	353 437
Outros ativos financeiros	2 351 161	2 349 997	2 352 540	77 543	86 591	95 998
Fundo de reconstituição de capital social	2 274 998	2 274 998	2 274 998	0	0	0
Partes de capital	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros investimentos financeiros	71 163	70 000	72 543	72 543	81 591	90 998
Impostos diferidos ativos	4 451 101	4 923 434	4 735 853	5 150 497	5 620 497	6 220 497
Desvio tarifário ativo	64 281 168	66 217 756	65 413 728	68 740 552	70 301 309	70 468 439
Clientes e outros ativos não correntes	995 772	0	757 173	511 807	259 482	0
Ativos correntes	15 116 529	7 559 505	12 197 769	10 721 392	12 197 215	12 547 457
Inventários	199 140	26 773	32 618	47 060	63 015	64 438
Clientes	5 966 864	5 740 995	6 140 167	6 871 428	6 684 791	6 698 890
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	187 643	0	424 438	0	0
Outros ativos correntes	2 338 546	1 603 994	3 182 199	2 078 365	3 957 043	4 182 962
Acréscimo de rendimentos	1 212 081	17 515	1 319 706	1 307 374	1 312 592	1 312 592
Gastos a reconhecer	66 682	5 885	12 344	12 222	12 222	12 222
Outros devedores	11 658	188 021	181 732	3 062	1 327 783	1 360 808
Estado e outros entes públicos	1 048 126	1 392 574	1 668 416	755 707	1 304 447	1 497 340
Outros ativos financeiros	47 500	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	6 564 479	100	2 842 785	1 300 100	1 492 366	1 601 168
TOTAL DO ATIVO	232 994 342	233 566 099	236 317 503	237 407 563	236 677 777	234 024 306
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	605 507	651 113	652 660	748 013	869 298	994 291
Resultados transitados	41 297 125	42 163 638	42 193 041	44 004 737	46 309 167	48 684 026
Resultado líquido do exercício	943 070	943 404	1 907 048	2 425 716	2 499 852	2 563 849
Total do capital próprio	67 845 701	68 758 155	69 752 749	72 178 465	74 678 318	77 242 166
Passivos não correntes	156 227 528	150 400 892	155 973 561	148 222 461	141 221 837	133 403 921
Provisões	0	0	30 080	30 080	0	0
Empréstimos	66 643 131	61 580 314	61 549 733	56 109 224	50 380 884	44 329 420
Passivos da locação	1 554	125 485	0	96 354	40 698	40 698
Fornecedores e outros passivos não correntes	2 997 426	2 767 923	10 572 928	10 393 283	10 397 599	10 397 496
Impostos diferidos passivos	15 655 909	15 690 414	15 732 424	16 274 172	16 406 485	16 451 081
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratua	15 584 151	16 436 040	14 330 658	13 944 488	15 697 696	17 094 519
Subsídios ao investimento	55 345 356	53 800 717	53 757 738	51 374 861	48 298 475	45 090 708
Passivos correntes	8 921 113	14 407 053	10 591 193	17 006 637	20 777 622	23 378 220
Empréstimos	5 017 313	8 263 342	6 041 452	12 938 158	14 975 721	18 618 626
Passivos da locação	72 787	32 744	53 557	17 853	9 283	714
Fornecedores	1 712 553	3 164 406	2 269 398	2 564 045	3 674 649	2 215 385
Outros passivos correntes	1 800 957	2 946 561	1 267 289	1 486 581	1 325 195	1 408 562
Acréscimo de gastos	842 500	1 407 051	539 463	421 646	425 324	425 324
Rendimentos a reconhecer	111 109	0	109 335	109 335	109 335	109 335
Outros credores	141 023	825 039	174 676	174 676	174 676	174 676
Estado e outros entes públicos	706 325	714 472	443 815	780 926	615 861	699 228
Imposto sobre o rendimento do exercício	317 503	0	959 496	0	792 774	1 134 933
Total do passivo	165 148 641	164 807 944	166 564 754	165 229 098	161 999 459	156 782 140
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	232 994 342	233 566 099	236 317 503	237 407 563	236 677 777	234 024 307

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 9- Demonstração da posição financeira previsional

6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2021	2022	2022	2023	2024	2025
<i>Unidade: Eur</i>	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Prestações de Serviços	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
Rédito da Construção	2 131 999	11 721 071	12 414 072	10 851 668	8 453 054	6 418 298
Defice/superavit tarifário recup. custo	-160 601	1 357 053	1 132 560	3 326 824	1 560 757	167 130
Gasto das Vendas/Variação dos Inventários	-296 959	-322 502	-310 324	-539 669	-722 627	-738 943
Gastos da Construção	-2 131 999	-11 721 071	-12 414 072	-10 851 668	-8 453 054	-6 418 298
Fornecimentos e Serviços Externos	-6 267 163	-6 711 783	-6 407 495	-14 508 412	-10 738 150	-9 371 444
Gastos com Pessoal	-3 323 972	-4 155 435	-3 803 524	-4 762 749	-4 888 727	-5 057 669
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	-6 358 282	-6 730 726	-6 165 604	-9 120 165	-12 446 144	-12 939 065
Provisões e Reversões do Exercício	0	0	-30 080	0	0	0
Perdas por Imparidade e Reversões	0	0	-1 006	0	0	0
Subsídios ao Investimento	1 864 727	1 704 631	1 724 643	2 309 312	3 076 386	3 207 767
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-147 095	-161 460	-176 852	-207 216	-196 688	-198 794
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	137 286	81 686	158 268	183 964	97 872	97 872
Resultados Operacionais	3 857 102	3 574 259	4 680 701	5 082 028	4 884 190	4 991 152
Gastos Financeiros	-2 661 128	-2 497 029	-2 214 341	-2 032 371	-2 022 127	-1 940 650
Rendimentos Financeiros	194 617	196 041	218 663	124 498	92 876	92 876
Resultados Financeiros	-2 466 511	-2 300 988	-1 995 678	-1 907 873	-1 929 251	-1 847 774
Resultados Antes de Impostos	1 390 591	1 273 271	2 685 022	3 174 155	2 954 939	3 143 378
Imposto do Exercício	-797 608	-699 397	-986 211	-621 335	-792 774	-1 134 933
Imposto Diferido	350 088	369 529	208 237	-127 104	337 687	555 404
Resultado Líquido do Exercício	943 070	943 404	1 907 048	2 425 716	2 499 852	2 563 849

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 10- Demonstração dos resultados por naturezas previsional

6.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2021	2022	2022	2023	2024	2025
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	19 429 011	19 564 841	19 808 931	29 391 757	31 076 639	31 599 657
Pagamentos a fornecedores	-7 079 306	-8 745 779	-8 428 026	-18 239 283	-14 002 076	-12 863 702
Pagamentos ao pessoal	-2 217 139	-2 896 124	-3 156 629	-3 476 428	-3 476 746	-3 593 698
Fluxo gerado pelas operações	10 132 566	7 922 937	8 224 276	7 676 046	13 597 817	15 142 257
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-820 454	-731 246	-307 156	-959 496	-792 774	-1 134 933
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-1 578 925	-652 933	-1 139 435	1 693 984	-1 058 359	-1 098 802
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	-2 399 379	-1 384 179	-1 446 591	734 488	-1 851 134	-2 233 735
Fluxo de atividades operacionais	7 733 187	6 538 758	6 777 685	8 410 534	11 746 683	12 908 522
Atividades de investimento						
Recebimentos provenientes de:						
Investimentos financeiros	47 500	-	-	-	-	-
Juros e Rendimentos Similares	-	-	47 590	-	-	-
Subsídios de Investimento	36 184	18 647	767	173 567	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	83 684	18 647	48 357	173 567	-	-
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros	-	-	-	2 274 998	-	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	-1 987 888	-12 225 859	-2 774 103	-11 663 774	-7 086 429	-8 814 939
Ativos Intangíveis	-	-165 964	-2 007 603	-179 646	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-1 987 888	-12 391 823	-4 781 706	-9 568 422	-7 086 429	-8 814 939
Fluxo de atividades de Investimento	-1 904 204	-12 373 177	-4 733 349	-9 394 855	-7 086 429	-8 814 939
Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	-	3 122 342	-	28 789 037	4 650 000	6 700 000
Outras operações Financiamento	-	47 434	23 717	23 717	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	-	3 169 776	23 717	28 812 754	4 650 000	6 700 000
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	-4 395 120	-4 900 365	-4 900 365	-27 375 902	-5 523 315	-5 771 585
Empréstimos obtidos (CP)	-	-	-	-	-2 000 000	-3 400 000
Juros e gastos similares	-2 567 496	-2 486 827	-1 170 093	-1 995 217	-1 594 673	-1 513 196
Outras operações Financiamento	-148 187	-	280 712	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-7 110 803	-7 387 192	-5 789 746	-29 371 119	-9 117 988	-10 684 781
Fluxo de atividades de Financiamento	-7 110 803	-4 217 416	-5 766 029	-558 365	-4 467 988	-3 984 781
Variações de caixa e seus equivalentes	-1 281 820	-10 051 834	-3 721 693	-1 542 685	192 266	108 802
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 846 299	10 051 935	6 564 479	2 842 785	1 300 100	1 492 366
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 564 479	100	2 842 785	1 300 100	1 492 366	1 601 168

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 11 - Demonstração de fluxos de caixa provisional

Notas Explicativas dos fluxos de caixa das atividades operacionais 2022 -2025

Demonstram os recebimentos e os pagamentos efetuados com as atividades operacionais.

Nos recebimentos da atividade operacional de saneamento, perspetiva-se um aumento em 2023, situação que ocorre com a entrada do Município de Setúbal.

Os pagamentos refletem a atividade operacional da empresa e o nível de investimento previsto para os anos em análise, bem como os prazos de pagamento contratualmente previstos e resultantes dos processos de contratação pública.

Notas explicativas dos fluxos de caixa das atividades de investimento 2022 - 2025

Demonstram os valores que resultam do Plano Anual de Investimentos da SIMARSUL. O incremento no investimento previsto tem como consequência um aumento nos fluxos de pagamento das atividades de investimento.

Notas explicativas dos fluxos de caixa das atividades de financiamento 2022 - 2025

Demonstram os valores que resultam dos recebimentos dos juros da aplicação existente no IGCP e dos pagamentos de juros de empréstimos BEI e respetivas amortizações. Para fazer face a necessidades de tesouraria, encontra-se prevista a utilização de uma linha de financiamento de Curto Prazo junto da banca comercial, no ano de 2023.

7 ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A SIMARSUL, na elaboração da proposta do PAO 2023, teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho), designadamente na prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção de um equilíbrio das contas.

As tarifas praticadas pela SIMARSUL são estruturadas numa base *cost-plus* que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos remunerados à taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos + 3%). Como tal, o aumento das receitas mercantis depende do aumento da afluência das águas residuais às infraestruturas de tratamento do sistema multimunicipal.

Foram ainda tidas em conta, para a elaboração deste exercício, as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2023 constantes do Despacho n.º 252/2022 - SET, de 18 de agosto o qual contém as seguintes orientações financeiras:

- Crescimento do Volume de Negócios (vendas e serviços prestados) em linha com as necessidades das populações, promotor da competitividade das empresas e que melhore a eficiência da afetação dos recursos públicos. O planeamento das atividades deve privilegiar um modelo de desenvolvimento sustentado do negócio, com crescimento gradual, mas estável ao longo do triénio. São objeto de rigorosa fundamentação as previsões do volume de negócios cujo crescimento for superior, em termos percentuais, à taxa de crescimento nominal do PIB;
- Os gastos operacionais deverão evoluir face ao ano de referência a taxa percentual inferior à do volume de negócios, sem prejuízo no disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental;
- O aumento da despesa de pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo, não deverá ser percentualmente superior ao do volume de negócios, independentemente do disposto em instrumentos de regulação coletiva do trabalho ou regulamentos internos;
- O aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos não deverá ser percentualmente superior à taxa de crescimento do volume de negócios;

- O resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor deve melhorar face ao ano de referência;
- O endividamento, líquido de investimento, deve diminuir em termos reais em relação a 2022;
- A trajetória do rácio de “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” deverá ser descendente.

Para a elaboração do presente Plano de Atividade e Orçamento a SIMARSUL utilizou como referência o ano de 2022, pois prevê-se que o mesmo registe um volume de negócios superior ao apurado em 2019, que se cifrou nos 15,1 milhões de euros, ao passo que em 2022 o volume de negócios atingirá os 18,6 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a situação da SIMARSUL face às orientações emitidas no Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto.

Cumprimento do Despacho n.º 252/2022 - SET	2019	2020	2021	2022	2022	2023	2024	2025
	Real	Real	Real	PAO	EF	PAO	Estimado	Estimado
CMVMC (1)	240 332	285 171	296 959	322 502	310 324	539 669	722 627	738 943
Efeito preços mercado no CMVMC (2)	-	-	-	-	66 135	151 218	212 002	216 876
Efeito aumento de atividade no CMVMC (3)	-	-	-	-	-	119 415	292 135	297 986
Efeito pandemia no CMVMC (4)	-	-	-	-	-	-	-	-
CMVMC Corrigido (5)=(1)-(2)-(3)-(4)	240 332	285 171	296 959	322 502	244 189	269 036	218 489	224 080
FSE (6)	5 124 944	5 912 742	6 267 163	6 711 783	6 407 495	14 508 412	10 738 150	9 371 444
Efeito pandemia no FSE (7)	-	80 413	40 885	-	2 156	-	-	-
Desinfecção UV (8)	-	-	-	54 566	54 360	151 739	146 666	140 355
Efeito preços mercado na Conservação e Reparação (9)	-	-	-	-	-	143 325	143 325	143 325
Efeito aumento de atividade na Conservação e Reparação (10)	-	-	-	-	-	285 941	297 332	292 403
Efeito preços mercado na Energia (11)	-	-	-	-	-1 015 812	3 369 887	747 726	-190 805
Efeito aumento de atividade na Energia (12)	-	-	-	-	-	1 465 317	720 143	453 690
Efeito preços mercado SMAS de Almada (13)	-	-	-	-	499 120	426 417	428 549	430 691
Efeito preços mercado no Tratamento de Resíduos (14)	-	-	-	-	17 694	108 260	108 366	108 473
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Resíduos (15)	-	-	-	-	-	147 686	147 686	147 686
Efeito preços mercado no Tratamento de Lamas (16)	-	-	-	103 990	-	-	-	-
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Lamas (17)	-	-	-	-	-	324 191	324 191	324 191
FSE Corrigidos (18)=(6)-(7)-(17)	5 124 944	5 832 329	6 226 278	6 553 227	6 849 977	8 085 649	7 674 166	7 521 434
Gastos com Pessoal (19)	3 261 146	3 454 925	3 323 972	4 155 435	3 803 524	4 762 749	4 888 727	5 057 669
Efeitos de Absentismo (20)	79 933	47 025	75 692	-	58 052	-	-	-
Efeito pandemia nos Gastos com Pessoal (21)	-	79 301	48 173	-	41 508	6 900	-	-
Atualização salarial ^(A) (22)	-	-	-	85 314	31 523	-	-	-
Atualização das Bases das Carreiras ^(B) (23)	-	-	-	-	7 019	60 327	-	-
Aplicação da Cláusula 21.º do ACT (24)	-	-	-	294 283	294 285	-	-	-
Acordo Plurianual de Valorização dos Traba. da Administração Pública (25)	-	-	-	-	-	164 116	139 633	140 924
Progressão/Promoção salarial - anexo III do ACT (26)	-	-	-	16 852	11 580	25 501	26 678	27 820
Prémios de desempenho (27)	-	-	-	-	-	23 058	28 918	29 918
Contratação de novos trabalhadores (28)	-	-	-	252 908	36 261	572 785	42 728	44 569
por aumento de atividade	-	-	-	-	27 103	532 080	-	-
por regularização de vínculos	-	-	-	-	9 159	40 705	42 728	44 569
Regime de Comissão de Serviço (29)	-	-	-	-	-	8 193	-	-
Programa de Trainees (30)	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Rejuvenescer (31)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento Formação (Requisito Legal não executado devido a COVID) (32)	-	-	-	100 024	70 356	77 400	77 500	78 100
Gastos com Pessoal corrigidos (33) = (19)+(20)-(21)+(32)	3 341 078	3 422 649	3 351 492	3 406 053	3 369 044	3 824 469	4 573 270	4 736 337
Gastos com Órgãos Sociais (34)	384 531	383 828	313 535	383 377	387 193	410 608	410 770	410 771
Atualização salarial ^(A) (35)	-	-	-	-	5 469	-	-	-
Reposição do corte de 5% das remunerações dos Órgãos Sociais (36)	-	-	-	-	-	19 664	-	-
Gastos com OS corrigidos (37) = 34 - ∑ (35):(36)	384 531	383 828	313 535	383 377	381 724	390 944	410 770	410 771
Gastos com Pessoal corrigidos deduzidos de OS (38)=(33)-(37)	2 956 547	3 038 821	3 037 957	3 022 677	2 987 320	3 433 524	4 162 500	4 325 567
Gastos Operacionais corrigidos (GO) (39)=(5)+(18)+(38)	8 321 824	9 156 321	9 561 193	9 898 406	10 081 485	11 788 210	12 055 155	12 071 081
Volume de negócios (VN) (40)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298
Correção VN CM Barreiro (41)	-	-	796 944	-	-	-	-	-
Efeito aumento de atividade no Volume de Negócio (42)	-	-	-	-	-	6 773 124	6 979 964	7 117 072
Volume de Negócios Corrigido (VN) (43)=(40)-(41)-(42)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	18 512 795	18 560 115	21 627 014	22 161 547	22 707 226
Resultado Operacional EBIT Corrigido (44)	4 219 968	3 648 513	3 857 102	3 574 259	4 680 701	5 082 028	4 884 190	4 991 152
Provisões, Imparidades e correções justo valor (45)	-	-	-	-	31 086	-	-	-
Resultado Operacional EBIT corrigido líquido* (46)=(44)+(45)	4 219 968	3 648 513	3 857 102	3 574 259	4 711 787	5 082 028	4 884 190	4 991 152
Endividamento Bruto (47)	79 631 743	75 906 171	71 660 445	69 843 656	67 591 185	69 047 382	65 356 605	62 948 046
Impacto COVID no Endividamento (48)	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento (49)	502 860	903 667	2 131 999	11 721 071	4 676 829	10 851 668	8 453 054	6 418 298
Impacto Covid no Investimento (50)	-	-	-	-	-	-	-	-
Endividamento corrigido líquido de investimento (51)=(47)-(48)-(49)-(50)	79 128 883	75 002 504	69 528 446	58 122 585	62 914 356	58 195 714	56 903 551	56 529 748
Endividamento Líquido (52)	75 146 089	65 784 875	62 820 968	67 568 558	62 473 402	67 747 282	63 864 239	61 346 878
Endividamento Bruto (53)	79 631 743	75 906 171	71 660 445	69 843 656	67 591 185	69 047 382	65 356 605	62 948 046
Disponibilidades (54)	4 485 653	10 121 296	8 839 477	2 275 098	5 117 783	1 300 100	1 492 366	1 601 168
EBITDA (55)	8 029 404	9 689 812	10 215 384	10 304 985	10 846 305	14 202 193	17 330 335	17 930 217
EBITDA ajustado (56)	6 510 167	7 584 465	8 511 259	7 243 300	7 989 103	8 566 056	12 693 192	14 555 320
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado (57)=(52)/(56)	11,5	8,7	7,4	9,3	7,8	7,9	5,0	4,2
Taxa de crescimento nominal do PIB (58)	0,00%	-8,50%	5,80%	0,00%	13,30%	5,50%	5,50%	5,50%
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 i (VN (8) face PIB (18))								
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 ii (GO (7) face VN (8))								
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 iii (Pessoal (6) face VN (8))								
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 iv (FSE (2) face VN (8))								
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 v (EBIT* (1))								
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 vi (End. líq. inv. (14))								
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 vii (Div. Financeira / EBITDA (17))								

EBIT* = resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

^(A) - DL n.º 10-B/2020, de 20 março e DL n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro

^(B) - DL n.º 51/2022, de 26 de julho

Cumprimento do Despacho n.º 252/2022 - SET	Real 2020 / Real 2019		Real 2021 / Real 2020		EF2022 / Real2021		PAO2023 / EF2022		2024 ESTIMADO / PAO2023		2025 ESTIMADO / 2024 ESTIMADO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC (1)	44 839	18,7%	11 788	4,1%	13 365	4,5%	229 345	73,9%	182 957	33,9%	16 316	2,3%
Efeito preços mercado no CMVMC (2)	-	0,0%	-	0,0%	66 135	0,0%	85 082	128,6%	60 784	40,2%	4 874	2,3%
Efeito aumento de atividade no CMVMC (3)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	119 415	0,0%	172 720	144,6%	5 851	2,0%
Efeito pandemia no CMVMC (4)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
CMVMC Corrigido (5)=(1)-(2)-(3)-(4)	44 839	18,7%	11 788	4,1%	-52 770	-17,8%	24 848	10,2%	-50 547	-18,8%	5 591	2,6%
FSE (6)	787 798	15,4%	354 421	6,0%	140 331	2,2%	8 100 918	126,4%	-3 770 262	-26,0%	-1 366 706	-12,7%
Efeito pandemia no FSE (7)	-	0,0%	-39 528	-49,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Desinfeção UV (8)	-	0,0%	-	0,0%	54 360	0,0%	97 379	179,1%	-5 073	-3,3%	-6 312	-4,3%
Efeito preços mercado na Conservação e Reparação (9)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	143 325	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito aumento de atividade na Conservação e Reparação (10)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	285 941	0,0%	11 391	4,0%	-4 929	-1,7%
Efeito preços mercado na Energia (11)	-	0,0%	-	0,0%	-1 015 812	0,0%	4 385 699	-431,7%	-2 622 161	-77,8%	-938 531	-125,5%
Efeito aumento de atividade na Energia (12)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1 465 317	0,0%	-745 174	-50,9%	-266 453	-37,0%
Efeito preços mercado SMAS de Almada (13)	-	0,0%	-	0,0%	499 120	0,0%	-72 704	-14,6%	2 132	0,5%	2 143	0,5%
Efeito preços mercado no Tratamento de Resíduos (14)	-	0,0%	-	0,0%	17 694	0,0%	90 566	511,8%	106	0,1%	107	0,1%
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Resíduos (15)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	147 686	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito preços mercado no Tratamento de Lamas (16)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Lamas (17)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	324 191	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FSE Corrigido (18)=(6)-(7)-(17)	707 384	13,8%	393 949	6,8%	623 698	10,0%	1 235 673	18,0%	-411 483	-5,1%	-152 732	-2,0%
Gastos com Pessoal (19)	193 779	5,9%	-130 952	-3,8%	479 551	14,4%	959 225	25,2%	125 978	2,6%	168 942	3,5%
Efeitos de Absentismo (20)	-32 907	-41,2%	28 667	61,0%	-17 640	-23,3%	-58 052	-100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito pandemia nos Gastos com Pessoal (21)	79 301	0,0%	-31 128	-39,3%	-6 665	-13,8%	-34 608	-83,4%	-6 900	-100,0%	-	0,0%
Atualização salarial ^(A) (22)	-	0,0%	-	0,0%	31 523	0,0%	-31 523	-100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Atualização das Bases das Carreiras ^(B) (23)	-	0,0%	-	0,0%	7 019	0,0%	53 308	759,5%	-60 327	-100,0%	-	0,0%
Aplicação da Cláusula 21.º do ACT (24)	-	0,0%	-	0,0%	294 285	0,0%	-294 285	-100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Acordo Plurianual de Valorização dos Traba. da Administração Pública (25)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	164 116	0,0%	-24 483	-14,9%	1 291	0,9%
Progressão/Promoção salarial - anexo III do ACT (26)	-	0,0%	-	0,0%	11 580	0,0%	13 921	120,2%	1 177	4,6%	1 142	4,3%
Prémios de desempenho (27)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	23 058	0,0%	5 860	25,4%	1 001	3,5%
Contratação de novos trabalhadores (28)	-	0,0%	-	0,0%	36 261	0,0%	536 524	1479,6%	-530 057	-92,5%	1 841	4,3%
por aumento de atividade	-	0,0%	-	0,0%	27 103	0,0%	504 977	1863,2%	-532 080	-100,0%	-	0,0%
por regularização de vínculos	-	0,0%	-	0,0%	9 159	0,0%	31 547	344,4%	2 023	5,0%	1 841	4,3%
Regime de Comissão de Serviço (29)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	8 193	0,0%	-8 193	-100,0%	-	0,0%
Programa de Trainees (30)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa Rejuvenescer (31)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Aumento Formação (Requisito Legal não executado devido a COVID) (32)	-	0,0%	-	0,0%	70 356	0,0%	7 044	10,0%	100	0,1%	600	0,8%
Gastos com Pessoal corrigidos (33) = (19)+(20)-Σ (21):(32)	81 571	2,4%	-71 158	-2,1%	17 552	0,5%	455 425	13,5%	748 801	19,6%	163 068	3,6%
Gastos com Órgãos Sociais (34)	-702	-0,2%	-70 293	-18,3%	73 657	23,5%	23 415	6,0%	161	0,0%	1	0,0%
Atualização salarial ^(A) (35)	-	0,0%	-	0,0%	5 469	0,0%	-5 469	-100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Reposição do corte de 5% das remunerações dos Órgãos Sociais (36)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	19 664	0,0%	-19 664	-100,0%	-	0,0%
Gastos com OS corrigidos (37) = 34 - Σ (35):(36)	-702	-0,2%	-70 293	-18,3%	68 189	21,7%	9 221	2,4%	19 825	5%	1	0,0%
Gastos com Pessoal corrigidos deduzidos de OS (38)=(33)-(37)	82 274	2,8%	-864	0,0%	-50 637	-1,7%	446 204	14,9%	728 976	21,2%	163 067	3,9%
Gastos Operacionais corrigidos (GO) (39)=(5)+(18)+(38)	834 497	10,0%	404 873	4,4%	520 291	5,4%	1 706 725	16,9%	266 945	2,3%	15 926	0,1%
Volume de negócios (VN) (40)	2 214 147	14,6%	1 059 691	6,1%	150 953	0,8%	9 840 023	53,0%	741 373	2,6%	682 787	2,3%
Correção VN CM Barreiro (41)	-	0,0%	796 944	0,0%	-796 944	-100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito aumento de atividade no Volume de Negócio (42)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	6 773 124	0,0%	206 840	3,1%	137 108	2,0%
Volume de Negócios Corrigido (VN) (43)=(40)-(41)-(42)	2 214 147	14,6%	262 746	1,5%	947 897	5,4%	3 066 899	16,5%	534 533	2,5%	545 679	2,5%
Resultado Operacional EBIT Corrigido (44)	-571 455	-13,5%	208 589	5,7%	823 599	21,4%	401 327	8,6%	-197 837	-3,9%	106 962	2,2%
Provisões, Imparidades e correções justo valor (45)	-	0,0%	-	0,0%	31 086	0,0%	-31 086	-100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Resultado Operacional EBIT corrigido líquido* (46)=(44)+(45)	-571 455	-13,5%	208 589	5,7%	854 685	22,2%	370 241	7,9%	-197 837	-3,9%	106 962	2,2%
Endividamento Bruto (47)	-3 725 571	-4,7%	-4 245 727	-5,6%	-4 069 259	-5,7%	1 456 197	2,2%	-3 690 777	-5,3%	-2 408 559	-3,7%
Impacto COVID no Endividamento (48)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Investimento (49)	400 807	79,7%	1 228 332	135,9%	2 544 830	119,4%	6 174 839	132,0%	-2 398 614	-22,1%	-2 034 756	-24,1%
Impacto Covid no Investimento (50)	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Endividamento corrigido líquido de investimento (51)=(47)-(48)-(50)	-4 126 378	-5,2%	-5 474 059	-7,3%	-6 614 089	-9,5%	-4 718 643	-7,5%	-1 292 163	-2,2%	-373 803	-0,7%
Endividamento Líquido (52)	-9 361 214	-12,5%	-2 963 907	-4,5%	-347 566	-0,6%	5 273 879	8,4%	-3 883 043	-5,7%	-2 517 361	-3,9%
Endividamento Bruto (53)	-3 725 571	-4,7%	-4 245 727	-5,6%	-4 069 259	-5,7%	1 456 197	2,2%	-3 690 777	-5,3%	-2 408 559	-3,7%
Disponibilidades (54)	5 635 643	125,6%	-1 281 820	-12,7%	-3 721 694	-42,1%	-3 817 683	-74,6%	192 266	14,8%	108 802	7,3%
EBITDA (55)	1 660 408	20,7%	525 572	5,4%	630 921	6,2%	3 355 887	30,9%	3 128 142	22,0%	599 882	3,5%
EBITDA ajustado (56)	1 074 297	16,5%	926 794	12,2%	-522 156	-6,1%	576 954	7,2%	4 127 135	48,2%	1 862 128	14,7%
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado (57)=(52)/(56)	-2,9	-24,9%	-1,3	-14,9%	0,4	5,9%	0,1	1,1%	-2,9	-36,4%	-0,8	-16,2%
Taxa de crescimento nominal do PIB (58)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 i (VN) (8) face PIB (18))	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	Sim	Sim	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 ii (GO) (7) face VN (8))	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	Sim	Sim	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 iii (Pessoal) (6) face VN (8))	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Não	Não	Não
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 iv (FSE) (2) face VN (8))	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	Sim	Sim	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 v (EBIT*) (11))	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Não	Sim	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 vi (End. liq. inv. (14))	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 vii (Div. Financeira / EBITDA (17))	-	-	-	-	-	-	-	-	Não	Sim	Sim	Sim

EBIT* = resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

^(A) - DL n.º 10-B/2020, de 20 março e DL n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro^(B) - DL n.º 51/2022, de 26 de julho

Tabela 12- Cumprimento do Despacho n.º 252/2022 – SET, de 18 de agosto

A SIMARSUL solicita autorização para incumprir o disposto na alínea i) do Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto, do SET, relativamente ao crescimento do volume de negócios, o qual resulta substancialmente do facto da integração plena do município de Setúbal ir ocorrer em meados de dezembro de 2022, conforme mencionado anteriormente.

A SIMARSUL solicita autorização para incumprir o disposto na alínea ii) do Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto, do SET, relativamente ao crescimento dos gastos operacionais, o qual resulta substancialmente do facto da integração plena do município de Setúbal ir ocorrer em meados de dezembro de 2022, conforme mencionado anteriormente.

A SIMARSUL solicita autorização para incumprir o disposto na alínea iv) do Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto, do SET, relativamente ao crescimento dos gastos de FSE, o qual resulta substancialmente do facto da integração plena do município de Setúbal ir ocorrer em meados de dezembro de 2022, conforme mencionado anteriormente.

A SIMARSUL solicita autorização para incumprir o disposto na alínea vii) do Despacho n.º 252/2022, de 18 de agosto, do SET, relativamente à trajetória do rácio “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” não ser descendente no ano de 2023, o qual resulta substancialmente da necessidade de recurso a financiamentos de curto prazo, junto da banca comercial ou através de suprimentos, no sentido de assegurar o cumprimento do plano de investimentos, conforme mencionado anteriormente.

8 PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS (PRC)

O PAO 2023 da SIMARSUL, preparado com base no EVEF, reflete o equilíbrio das contas de exploração da empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de custos.

Os montantes estimados no EVEF, que suportam a informação apresentada neste documento, tiveram em conta o desempenho histórico das infraestruturas e as restrições atrás descritas e refletem um nível de custos considerado suficiente para assegurar o normal funcionamento do sistema multimunicipal, face aos níveis de atividade previstos, eles próprios dependentes da afluência das águas residuais às instalações de tratamento, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Por este motivo, algumas rubricas de custos podem vir a registar variações de tendência não linear.

De igual modo, verifica-se a necessidade de dar resposta às exigências legais e orientações que enquadram o setor, emanadas da tutela e regulação e não previstas em sede de EVEF, bem como fazer face aos novos desafios apresentados, em termos de melhoria contínua, para a atividade desenvolvida pela empresa.

Nesse sentido, a SIMARSUL procedeu à adequação da sua estrutura de custos para o horizonte temporal de 2019 a 2023, conforme se apresenta nos quadros seguintes:

PRC - Plano de Redução de Custos	2019	2020	2021	2022	2023	Var PAO 2023 / EF 2022	
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	EF	PAO	Valor	%
(1) CMVMC	240 332	285 171	296 959	310 324	539 669	229 345	73,9%
(2) FSE's	5 124 944	5 912 742	6 267 163	6 407 495	14 508 412	8 100 918	126,4%
(3) Gastos com o Pessoal	3 261 146	3 454 925	3 323 972	3 803 524	4 762 749	959 225	25,2%
(a) Aplicação da Cláusula 21º do ACT	-	-	-	294 285	-	-294 285	-100,0%
(b) Indemnizações	-	-	-	-	44 637	44 637	0,0%
(c) Valorizações remuneratórias	46 469	27 264	14 034	55 591	300 859	245 268	441,2%
(d) Recrutamentos por aumento de atividade e regularização de vínculos	-	-	-	-	572 785	572 785	0,0%
(e) Absentismo	79 933	47 025	75 692	58 052	-	-58 052	-100,0%
(4) Gastos com Pessoal corrigidos (3)-(a)-(b)-(c)-(d)+(e)	3 294 609	3 474 686	3 385 631	3 511 700	3 844 467	332 767	9,5%
(5) Gastos Operacionais (1)+(2)+(4)	8 659 885	9 672 599	9 949 753	10 229 518	18 892 549	8 663 031	84,7%
(6) Volume de Negócios (VN)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	18 560 115	28 400 138	9 840 023	53,0%
(a) Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	0,0%
(b) Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	0,0%
(c) Correção VN CM Barreiro	-	-	796 944	-	-	-	0,0%
(7) Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (6)+(a)+(b)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	18 560 115	28 400 138	9 840 023	53,0%
(8) Peso dos GO/VN (5)/(7)	57,22%	55,75%	56,49%	55,12%	66,52%	0	20,7%
(9) Deslocações e alojamento	1 778	422	488	9 847	11 604	1 757	17,8%
(10) Ajudas de Custo	628	734	217	282	-	-282	-100,0%
(11) Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	89 942	78 461	89 776	176 777	264 725	87 948	49,8%
(12) (9) + (10) + (11)	92 348	79 617	90 481	186 906	276 329	89 422	47,8%
(13) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6 700	-	12 000	19 790	5 000	-14 790	-74,7%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 13- Plano de redução de custos

A SIMARSUL incorporou alguns custos relativos à pandemia COVID-19 e custos decorrentes da situação geopolítica e energia atual cujo impacto em sede de análise de PRC se segue nos quadros seguintes:

Efeito COVID-19 no PRC	2019	2020	2021	2022	2023	Var PAO 2023 / EF 2022	
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	EF	PAO	Valor	%
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-	0,0%
(2) FSE's	-	80 413	40 885	2 156	-	-2 156	-100,0%
(3) Gastos com o Pessoal	-	79 301	48 173	41 508	6 900	-34 608	-83,4%
(a) Aplicação da Cláusula 21º do ACT	-	-	-	-	-	-	0,0%
(b) Indemnizações	-	-	-	-	-	-	0,0%
(c) Valorizações remuneratórias	-	-	-	-	-	-	0,0%
(d) Recrutamentos por aumento de atividade e regularização de vínculos	-	-	-	-	-	-	0,0%
(e) Absentismo	-	-	-	-	-	-	0,0%
(4) Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	-	159 714	89 058	43 664	6 900	-36 764	-84,2%
(5) Volume de Negócios (VN)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(a) Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	0,0%
(b) Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	0,0%
(c) Correção VN CM Barreiro	-	-	-	-	-	-	0,0%
(6) Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (5)+(a)+(b)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(7) Peso dos GO/VN (4)/(6)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,0%
(8) Deslocações e alojamento	-	-	-	-	-	-	0,0%
(9) Ajudas de Custo	-	-	-	-	-	-	0,0%
(10) Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(11) (8)+(9)+(10)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(12) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-	0,0%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 14- Plano de redução de custos – Efeito COVID-19

Efeito Geopolítico e Energia no PRC	2019	2020	2021	2022	2023	Var PAO 2023 / EF 2022	
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	EF	PAO	Valor	%
(1) CMVMC	-	-	-	66 135	151 218	85 082	128,6%
(2) FSE's	-	-	-	-498 998	4 047 888	4 546 886	-911,2%
(a) Conservação e Reparação	-	-	-	-	143 325	143 325	0,0%
(b) Energia	-	-	-	-1 015 812	3 369 887	4 385 699	-431,7%
(c) SMAS de Almada	-	-	-	499 120	426 417	-72 704	-14,6%
(d) Tratamento de Resíduos	-	-	-	17 694	108 260	90 566	511,8%
(3) Gastos com o Pessoal	-	-	-	-	-	-	0,0%
(a) Aplicação da Cláusula 21º do ACT	-	-	-	-	-	-	0,0%
(b) Indemnizações	-	-	-	-	-	-	0,0%
(c) Valorizações remuneratórias	-	-	-	-	-	-	0,0%
(d) Recrutamentos por aumento de atividade e regularização de vínculos	-	-	-	-	-	-	0,0%
(e) Absentismo	-	-	-	-	-	-	0,0%
(4) Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	-	-	-	-432 863	4 199 106	4 631 969	-1070,1%
(5) Volume de Negócios (VN)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(a) Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	0,0%
(b) Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	0,0%
(c) Correção VN CM Barreiro	-	-	-	-	-	-	0,0%
(6) Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (5)+(a)+(b)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(7) Peso dos GO/VN (4)/(6)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,0%
(8) Deslocações e alojamento	-	-	-	-	-	-	0,0%
(9) Ajudas de Custo	-	-	-	-	-	-	0,0%
(10) Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(11) (8)+(9)+(10)	-	-	-	-	-	-	0,0%
(12) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-	0,0%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 15- Plano de redução de custos – Efeito Geopolítico e Energia

Expurgados os efeitos da pandemia de COVID-19 e da situação geopolítica e energia atual, apresenta-se no quadro seguinte o impacto no PRC:

PRC Corrigido - PRC corrigido efeitos COVID-19, Geopolítico e Energia		2019	2020	2021	2022	2023	Var PAO 2023 / EF 2022	
Unidade: Eur		REAL	REAL	REAL	EF	PAO	Valor	%
(1)	CMVMC	240 332	285 171	296 959	244 189	388 451	144 263	59,1%
(2)	FSE's	5 124 944	5 832 329	6 226 278	6 904 337	10 460 524	3 556 188	51,5%
(3)	Gastos com o Pessoal	3 261 146	3 375 624	3 275 800	3 762 016	4 755 849	993 833	26,4%
(a)	Aplicação da Cláusula 21º do ACT	-	-	-	294 285	-	-294 285	-100,0%
(b)	Indemnizações	-	-	-	-	44 637	44 637	0,0%
(c)	Valorizações remuneratórias	46 469	27 264	14 034	55 591	300 859	245 268	441,2%
(d)	Recrutamentos por aumento de atividade e regularização de vínculos	-	-	-	-	572 785	572 785	0,0%
(e)	Absentismo	79 933	47 025	75 692	58 052	-	-58 052	-100,0%
(4)	Gastos com Pessoal corrigidos (3)-(a)-(b)-(c)-(d)+(e)	3 294 609	3 395 385	3 337 458	3 470 192	3 837 567	367 375	10,6%
(5)	Gastos Operacionais (1)+(2)+(4)	8 659 885	9 512 885	9 860 695	10 618 717	14 686 543	4 067 826	38,3%
(6)	Volume de Negócios (VN)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	18 560 115	28 400 138	9 840 023	53,0%
(a)	Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	0,0%
(b)	Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	0,0%
(c)	Correção VN CM Barreiro	-	-	796 944	-	-	-	0,0%
(7)	Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (6)+(a)+(b)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	18 560 115	28 400 138	9 840 023	53,0%
(8)	Peso dos GO/VN (5)/(7)	57,22%	54,83%	55,99%	57,21%	51,71%	-0	-9,6%
(9)	Deslocações e alojamento	1 778	422	488	9 847	11 604	1 757	17,8%
(10)	Ajudas de Custo	628	734	217	282	-	-282	-100,0%
(11)	Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	89 942	78 461	89 776	176 777	264 725	87 948	49,8%
(12)	(9) + (10) + (11)	92 348	79 617	90 481	186 906	276 329	89 422	47,8%
(13)	Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6 700	-	12 000	19 790	5 000	-14 790	-74,7%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 16- Plano de redução de custos – Corrigido dos Efeitos COVID-19, Geopolítico e Energia

8.1 GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

No fecho de 2022 verifica-se um aumento dos gastos com FSE de cerca de 2,2% face ao verificado em 2021, mas abaixo do estimado no PAO 2022.

Em 2023, verifica-se um aumento dos FSE, face à estimativa de fecho de 2022, de cerca de 126,4%. A evolução apresentada decorre, conforme tem vindo a ser referido, dos seguintes fatores:

- da integração das Infraestruturas do Município de Setúbal;
- do contexto geopolítico e energia atual;
- do esforço da empresa para avançar com projetos que não foram realizados em exercícios anteriores;
- da atualização da tarifa praticada pelos SMAS de Almada e aplicável aos efluentes tratados na ETAR da Quinta da Bomba.

8.2 GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS (GO/VN)

Para o apuramento do rácio GO/VN no período 2022-2025 procedeu-se à correção nas rubricas de gastos operacionais dos efeitos: 1) decorrentes da pandemia, 2) situação geopolítica e energia, 3) aumento da atividade com a integração das infraestruturas de Setúbal e 4) aplicação dos mecanismos de regulamentação coletiva e/ou de regulamentos internos da empresa no que se refere a Gastos com Pessoal, conforme quadro seguinte:

PRC - Plano de Redução de Custos Corrigido dos efeitos da pandemia COVID-19, das condições Geopolíticas, Admissões/Substituições, Valorizações remuneratórias e Preços de Mercado	2019	2020	2021	2022	2022	2023	2024	2025	Var PAO2023 / EF2022
	Real	Real	Real	PAO	EF	PAO	Estimado	Estimado	%
CMVMC (1)	240 332	285 171	296 959	322 502	310 324	539 669	722 627	738 943	73,9%
Efeito preços mercado no CMVMC (2)	-	-	-	-	66 135	151 218	212 002	216 876	128,6%
Efeito aumento de atividade no CMVMC (3)	-	-	-	-	-	119 415	292 135	297 986	0,0%
Efeito pandemia no CMVMC (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
CMVMC Corrigido (5)=(1)-(2)-(3)-(4)	240 332	285 171	296 959	322 502	244 189	269 036	218 489	224 080	10,2%
FSE (6)	5 124 944	5 912 742	6 267 163	6 711 783	6 407 495	14 508 412	10 738 150	9 371 444	126,4%
Efeito pandemia no FSE (7)	-	80 413	40 885	-	2 156	-	-	-	-100,0%
Desinfeção UV (8)	-	-	-	54 566	54 360	151 739	146 666	140 355	179,1%
Efeito preços mercado na Conservação e Reparação (9)	-	-	-	-	-	143 325	143 325	143 325	0,0%
Efeito aumento de atividade na Conservação e Reparação (10)	-	-	-	-	-	285 941	297 332	292 403	0,0%
Efeito preços mercado na Energia (11)	-	-	-	-	-1 015 812	3 369 887	747 726	-190 805	-431,7%
Efeito aumento de atividade na Energia (12)	-	-	-	-	-	1 465 317	720 143	453 690	0,0%
Efeito preços mercado SMAS de Almada (13)	-	-	-	-	499 120	426 417	428 549	430 691	-14,6%
Efeito preços mercado no Tratamento de Resíduos (14)	-	-	-	-	17 694	108 260	108 366	108 473	511,8%
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Resíduos (15)	-	-	-	-	-	147 686	147 686	147 686	0,0%
Efeito preços mercado no Tratamento de Lamas (16)	-	-	-	103 990	-	-	-	-	0,0%
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Lamas (17)	-	-	-	-	-	324 191	324 191	324 191	0,0%
FSE Corrigidos (18)=(6) - Σ (7):(17)	5 124 944	5 832 329	6 226 278	6 553 227	6 849 977	8 085 649	7 674 166	7 521 434	18,0%
Gastos com Pessoal (19)	3 261 146	3 454 925	3 323 972	4 155 435	3 803 524	4 762 749	4 888 727	5 057 669	25,2%
Efeitos de Absentismo (20)	79 933	47 025	75 692	-	58 052	-	-	-	-
Efeito pandemia nos Gastos com Pessoal (21)	-	79 301	48 173	-	41 508	6 900	-	-	-83,4%
Atualização salarial ^(A) (22)	-	-	-	85 314	31 523	-	-	-	-100,0%
Atualização das Bases das Carreiras ^(B) (23)	-	-	-	-	7 019	60 327	-	-	759,5%
Aplicação da Cláusula 21.º do ACT (24)	-	-	-	294 283	294 285	-	-	-	-100,0%
Acordo Plurianual de Valorização dos Traba. da Administração Pública (25)	-	-	-	-	-	164 116	139 633	140 924	0,0%
Progressão/Promoção salarial - anexo III do ACT (26)	-	-	-	16 852	11 580	25 501	26 678	27 820	120,2%
Prémios de desempenho (27)	-	-	-	-	-	23 058	28 918	29 918	0,0%
Contratação de novos trabalhadores (28)	-	-	-	252 908	36 261	572 785	42 728	44 569	1479,6%
por aumento de atividade	-	-	-	-	27 103	532 080	-	-	1863,2%
por regularização de vínculos	-	-	-	-	9 159	40 705	42 728	44 569	344,4%
Regime de Comissão de Serviço (29)	-	-	-	-	-	8 193	-	-	0,0%
Programa de Trainees (30)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Programa Rejuvenescer (31)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Aumento Formação (Requisito Legal não executado devido a COVID) (32)	-	-	-	100 024	70 356	77 400	77 500	78 100	10,0%
Gastos com Pessoal corrigidos (33) = (19)+(20) - Σ (21):(32)	3 341 078	3 422 649	3 351 492	3 406 053	3 369 044	3 824 469	4 573 270	4 736 337	13,5%
Gastos Operacionais corrigidos (GO) (34)=(5)+(18)+(33)	8 706 355	9 540 149	9 874 729	10 281 783	10 463 209	12 179 154	12 465 925	12 481 852	16,4%
Volume de negócios (VN) (35)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298	53,0%
Correção VN CM Barreiro (36)	-	-	796 944	-	-	-	-	-	0,0%
Efeito aumento de atividade no Volume de Negócio (37)	-	-	-	-	-	6 773 124	6 979 964	7 117 072	0,0%
Volume de Negócios Corrigido (VN) (38)=(35)-(36)-(37)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	18 512 795	18 560 115	21 627 014	22 161 547	22 707 226	16,5%
Peso dos GO/VN (34)/(38)	57,52%	54,99%	56,07%	55,54%	56,37%	56,31%	56,25%	54,97%	-0,1%

Tabela 17- Plano de redução de custos – Corrigido dos Efeitos

A estimativa de fecho de 2022 possui um rácio GO/VN acima do verificado em 2021, quando corrigido o volume de negócios referente à faturação extraordinária devido a rotura de conduta de água no município do Barreiro, caso contrário estaria em linha com o rácio GO/VN do fecho de 2021, e do estimado no PAO 2022.

Conforme apresentado no quadro acima, é possível verificar que o rácio GO/VN apresenta uma trajetória descendente entre a estimativa de fecho de 2022 e a estimativa para o triénio 2023-2025.

No ano de 2023 a SIMARSUL estima um GO/VN de 56,31%, um decréscimo de 0,06 p.p. face à estimativa de fecho de 2022.

O enquadramento relativamente aos gastos operacionais que foram objeto de ajustamentos é o seguidamente apresentado.

8.2.1 CMVMC

Para o normal funcionamento das ETAR é essencial a utilização de reagentes químicos para aumentar a eficiência no processo de tratamento das águas residuais. A incapacidade de condições de armazenamento de grandes quantidades de reagentes nas ETAR tem conduzido, nos últimos anos, a uma elevada pressão e exigência sobre a operação logística.

Decorrente da conjuntura atual relativa ao conflito na Ucrânia, os preços de alguns dos reagentes químicos utilizados sofreram um aumento muito substancial, representando um acréscimo de valor de 151 218€ em 2023.

A integração das infraestruturas de Setúbal em meados de dezembro de 2022, resulta num aumento, em 2023, de 119 415 € nos custos em CMVMC.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos de CMVMC em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um total de 539 669 € no ano de 2023 em CMVMC.

8.2.2 DESINFECÇÃO UV

Cumprindo indicações da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e da ARH Tejo Oeste, a SIMARSUL foi obrigada a reverter os ensaios que realizava para otimizar o processo de desinfecção, interrompendo a utilização de hipoclorito de sódio como etapa única de desinfecção do efluente final. O regresso à etapa de desinfecção com recurso a radiação UV implicou a reabilitação integral dos equipamentos existentes nas ETAR, bem como a sua posterior manutenção. O recurso à tecnologia por radiação UV incorpora um aumento dos gastos de 151 739€ em 2023, que se afiguram como essenciais para cumprir um requisito legal.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos com o processo de desinfeção em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos de FSE no montante de 151 739 € no ano de 2023 relativo ao processo de desinfeção legalmente obrigatório.

8.2.3 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Estima-se em cerca de 143 325€ para 2023 o impacto dos efeitos da conjuntura geopolítica atual nos custos de conservação e reparação resultantes do aumento generalizado dos preços dos materiais e dos serviços prestados, e um aumento de 285 941€ dos custos pela integração das infraestruturas de Setúbal.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos com conservação e manutenção em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos de FSE (subconta conservação e reparação) no montante de 429 266 € no ano de 2023 relativo aos trabalhos de conservação e reparação.

8.2.4 ENERGIA

O aumento previsto para o preço de energia é consequência, segundo a ERSE, do “nível de preço anormalmente elevado nos mercados grossistas de eletricidade, que se tem verificado desde o final de 2021 e que se intensificou com o início da guerra na Ucrânia”.

O preço de energia de mercado utilizado na estimativa de custos de 2023, 2024 e 2025 foi determinado considerando as seguintes componentes diretamente relacionadas com o comercializador:

- O valor do OMIP para 2023, 2024 e 2025 (191,38 €/MWh; 129,08 €/MWh e 79,88 €/MWh, respetivamente);
- As perdas na rede consoante o nível de tensão definidas pela ERSE;
- A margem do comercializador para cada nível de tensão de igual percentagem aos contratos vigentes.

A estas acrescem, somente para 2023, duas novas componentes relacionadas com o sistema elétrico:

- O mecanismo de compensação pelo “cap” do gás natural (valor médio anual estimado em 21,19 €/MWh), também designado por “mecanismo ibérico”, que se aplica a contratos de fornecimento de energia elétrica a preços fixos celebrados ou renovados depois de 26 de abril de 2022;
- A banda de reserva de regulação (sendo considerados os mesmos valores de 2022 de 1,07 €/MWh em AT, 1,11 €/MWh em MT, 1,20 €/MWh em BTE, e 1,20 €/MWh em BTN).

Os atuais contratos de fornecimento de energia elétrica que abrangem as empresas do Grupo AdP cessam a 31 de dezembro de 2022 (AT, MT e BTE celebrados em 2020 para fornecimento nos anos de 2021 e 2022 e BTN, celebrado em 2021 para fornecimento no ano de 2022), pelo que os novos procedimentos já serão abrangidos pelo mecanismo de compensação pelo “cap” do gás natural.

Esse mecanismo de compensação tem duração até 31 de maio de 2023, podendo ser prorrogado. No caso da presente estimativa não foi considerada esse prolongamento.

As TAR aplicáveis para 2023 serão publicadas a 15 de dezembro de 2022 pela ERSE. Excepcionalmente em 2022 as TAR foram revistas no segundo semestre, existindo assim TAR diferentes para o 1.º e 2.º semestres de 2022. Para a estimativa de custos para 2023 assumiu-se que as componentes tarifárias das TAR serão iguais às do 2.º semestre de 2022, isto é, em média negativas.

Atendendo ao valor de mercado verificado em 01 de setembro 2022, a evolução dos encargos suportados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal estima-se como segue:

Empresa Unidade: Eur	2020 (R&C)	2021 (R&C)	2022 (EF)	2023 (Orçamento)	2024 (Previsão)	2025 (Previsão)
EPAL	13 719 532	10 768 670	5 032 855	39 659 867	19 920 913	12 455 757
Águas do Douro e Paiva	9 268 306	7 190 498	3 428 069	28 262 153	14 292 379	8 929 403
Águas do Norte	10 417 016	8 971 858	4 982 086	27 190 793	13 702 413	8 711 981
Águas do Tejo Atlântico	8 208 084	6 832 537	3 458 494	21 063 224	10 449 686	6 579 407
Águas do Vale do Tejo	8 776 845	7 715 873	4 325 119	20 639 287	10 264 457	6 537 793
Águas do Algarve	4 888 086	3 209 701	2 982 086	20 462 658	10 178 232	6 394 819
Águas do Centro Litoral	7 409 303	6 016 743	2 857 378	19 495 577	9 769 694	6 134 897
Águas Públicas Alentejo	2 969 783	2 724 197	1 724 462	7 276 168	3 565 618	2 282 807
SIMARSUL	2 150 894	1 937 344	875 531	5 693 184	2 808 980	1 766 454
SIMDOURO	704 857	1 236 465	607 169	3 768 262	1 861 222	1 170 659
Águas de Santo André	1 367 701	1 366 803	460 840	3 182 618	1 600 149	1 089 828
Águas da Região de Aveiro	1 103 600	892 588	1 280 980	3 113 348	1 571 540	984 693
Águas do Alto Minho	340 757	374 849	368 512	633 948	353 381	260 432
AdP VALOR	103 309	82 466	43 783	215 248	98 066	61 396
AdP ENERGIAS	812	1 796	271	1 527	751	482
Grupo AdP	71 428 887	59 322 389	32 427 635	200 657 862	100 437 481	63 360 808

Tabela 18- Estimativa da evolução dos encargos com energia suportados pelas empresas do Grupo AdP

Estima-se em cerca de 3,4 milhões de euros para 2023 o impacto dos efeitos da conjuntura geopolítica atual nos custos de energia, e um aumento de 1,5 milhões de euros dos custos pela integração das infraestruturas de Setúbal.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos de energia em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos de FSE no montante de 4,8 milhões de euros no ano de 2023 relativo aos gastos de energia.

8.2.5 TRATAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS

Para o normal funcionamento das ETAR é essencial a remoção periódica dos subprodutos de tratamento gerados (com especial importância às areias e gradados) e o seu encaminhamento a destino final adequado. A incapacidade de condições de armazenamento prolongado nas ETAR tem conduzido, nos últimos anos, a uma elevada pressão e exigência sobre a operação logística.

A atual prestação de serviços apresenta valores muito acima dos valores praticados nos últimos anos, assim a SIMARSUL estimou para 2023 um preço unitário para esta prestação de serviços para um valor médio de 114€/ton, representando um acréscimo de valor desta prestação de serviços de 108 260€ em 2023. Este acréscimo de custos é resultado da subida do preço por tonelada.

A integração das infraestruturas de Setúbal em meados de dezembro de 2022, resulta num aumento, em 2023, de 147 686 € nos custos de tratamento e transporte de resíduos.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos de tratamento e transporte de resíduos em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos de FSE no montante de 255 946 € no ano de 2023 relativo aos gastos de tratamento e transporte de resíduos.

8.2.6 TRATAMENTO E TRANSPORTE DE LAMAS

Para o normal funcionamento das ETAR é essencial a remoção periódica dos subprodutos de tratamento gerados (com especial importância às lamas, pela quantidade produzida) e o seu encaminhamento a destino final adequado.

A integração das infraestruturas de Setúbal em meados de dezembro de 2022, resulta num aumento, em 2023, de 324 191 € nos custos de tratamento e transporte de lamas.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos de tratamento e transporte de lamas em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos de FSE no montante de 324 191 € no ano de 2023 relativo aos gastos de tratamento e transporte de lamas.

8.2.7 SMAS ALMADA

Em 2023 estima-se em cerca de 426 417€ o impacto da revisão do acordo tripartido entre o SMAS de Almada, a SIMARSUL e Município do Seixal para a exploração da ETAR da Quinta da Bomba.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos resultantes do acordo tripartido em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos de FSE no montante de 426 417 € no ano de 2023 relativo aos encargos decorrentes do acordo tripartido.

8.2.8 RH – FORMAÇÃO

Com as limitações impostas pelas medidas de combate à pandemia COVID-19 e o consequente Teletrabalho, as atividades de formação de Recursos Humanos desenvolvidas pela SIMARSUL no cumprimento do normativo legal registaram em 2020 e 2021 um valor substancialmente inferior ao normal. Desse modo a SIMARSUL pretende, nos anos de 2022 a 2025, e caso não voltem a existir restrições relativas à pandemia COVID-19, recuperar e incrementar os montantes relativos à formação dos seus recursos humanos. Desse modo a SIMARSUL solicita a autorização para despende um montante de 77 400 € no ano de 2023.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos resultantes da recuperação da formação em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende o montante de 77 400 € no ano de 2023 para recuperação da formação dos seus recursos humanos.

8.2.9 ATUALIZAÇÃO BASES DA CARREIRA DL 51/2022, DE 26 DE JUNHO

A atualização das bases da carreira em conformidade com o disposto no DL n.º 51/2022, de 26 de junho corresponde a um acréscimo nos gastos com pessoal, em 2023, de 60 327 €.

A informação relativa à atualização das bases da carreira encontra-se detalhada no capítulo I I.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos resultantes da atualização das bases das carreiras em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos com pessoal no montante de 60 327 € no ano de 2023 relativo aos encargos decorrentes da atualização das bases das carreiras.

8.2.10 ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – ANEXO III

A aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), designadamente o seu anexo III, corresponde a um acréscimo nos gastos com pessoal, em 2023, de 25 501 €.

A informação relativa à aplicação do anexo III do ACT encontra-se detalhada no capítulo I I.2.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos resultantes da aplicação do anexo III do ACT em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para despende um acréscimo dos gastos com pessoal no montante de 25 501 € no ano de 2023 relativo aos encargos decorrentes da aplicação do previsto no anexo III do ACT.

8.2.11 CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES

A contratação de 19 trabalhadores aprovada pelo Despacho n.º 405/2022 – SET, de 22 de novembro, corresponde a um acréscimo nos gastos com pessoal, em 2023, de 412 819 €.

A contratação de 7 trabalhadores decorrentes do aumento de atividade derivado da implementação do “Programa de Neutralidade Energética do grupo AdP” e do “Plano de ação para a gestão de lamas de ETAR – Plano de Circularidade e Valorização Orgânica (Plano C VALOR)”, corresponde a um acréscimo nos gastos com pessoal, em 2023, de 159 965 €.

A informação relativa à contratação de novos trabalhadores encontra-se detalhada no capítulo 11.4.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos resultantes da contratação de novos trabalhadores em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para contratar 7 trabalhadores em 2023 no âmbito da implementação do “Programa de Neutralidade Energética do grupo AdP” e do “Plano de ação para a gestão de lamas de ETAR – Plano de Circularidade e Valorização Orgânica (Plano C VALOR)”, cujo acréscimo dos gastos com pessoal se estima em 159 965 € no ano de 2023.

8.2.12 DESLOCAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO E GASTOS COM A FROTA AUTOMÓVEL

Na estimativa fecho de 2022 verifica-se um aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel face ao verificado em 2021 e face ao estimado no PAO 2022, em virtude de as rendas dos contratos de leasing terem visto o seu prazo prolongado, não estando por esse motivo integrados na IFRS16. Também as deslocações e alojamentos, bem como as portagens, sofrem incrementos ligeiros, com o progressivo retomar da atividade normal e com a integração das infraestruturas do Município de Setúbal.

Desse modo, a variação dos gastos com deslocações, ajudas de custo e gastos com frota automóvel decrescem em 2024 e 2025 mesmo com o esperado aumento do quadro de pessoal e da frota automóvel no ano de 2023, com a prevista integração plena de Setúbal, de acordo com os dados constantes do EVEF anexo ao contrato de concessão.

A informação relativa à frota automóvel encontra-se detalhada no capítulo 8.4.

8.2.13 GASTOS COM CONTRATAÇÕES DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

No fecho de 2022 verifica-se um crescimento dos gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao verificado em 2021 e uma diminuição face ao estimado no PAO 2022, em virtude de alguns dos gastos com trabalhos especializados de consultoria considerados essenciais para o normal funcionamento da empresa e para o cumprimento das orientações emanadas tanto pela tutela como pelo acionista maioritário, nomeadamente ao nível da certificação energética e dos ativos, da implementação e apoio a projetos de inovação e desenvolvimento, críticos para o aumento da eficiência dos processos de tratamento e transporte de efluentes e de avaliação funcional das infraestruturas e da segurança das mesmas, terem sido sujeitos a cortes e a reprogramações temporais.

O facto de não terem existido quaisquer gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria no ano de 2020, implicará necessariamente um incremento desse mesmo valor.

Todavia, e para cumprimento das determinações em termos evolutivos, para 2023 e seguintes prevê-se a continuação da redução dos gastos relativos a estudos, pareceres, projetos e consultoria.

8.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

PMP	2021	2022	2022	2023	2024	2025
Unidade: Dias	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Dívida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	1 629 214	3 164 406	2 264 295	2 564 045	3 674 649	2 215 385
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	3 261 650	5 320 160	3 890 981	5 491 632	5 821 580	3 630 491
PMP Anual em dias	37	50	49	45	50	56

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 19- Prazo médio de pagamentos (PMP)

Na estimativa de fecho de 2022 verifica-se um aumento do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) face ao ano de 2021 em cerca de 32%. Contudo, face ao definido no PAO 2022 o PMP decresce 2%, para 49 dias.

O PMP previsto para 2023 apresenta uma diminuição face ao valor da estimativa de fecho de 2022, passando de 49 para 45 dias. Nos anos seguintes prevê-se uma subida progressiva do PMP, passando para 50 dias, em 2024 e 56 dias em 2025. Este crescimento é consequência do grande aumento do investimento programado para o triénio 2023-2025.

Apesar do esforço feito pela SIMARSUL para manter um PMP abaixo dos 60 dias, no horizonte em análise, a empresa não consegue obter uma trajetória descendente e cumprir com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Os PMP propostos permitem não só cumprir os prazos de pagamento contratualmente aprovados como controlar o crescimento do endividamento da empresa.

Refira-se, no entanto, que apesar desta situação a empresa encontra-se a assegurar o cumprimento do pagamento atempado de todas as faturas recebidas, nos termos das regras da contratação pública.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para incumprir com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, no que diz respeito ao número de dias de redução previstos para o PMP.

8.4 FROTA AUTOMÓVEL

8.4.1 PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DE VIATURAS NO GRUPO ADP (FROTA VERDE)

Em setembro de 2021, as empresas do Grupo Águas de Portugal apresentaram os seus Planos de Atividade e Orçamento para 2022 (adiante designados de PAO2022), nos quais incluíram a estimativa de aumento de custos decorrentes (i) das prorrogações dos contratos de AOV em 2021 e 2022 e (ii) das contratações de novos AOV com a substituição das viaturas operacionais observando a quota mínima de 50% de viaturas com motorização 100% elétrica imposta pelo Despacho n.º 2293-A/2019, de 6 de março dos Senhores Ministros das Finanças e do Ambiente e da Transição Energética.

O Senhor Secretário de Estado do Tesouro, na sequência do relatório da análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) da Águas do Norte, S.A., proferiu o Despacho n.º 110/2022-SET, de 28 de janeiro no qual solicitou a apresentação da “Política do Grupo referente a viaturas, uma análise comparada de custos para cada viatura a substituir, bem como uma análise quanto à necessidade e vantagem/desvantagem de uma substituição total no mesmo período temporal”

Considerando a (i) não aprovação do aumento de custos em sede de aprovação do PAO2022, (ii) a situação excecional que continuamos a viver em decorrência da persistência da emergência de saúde pública de âmbito internacional resultante do vírus do SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, (iii) a conjuntura internacional, que a acrescer à sucessão continuada dos constrangimentos e das consequências decorrentes da pandemia se adicionam os efeitos advenientes da ofensiva militar da Rússia sobre a Ucrânia e que aponta para a existência de reflexos incontornáveis ao nível da indústria automóvel¹, que tal como outros setores da economia, mostra-se profundamente afetada pela situação enunciada, as empresas do grupo Águas de Portugal, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público, procederam à prorrogação de 1.163 contratos de AOV.

Efetivamente face ao quadro existente, afigurava-se que dadas as circunstâncias vigentes e face à incerteza quanto à evolução nos próximos tempos da pandemia e do conflito armado na Ucrânia e seus efeitos quanto à economia e em especial ao mercado automóvel, mas também quanto a novas regulações em matéria de contratação de viaturas por entidades do Setor Empresarial do Estado que poderiam vir a ser consagradas no Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2022 ou em determinações específicas para as entidades tuteladas pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática para cumprir metas ou objetivos nacionais, afigura-se complexa e incerta a entrega das viaturas e as respetivas condições técnicas e financeiras a incorporar na promoção de novos procedimentos de contratação pública para locação de viaturas, implicando que para os contratos de AOV que findam o prazo de vigência em 2022, estes tenham sido prorrogados por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público e a tramitação dos procedimentos de contratação públicos necessários à sua substituição.

Assim, as empresas do Grupo Águas de Portugal após a prorrogação de 1.163 contratos de AOV retomaram a análise da sua proposta de descarbonização da frota automóvel do Grupo Águas de Portugal apresentada em 2020 (a qual passava pela existência de uma frota de veículos ligeiros constituída por modelos híbridos e elétricos, aumentando progressivamente a incorporação dessas soluções também para os veículos comerciais ligeiros, à medida que o mercado apresentasse sucedâneos elegíveis no contexto operacional), à luz do Despacho n.º 110/2020-SET, de 28 de janeiro de 2022, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

As viaturas abrangidas pelas extensões contratuais, terão no final dos respetivos contratos em média 71 meses, no caso limite 194 meses, e a quilometragem média será na ordem dos 151.000 km, nos casos limite atingirá os 450.000 km, com as agravantes de poluírem e consumirem mais combustíveis, comparativamente aos modelos mais recentes.

¹ Ao quadro comprovado de atrasos significativos na produção de viaturas e dos seus componentes (em especial os semicondutores), acrescem dificuldades e problemas adicionais, que se traduzirão em impactos sobre os operadores e comercializadores do setor, gerando acréscimo de custos e dilações consideráveis na produção, transporte e entrega de viaturas.

Para além do exposto, as dificuldades sentidas à escala global na produção e distribuição de viaturas eleva o grau de dificuldade na determinação das condições a exarar no Caderno de Encargos, quer em matéria de prazos de entrega, quer em matéria de preços a considerar, sendo expectável que qualquer procedimento de contratação com início no princípio de 2022 só permitirá a receção de viaturas em 2023.

Estes valores ultrapassam largamente os referenciais convencionais de mercado, com forte impacto nos valores residuais das viaturas, ou seja, deixam de ter valor no mercado secundário, sendo também do interesse da Locadora expurgá-los do seu ativo por terem risco acrescido.

Como contrapartida, através das extensões contratuais, para além de corrigir desvios normais em contratos desta natureza - acentuados por sua vez pelo contexto do COVID que introduziu severas perturbações também à utilização convencional da frota operacional - são também transferidos para as rendas os encargos subjacentes à erosão dos respetivos valores residuais, assim como dos valores previsíveis de manutenção, cada vez mais empolados, sucedendo que, nos casos limite, inclusive expurgam esse valor da renda antecipando encargos elevados com a manutenção e retenção em oficina, obrigando-nos - por falta de alternativa, e de forma a assegurar a continuidade de serviço - a assumir os respetivos encargos autonomamente como serviços não contratados e/ou a recorrer a viaturas de rent-a-car, quando imobilizadas em oficina por longos períodos.

No conjunto de extensões contratuais já concretizadas, a variação numa base anual representa um encargo na ordem dos +19,41% face às rendas atuais, tornando-se evidente que não será possível voltar a efetuar novas extensões para a totalidade das viaturas, face aos elevados riscos de circulação e de manutenção que as viaturas já representam, ultrapassando nalguns casos inclusive, a quilometragem técnica máxima admissível.

Considerando que o Despacho n.º 110/2020-SET, de 28 de janeiro de 2022, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro determina a apresentação de (i) uma Política do Grupo referente a viaturas, (ii) uma análise comparada de custos para as viaturas a substituir e (iii) uma análise quanto à necessidade e vantagem/desvantagem de uma substituição total no mesmo período temporal procedemos à seguinte análise.

Em 2015, no Grupo Águas de Portugal existiam 1.397 viaturas operacionais e em 2021 existem 1.526. Por forma a tornarmos este número comparável, *ceteris paribus*, devemos retirar as viaturas da Águas do Alto Minho, S.A., (adiante AdAM) que só foi constituída em 2020, e da Águas de Portugal Internacional, S.A. (adiante AdP Internacional) por na sua frota estarem incluídas viaturas que se encontram em Angola, Timor, Moçambique, etc. Assim sendo temos 1.428 viaturas.

Se considerarmos que em 2017 foram constituídas, por cisão, quatro novas empresas e consequentemente atribuídas 10 viaturas aos membros executivos dos respetivos conselhos de administração, observamos um aumento de 33 viaturas no Grupo Águas de Portugal de 2015 para 2021, ou seja 2,38%.

Considerando o período de 2015 a 2019, excluindo o impacto da constituição da AdAM, verifica-se no Grupo um aumento de 7% nas infraestruturas (+484 infraestruturas), e de 3,4% na extensão da rede (+891 km).

Desta frota de 1.526 viaturas operacionais, em 2022 procedemos à prorrogação de 1.163 contratos de AOV que terminariam em 2022, sendo que em 2023 teremos mais 98 contratos de AOV a terminar.

Para avaliar a vantagem/desvantagem de uma substituição total no mesmo período temporal, considerámos no período temporal de 2022/2024, as 1261 viaturas cujos contratos de AOV iriam terminar em 2022 e 2023 e estimamos quantas viaturas no final de 2023 poderiam vir a apresentar uma quilometragem superior a 100.000 Km.

Obtivemos para este cenário uma estimativa que aponta para 340 viaturas cujos contratos de AOV, em 2023, podem vir a apresentar uma quilometragem inferior a 100.000 Km, podendo assim os seus contratos voltar a ser prorrogados para 2024, numa tentativa de não concentrar a procura.

Assim, este cenário permitirá a substituição da totalidade da frota operacional do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2022 e 2024, nos seguintes termos:

Ano de Referência	Extensões AOV (ano N -> N+1)	Contratos a Manter	Entregar	Total	Viaturas a contratar
2022	1163	221	248	1526	669
2023	493	283	669	1526	528
2024	-	-	528	1526	0
TOTAL			1445	1526	1197

Tabela 20- Frota operacional do Grupo AdP

O Programa do XXIII Governo Constitucional contempla como uma das medidas a adotar “*prosseguir com o apoio à melhoria de eficácia e eficiência na gestão do ciclo urbano da água, preconizado no Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030, designadamente nos mecanismos de equilíbrio económico e financeiro dos sistemas municipais, na manutenção dos sistemas e redução das perdas de água, inovando nos sistemas de monitorização (smart grids) e no saneamento de águas residuais com programas específicos de alargamento dos sistemas de saneamento de águas residuais; de ligação à rede e novas tecnologias de proximidade e flexibilidade, atuando sobre a gestão e drenagem de águas pluviais, continuando a aposta na Água Residual Tratada associada às ETAR com maior potencial de reutilização, numa gestão eficiente de lamas, e nas medidas associadas ao Plano ZERO de neutralidade energética do Grupo Águas de Portugal*”.

Sendo o Grupo Águas de Portugal (AdP) o maior consumidor de energia elétrica ao nível das entidades públicas, com o impacto ambiental e económico associado - especialmente no atual contexto decorrente do conflito armado na Ucrânia e a crescente volatilidade e tendência de aumento de custos do mercado energético mundial - afigura-se essencial o desenvolvimento de um Programa de Neutralidade Energética, visando a redução de consumos de energia nas infraestruturas sob exploração e gestão das empresas públicas que integram o referido grupo e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, e, bem assim, o recurso à produção descentralizada de energia elétrica através do autoconsumo, promovendo investimentos descentralizados no território continental, na melhoria das condições ambientais, na eficiência, nos recursos renováveis, na digitalização, na reindustrialização, no conhecimento e na experiência dos trabalhadores, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030 e assim tornar o Grupo AdP no primeiro grupo mundial do setor da água a implementar a neutralidade e a autossustentabilidade energética, em linha com o compromisso assumido, por via da subscrição do *"Business Ambition for 1.5° C da United Nations Global Compact"*, no sentido de desenvolver ações e iniciativas que assegurem uma redução de, pelo menos, 50% das emissões de CO₂ registadas em 2010.

A neutralidade energética visada com o citado programa permite inegavelmente contribuir para a redução das emissões de CO₂ no plano nacional, considerando não só a energia elétrica consumida anualmente nas instalações sob gestão das empresas operacionais, mas igualmente toda a energia elétrica consumida em todas as instalações do Grupo AdP (operacionais e não operacionais) em Portugal e nas atividades internacionais, incluindo o contributo das viaturas operacionais que integram a respetiva frota automóvel.

Com efeito, atendendo a que a energia elétrica consumida nas instalações geridas pelas empresas do Grupo AdP representou cerca de 742,0 GWh/ano em 2021, o que equivale a mais de 1,5% do consumo de energia elétrica no país, sendo que 715,8 GWh/ano foram consumidos a partir da Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) e 26,3 GWh/ano foram autoconsumidos a partir da produção própria de 36,6 GWh/ano, dos quais 10,3 GWh/ano vendidos à RESP, existe uma margem significativa para modificação do diagrama/ perfil de consumo que, conjugada com a implementação de medidas de poupança energética incluídas no Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP visam inverter o quadro de partida e potenciar ganhos com reflexos no plano nacional.

No ano de 2021 foram consumidos aproximadamente 2,802 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) pela frota automóvel do Grupo AdP, com a inerente queima de combustíveis geradora de emissões de CO₂, é inegável que a substituição de veículos térmicos por veículos híbridos, plug-in e elétricos, de baixas emissões, na frota automóvel das empresas do Grupo AdP, promoveria uma redução significativa de emissões poluentes, contribuindo para que as metas do RNC 2050 sejam atingidas.

Assim, o Programa de Neutralidade Energética pressupõe um processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP, por via da locação de veículos híbridos, plug-in e elétricos, potenciando que a mesma seja integralmente constituída por “veículos não poluentes”, incluindo “veículos de emissões nulas” (VEN), na aceção prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro, que estabelece o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, excecionando-se somente os segmentos de viaturas essenciais às atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas empresas operacionais do Grupo AdP para as quais não existam no mercado alternativas não poluentes a custos suportáveis.

Num cômputo geral, o Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP deve estabelecer a estratégia de produção de energia 100% renovável, por meios próprios, representando um investimento significativo no território nacional, contribuindo fortemente para a neutralidade carbónica, por efeito da redução estimada de emissões poluentes, donde sobressaem benefícios económicos inegáveis, não somente no plano energético e ambiental, mas ao nível da redução do desvio de recuperação de gastos e da diminuição dos encargos suportados pelas tarifas praticadas pelas empresas do Grupo AdP.

A Frota Verde do Grupo Águas de Portugal será integralmente constituída por “veículos não poluentes”, incluindo “veículos de emissões nulas” (VEN), na aceção prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro, que estabelece o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, excecionando-se somente os segmentos de viaturas essenciais às atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas empresas operacionais do Grupo AdP para as quais não existam alternativas no mercado.

Face ao acima exposto, a Frota Verde do Grupo Águas de Portugal, considerando os preços base para os vários lotes que considerámos nas nossas simulações, irá provocar um aumento das rendas na ordem dos 55%, no triénio 2023-2025, a que corresponderá um aumento de 7 896 M€ naquele período.

Se tivermos em conta o *Total Cost of Ownership* (TCO) – rendas, combustíveis e energia - verifica-se que o valor do aumento das rendas é em parte compensado pela substituição dos combustíveis fósseis pela energia elétrica das viaturas elétricas, levando no triénio 2023-2025 a um aumento de 16,4 %, que representa um incremento de 4,26 M€, desconsiderando, porém, que para além dos gastos operacionais, serão necessários investimentos para assegurar uma rede de postos de carregamento privativos do Grupo AdP que assegure em grande parte a suficiência dos carregamentos das viaturas.

A Frota Verde do Grupo Águas de Portugal assenta no pressuposto dos procedimentos, a efetuar ao abrigo de Acordo Quadro a lançar para o efeito, se concretizem no mês de dezembro de 2022, por forma a permitir a celebração dos novos contratos de AOV durante o 1.º semestre de 2023, já num cenário otimista.

A não implementação deste plano de substituição de frota, implicará que as empresas do Grupo Águas de Portugal terão que, por forma a assegurar a continuidade do serviço público, garantir a substituição das viaturas, mediante novas prorrogações dos atuais contratos, ou a celebração de contratos de rent-a-car.

Podemos conceder que relativamente às viaturas que estimamos venham a ter menos de 150.000km (cerca de 24 viaturas) as locadoras poderão aceder a prorrogar os atuais contratos, mas relativamente às viaturas que estimamos venham a ter mais de 150.000km (1.085 viaturas) ou relativamente às que tenham de ser substituídas na sequência de perda total ou que sejam retidas em oficina (88 viaturas) não será possível qualquer prorrogação, pelo que será necessária a celebração de contratos em rent-a-car.

Este cenário, prorrogação de contratos de AOV para viaturas abaixo de 150.000km e celebração de contratos de AOV para as restantes implicará um acréscimo de custos entre 2023/2025 de cerca de 13.346.975,16€, evidenciando que os rent-a-car são apenas uma solução vantajosa para necessidades específicas e diferenciadas de curto-prazo.

Acresce que já em 2021 as empresas do Grupo Águas de Portugal incorreram em custos com rent-a-car na ordem dos 562.000€ por impossibilidade de substituição de viaturas operacionais, uma vez que as rendas fixadas no Despacho n.º 2293-A/2019, de 6 de março dos Senhores Ministros das Finanças e do Ambiente e da Transição Energética não permitiram as necessárias adjudicações na sequência dos procedimentos de contratação atempadamente tramitados.

Se considerarmos uma renda de 273€/mês+IVA durante 12 meses as empresas do Grupo Águas de Portugal poderiam ter de forma ininterrupta, para o exercício do serviço público de que estão incumbidas, 171 viaturas operacionais em AOV (Segmento Inferior para 100.000km), onde seriam incorporados critérios ambientais ao contrário do que sucede com as rent-a-car.

Face ao acima exposto considerando que o Fundo Ambiental irá apoiar a Frota subsidiando as Viaturas Elétricas em 10.000 € / unidade, replicando o cenário de 2017, num total de 7.500.000€ nos três anos, nas várias empresas do grupo a substituição das 1.445 viaturas, no horizonte temporal de 2022/2024, levará a um aumento de custos máximo de 2,5%.

Pelo que, a SIMARSUL, nos termos do disposto no número 6.º do artigo 144.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto solicita a necessária autorização para o seguinte aumento de gastos com a frota automóvel:

Com IVA n/ DED Empresa PAO	2021 Total	#Viaturas Total	# Viaturas a	2022 Total	Var 2022- 2021	# Viaturas a	2023 (*) Total	Var 2023- 2022	# Viaturas a	2024 Total	Var 2024- 2023	# Viaturas a	2025 Total	Var 2025- 2024
SIMARSUL	123 963	42	3	128 091	4 129	23	174 471	46 380	22	201 819	27 347	-	207 750	5 932

(*) - inclui aumento de frota, em 6 viaturas, pela integração do Município de Setúbal

Tabela 21 - Plano de substituição de viaturas

8.4.2 APLICAÇÃO IFRS 16 NO PROLONGAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE VIATURAS

No Grupo AdP, os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS 16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

Em sede do PAO 2022, a empresa orçamentou o início da renovação da sua frota automóvel, situação que ainda não se concretizou. Por este motivo, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a SIMARSUL tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta alteração não afeta os encargos reportados com a frota, uma vez que para o cumprimento do princípio financeiro são considerados todos os encargos independentemente da forma de contabilização. No entanto, esta alteração traduz, em 2022, um incremento do valor apresentado em FSE, por redução de amortização e juros, que afetando o cálculo de rácio GO/VN, não traduz qualquer degradação da eficiência operacional da Empresa. A concretização do plano de substituição da frota do Grupo AdP irá produzir o movimento contrário. A tabela seguinte permite acompanhar a evolução quer de encargos operacionais quer dos montantes de ativo e passivo.

SIMARSUL Contratos de Viaturas	REAL 2021				EF 2022				PAO 2023			
	IFRS (Amort. + GF)	FSE's	Total	Nº	IFRS (Amort. + GF)	FSE's	Total	Nº	IFRS (Amort. + GF)	FSE's	Total	Nº
AOV existentes/ prolongados / a prolongar	118 936		118 936	42	54 101	68 123	122 224	48	98 274	92 848	191 122	48
AOV Novos Ex-Prolongados												
AOV Não prolongáveis												
AOV Novos Ex-Rent-a-Car												
Outros (Rent-a-Car)												
AOV - Direito Existente												
Viaturas Próprias (Ativo Amort.)												
Retroativos (FSE's)												
TOTAL	118 936	-	118 936	42	54 101	68 123	122 224	48	98 274	92 848	191 122	48

SIMARSUL Viaturas - Posição a 31.12	REAL 2021 Nº	EF 2022 Nº	PAO 2023 Nº
IFRS (Amort. + Gastos financeiros)	42	9	26
FSE's	-	39	22
Direito existente (já aprovadas)	-	-	-
TOTAL	42	48	48

Tabela 22- Encargos operacionais – ativo e passivo – Frota SIMARSUL

9 RECURSOS HUMANOS

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao setor empresarial do Estado.

9.1.1 QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Junto se dá nota do universo dos recursos humanos da empresa e da respetiva evolução prevista para o triénio:

Quadro de Pessoal	2021 REAL	2022 PAO	2022 EF	2023 PAO	2024 ESTIMADO	2025 ESTIMADO
Órgãos Sociais (a)	11	11	11	11	11	11
Pessoal	100	119	122	129	130	131
Trainees	0	0	0	1	1	0
Total	111	130	133	141	142	142

(a) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Quadro de Pessoal	2021 REAL	2022 PAO	2022 EF	2023 PAO	Var 2023 / 2022	
					Valor	%
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	111	130	133	140	7	5,3%
Nº de Órgãos Sociais (O.S.) (número)	11	11	11	11	-	0,0%
Nº de Cargos de Direção sem O.S. (número)	3	3	3	3	-	0,0%
Nº de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (n.º)	97	116	119	126	7	5,9%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b/(1-g))	8,3%	6,8%	7,3%	6,3%	-	-1,0%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 23- Quadro de recursos humanos

Ao nível do quadro de pessoal da empresa, prevê-se que o ano de 2023 termine com mais 7 trabalhadores e 1 estagiário do programa WAVE do que o ano de 2022.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para contratar 7 trabalhadores em 2023 no âmbito da implementação do “Programa de Neutralidade Energética do grupo AdP” e do “Plano de ação para a gestão de lamas de ETAR – Plano de Circularidade e Valorização Orgânica (Plano C VALOR)” e recrutar 1 estagiário ao abrigo do “Programa WAVE” no ano de 2023.

Relativamente às alterações na estrutura de pessoal da SIMARSUL previstas, verificam-se as seguintes alterações de 2022 para 2023:

Grupo Profissional	Movimento de Pessoal - 2023							
	Situação a 31.12.21	Situação a 31.12.22	Saídas esperadas (reformas + outros)	Substituições de saídas (obriga a entrada para base da carreira)	Entradas ao abrigo do Programa Zero (neutralidade / lamas)	Entradas ao abrigo do Wwave (trainees)	Atualização da Base da Carreira	Situação a 31.12.23
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[1]-[2]+[3]+[4]+[5]+[6]	
Órgãos sociais	11	11	-	-	-	-	-	11
Cargos de direção (s/ OS)	3	3	-	-	-	-	-	3
Técnico Superior C	5	6	-	-	-	-	-	6
Técnico Superior B	18	24	-	-	3	-	-	27
Técnico Superior A	3	1	-	-	-	-	-	1
Técnico C	3	6	1	1	-	-	-	6
Técnico B	12	16	-	-	2	-	-	18
Técnico A	3	1	-	-	-	-	-	1
Técnico Operativo C	-	28	-	-	-	-	-	28
Técnico Operativo B	42	31	-	-	2	-	-	33
Técnico Operativo A	11	6	-	-	-	-	-	6
Trainees	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	111	133	1	1	7	1	-	141

(*) – apresentar desagregação por carreira, categoria e área de especialidade, quando aplicável.

Tabela 24- Movimento de pessoal - 2023

A SIMARSUL prevê terminar o ano de 2022 com 133 trabalhadores e o ano 2023 com 140 trabalhadores e 1 estagiário. O número de trabalhadores previsto pela empresa para 2023 visa suprimir a falta de recursos existente, que tem vindo a condicionar o funcionamento, a operação e a manutenção das infraestruturas em condições de segurança e a garantia de um serviço de qualidade às populações servidas.

A SIMARSUL solicita ainda autorização para o recrutamento destinado à substituição, ao longo do ano de 2023, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora ou por reforma e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos na proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos com pessoal.

O PAO 2023 foi elaborado tendo em consideração a admissão, ainda em 2022, dos 2 trabalhadores previstos no PAO2022, a termo, bem como das admissões previstas para 2022 e 2023.

Admissão de trabalhadores - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Direção	Ano admissão	EF 2022	PAO 2023	EST 2024	EST 2025	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	DINF/MAN	2022	1 494	20 334	21 364	22 285	Gastos Autorizados no PAO 2021
Técnico	DINF/MAN	2022	1 494	20 334	21 364	22 285	
			2 988	40 667	42 728	44 569	

Tabela 25- Admissões de trabalhadores previstas do PAO 2021

9.1.2 GASTOS COM PESSOAL

Relativamente aos gastos com o pessoal, apresenta-se de seguida a evolução real e prevista dos mesmos para o horizonte temporal de 2021 a 2025:

Custos com Pessoal	2021	2022	2022	2023	2024	2025
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Remunerações dos Órgãos Sociais	247 032	302 229	307 078	323 893	324 025	324 025
Remuneração do Pessoal	2 282 813	2 854 577	2 603 393	3 285 172	3 420 343	3 553 844
Encargos sobre Remunerações	567 058	673 124	640 759	798 737	832 523	865 022
Seguros	160 252	159 854	138 906	191 290	192 635	194 681
Outros Gastos com Pessoal	66 818	165 651	113 388	163 656	119 201	120 098
Trabalhos para a Própria Empresa	-	-	-	-	-	-
Total	3 323 972	4 155 435	3 803 524	4 762 749	4 888 727	5 057 669
Impacto do ACT	14 034	311 135	305 865	25 501	26 678	27 820

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 26- Gastos com pessoal – 2021 a 2025

Custos com Pessoal	2019	2020	2021	2022	2022	2023	Var 2023 / 2022	
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	PAO	EF	PAO	Valor	%
Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)	3 261 146	3 454 925	3 323 972	4 155 435	3 803 524	4 762 749	959 225	25,2%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	384 531	383 828	313 535	383 377	387 193	410 608	23 415	6,0%
(b) Gastos com Cargos de Direção	260 486	270 539	274 717	283 237	277 756	295 893	18 136	6,5%
(c) Remunerações do Pessoal	2 180 350	2 329 696	2 229 052	2 933 724	2 577 234	3 333 719	756 486	29,4%
(i) Vencimento base+Subs. Férias+Subs. Natal	1 823 743	1 948 659	1 902 478	2 239 308	1 956 297	2 895 144	938 847	48,0%
(ii) Outros subsídios	310 138	353 773	312 540	383 281	315 072	413 074	98 003	31,1%
(iii) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do ACT	46 469	27 264	14 034	311 135	305 865	25 501	-280 364	-91,7%
(iv) Valorizações remuneratórias não decorrentes do ACT (*)	-	-	-	-	44 011	275 358	231 346	525,7%
(d) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
(e) Ajudas de custo	628	734	217	-	282	-	-282	-100,0%
(f) Restantes encargos	435 151	470 127	458 278	555 098	519 551	670 991	151 440	29,1%
(g) Rescisões/Indemnizações	-	-	-	-	-	44 637	44 637	0,0%
(h) Gastos decorrentes de efeitos COVID-19	-	-	48 173	-	41 508	6 900	-34 608	-83,4%
(iv) Trabalho suplementar	-	-	43 040	-	25 990	-	-25 990	-100,0%
(v) EPI's	-	-	4 800	-	5 178	2 000	-3 178	-61,4%
(vi) Outros	-	-	333	-	10 340	4 900	-5 440	-52,6%
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii), (g) e (h)	3 214 676	3 427 661	3 261 766	3 844 300	3 456 151	4 685 710	1 229 559	35,6%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Quadro de Pessoal	2019	2020	2021	2022	2022	2023	Var 2023 / 2022	
	REAL	REAL	REAL	PAO	EF	PAO	Valor	%
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	111	111	111	130	133	140	7	5,3%
Nº de Órgãos Sociais (O.S.) (número)	11	11	11	11	11	11	-	0,0%
Nº de Cargos de Direção sem O.S. (número)	3	3	3	3	3	3	-	0,0%
Nº de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (n.º)	97	97	97	116	119	126	7	5,9%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b/(1-g))	8,0%	7,8%	8,3%	6,8%	7,3%	6,3%	-	-1,0%

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Nota (*):

Aplicação do DL n.º 51/2022, de 26 de junho

Atualizações salariais decorrentes do aumento da inflação, 1,2%, para 2022

Aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado em 24 de outubro de 2022

Aplicação do novo Regime de Exercício de Funções em Regime de Comissão de Serviço

Prémios de desempenho

Reposição do corte de 5% nas remunerações dos Órgãos Sociais

Tabela 27- Evolução dos gastos com pessoal – 2019 a 2023

Verifica-se que, ao nível dos gastos com pessoal, o fecho de 2022 apresenta valores abaixo dos previstos no PAO 2022, fundamentalmente pelo efeito pela entrada mais tardia das substituições diretas de trabalhadores e dos novos trabalhadores. Verifica-se em 2023 um acréscimo significativo nos gastos com o pessoal, em resultado da entrada de novos trabalhadores e de outros efeitos, cujo detalhe se encontra nos capítulos 10 e 11.

De modo a mais facilmente explicar as principais variações ocorridas nos gastos com o pessoal, verificadas entre a estimativa de fecho de 2022 e a previsão para 2023, assim como a sua comparabilidade procedemos à elaboração do quadro que abaixo se apresenta:

Variação de Gastos com o Pessoal - decomposição		
Gastos com o Pessoal (DR) Real 2021		3 323 972
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	+/-	73 657
Anualização das Entradas de trabalhadores 2021	+/-	41 227
Anualização das Saídas de trabalhadores 2021	-	(112 866)
Anualização das Saídas de trabalhadores 2022	-	(55 708)
Entrada de trabalhadores 2022 (a)	+	146 236
Absentismo 2022 (b)	-	(58 052)
Atualizações salariais 2022:		344 407
Atualização	+	31 523
Técnico	+	563
Técnico superior	+	6 456
Técnico operativo	+	-
Promoções / Progressões	+	11 580
Prémios	+	-
Art. 21.º	+	294 285
Outros	+	-
Efeito COVID-19 em 2022	+	41 508
Regularização de vínculos	+	9 159
Indemnizações por rescisão	+	-
Outros gastos:		49 983
Seguros	+/-	(21 306)
Formação	+/-	46 584
Ação Social	+/-	2 660
Outros	+/-	22 045
Variação na capitalização encargos (2022#2021)	+/-	-
Gastos com o Pessoal (DR) EF 2022		3 803 524
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	+/-	23 415
Anualização das Entradas de trabalhadores 2022	+	454 439
Anualização das Saídas de trabalhadores 2022	-	(41 958)
Anualização das Saídas de trabalhadores 2023	-	(19 626)
Entrada de trabalhadores 2023	+	168 778
Absentismo 2023	-	-
Atualizações salariais 2023:		278 466
Atualização	+	131 728
Técnico	+	1 424
Técnico superior	+	58 903
Técnico operativo	+	16 548
Promoções / Progressões	+	25 501
Prémios	+	20 689
Art. 21.º	+	-
Outros	+	23 673
Efeito COVID-19 em 2023	+	-
Efeito Geopolítico e Energia em 2023	+	-
Regularização de vínculos	+	-
Indemnizações por rescisão	+	44 637
Outros gastos:		51 073
Seguros	+/-	48 901
Formação	+/-	7 044
Ação Social	+/-	10 377
Outros	+/-	(15 249)
Variação na capitalização encargos (2023#2022)	+/-	-
Gastos com o Pessoal (DR) PAO 2023		4 762 749

(a) valor não corresponde ao total do gasto do ano, uma vez que a entrada dos trabalhadores ocorre durante o ano de 2022.

(b) valor corresponde ao 1.º semestre de 2022.

Tabela 28- Variação dos gastos com pessoal – 2021 a 2023

10 VARIAÇÕES DOS ENCARGOS 2022

Na estimativa de fecho que 2022 foram considerados os seguintes aumentos de gastos com pessoal;

- Atualização salarial de 1,2%, com efeitos a 1 de janeiro de 2022;
- Atualização das bases das carreiras, com efeitos a 1 de janeiro de 2022;
- Aplicação da cláusula 21.^a dos ACT, com efeitos a 1 de janeiro de 2022;

10.1 ATUALIZAÇÃO SALARIAL DE 1,2%

Quanto à atualização salarial de 1,2% a mesma decorre da aplicação, por determinação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, às remunerações dos trabalhadores da SIMARSUL, das atualizações salariais previstas no Decreto-Lei n.º 10-B/2020 de 20 de março e no Decreto-Lei n.º 109-A/2021 de 7 de dezembro, os quais procederam à atualização das remunerações da Administração Pública, em 0,3% no ano de 2020 e 0,9% no ano de 2022, que na SIMARSUL se traduz, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, num aumento de gastos com pessoal em 2022 de 31 523€.

10.2 ATUALIZAÇÃO DAS BASES DA CARREIRA

No que concerne à atualização das bases das carreiras, o Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho, como medidas de valorização remuneratória dos trabalhadores em funções públicas, “procede à determinação da posição remuneratória mínima para o candidato à carreira geral de técnico superior com o grau de doutor, à fixação de regras de reposicionamento para os trabalhadores que tenham concluído ou venham a concluir o doutoramento, e à alteração dos níveis remuneratórios da carreira geral de técnico superior e da categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico.”

Da aplicação, por determinação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, destas medidas de valorização remuneratória aos trabalhadores do grupo águas de Portugal resultam as seguintes bases das carreiras nas empresas do grupo abrangidas pelos Acordos Coletivos de Trabalho:

Bases das Carreiras 2022 (após 1,2%)		
	Atuais Bases das	
	Carreiras	ACT
Técnicos Operativos	€ 723.00	€ 732.00
Técnicos	€ 755.00	€ 764.00
Técnicos Superiores		
Sem Licenciatura		€ 1,247.00
Com Licenciatura	€ 902.00	€ 1,268.00
Doutoramento		€ 1,657.00

Assim, na SIMARSUL esta nova base das carreiras, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, traduz-se num aumento de gastos com pessoal em 2022 de 7 019€ e em 2023 de 60 327€.

10.3 CLÁUSULA 21.^a DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO (ACT)

A Cláusula 21.^a dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) reproduz o direito à reclassificação previsto no artigo 115.º do Código do Trabalho introduzindo módulos temporais para referência do vencimento do direito à reclassificação.

Face ao acima exposto a aplicação desta disposição transitória constante da parte final do n.º 2 da cláusula 21.^a dos ACT na SIMARSUL, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, traduz-se num aumento estimado de gastos com pessoal em 2022 de 294 285€.

11 VARIAÇÕES DOS ENCARGOS 2023

Para 2023, com vista à aplicação do previsto no Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado no passado dia 24 de outubro de 2022, aos trabalhadores do grupo Águas de Portugal, para além dos gastos correntes com pessoal, foi considerado o seguinte aumento de gastos com pessoal:

- Valorização das remunerações de todos os trabalhadores, através do aumento anual de 2,0%, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, ou um mínimo de 52,00€, com exceção dos técnicos superiores que em 2023 terão um aumento de 104,22€ (através de um salto adicional de um nível remuneratório em toda a carreira);
- Estas valorizações traduzem-se num aumento do salário médio dos trabalhadores do grupo Águas de Portugal de 4,91%;
- Estas valorizações não afetam as progressões e promoções a que cada trabalhador tenha direito.
- Atualização das Bases das Carreiras, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, nos seguintes termos:

Atualização de 2% e um mínimo de 52€	
Bases das Carreiras ACT	
2023	
Técnicos Operativos	€ 784.00
Técnicos	€ 897.00
Técnicos Superiores	
Sem Licenciatura	€ 1,353.00
Com Licenciatura	€ 1,398.00
Doutoramento	€ 1,766.00

- Os Técnicos Operativos com mais de 15 anos de antiguidade, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, serão valorizados em mais 1 escalão; os que tenham mais de 30 anos de antiguidade aumentam 2 escalões;
- Aumento do subsídio de refeição, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, para 7,63€;
- A remuneração por trabalho suplementar a partir das 100 horas será sujeita ao seguinte aumento:
 - 50% pela primeira hora ou fração desta, em dia útil;
 - 75% por hora ou fração subsequente, em dia útil;
 - 100% por cada hora ou fração, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em feriado.

Para além destas matérias que decorrem diretamente da aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado no passado dia 24 de outubro de 2022, no PAO 2023 das empresas do grupo Águas de Portugal também se encontra previsto:

- Progressões e promoções de desempenho;
- Prémios de Desempenho a atribuir de acordo com Regulamento a aprovar nos termos do disposto no artigo 135.º do Decreto-Lei nº. 53/2022 de 12 de agosto;
- Aumento de *headcount*;
- Regularização de Vínculos (Necessidades Permanentes);
- Novas Admissões (Acréscimo de Atividade);
- Comissões de Serviços;
- Programa de Trainees do grupo Águas de Portugal;
- Programa Rejuvenescer.

11.1 ACORDO PLURIANUAL DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Da aplicação do previsto no Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública (APVTAP), assinado no passado dia 24 de outubro de 2022, aos trabalhadores da SIMARSUL resulta o aumento de gastos com pessoal a seguir discriminado para o qual se solicita a necessária autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Este aumento de gastos deverá ser excecionado do cálculo do GO/VN na medida em que se traduz numa imposição legal de igualdade de tratamento entre os trabalhadores do Estado, em sentido lato.

Unidade: Eur		2023
Aumento de 2% (mínimo de 52€/mínimo 104€)		131 728
Técnicos/as: 897€		1 424
Bases das Carreiras	Técnicos/as superiores sem licenciatura: 1 353€	
	Técnicos/as superiores com licenciatura: 1 398€	58 903
	Técnicos/as superiores com doutoramento: 1 766€	
Subsídio de Alimentação: 7,63€		15 840
Valorização de 1 escalão para Tec. Op. Com antiguidade superior a 15 anos		16 548
Total		224 443

Tabela 29- Acréscimo dos gastos com pessoal decorrentes da aplicação do APVTAP - 2023

1.1.2 PROGRESSÃO E PROMOÇÃO SALARIAL – ANEXO III ACT

As regras de progressão e evolução na carreira constam do anexo III dos ACT, o qual regula as regras de promoção salarial (vertical) e de progressão salarial (horizontal).

A progressão na carreira é automática quando baseada nos créditos para progressão salarial que assentam na avaliação de desempenho e assiduidade e a promoção depende, nomeadamente, de uma decisão de gestão.

Para o exercício de 2023 (por forma a aproximar a média das empresas do grupo do aumento de massa salarial acordado para os trabalhadores da função pública de 5,1%) foi considerado como gastos com pessoal para progressões e promoções salariais 0,7% da massa salarial da SIMARSUL, que corresponde ao montante de 25.501€.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para, em 2023, efetuar a progressão e promoção salarial, traduzindo-se num aumento de gastos com pessoal em 2023 de 25 501 €.

1.1.3 PRÉMIOS DE DESEMPENHO

A atribuição de Prémios de Desempenho encontra-se prevista no artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto que estabelece no seu n.º 1 que “As empresas do setor público empresarial e as entidades independentes devem dispor de instrumentos que prevejam mecanismos de valorização dos seus trabalhadores, de desenvolvimento de carreiras e de avaliação do desempenho com diferenciação de mérito, bem como, de eventual atribuição de prémios de desempenho, aprovados nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual.”

Refere, ainda o n.º 2 que “Os mecanismos referidos no número anterior, que não sejam regulados por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável, ou em outros instrumentos legais ou contratuais vigentes, podem ser previstos em regulamento interno, desde que igualmente o mesmo seja aprovado nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual.”

Face ao acima exposto, as empresas do grupo Águas de Portugal, considerando os resultados da avaliação de desempenho que se encontra prevista nos ACT, irão proceder à atribuição de prémios de desempenho.

A nota da avaliação de competências e a nota final resultante do processo de avaliação de desempenho relevam para a atribuição de prémios de desempenho, para efeitos de elegibilidade e aferição do direito ao recebimento do prémio.

Sem prejuízo do processo de aprovação, nos termos do disposto no artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto, do Regulamento de Atribuição de Prémios de Desempenho do grupo Águas de Portugal, que se encontra em curso, para o exercício de 2023 (por forma a aproximar a média das empresas do grupo do aumento de massa salarial acordado para os trabalhadores da função pública de 5,1%) foi considerada, na sequência da imposição legal que decorrer da norma legal supra referida, a atribuição de prémios de desempenho correspondentes a 0,5% da massa salarial da SIMARSUL, que corresponde ao montante de 23 058€.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para, em 2023, atribuir prémios de desempenho aos trabalhadores, traduzindo-se num aumento de gastos com pessoal em 2023 de 23 058 €.

11.4 CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES

A SIMARSUL obteve em 2002, com a aprovação do seu Plano de Atividades e Orçamento, autorização para proceder à integração/contratação dos 16 trabalhadores necessários para a operação da nova atividade resultante da integração plena de Setúbal, bem como, para proceder à regularização do vínculo contratual com 2 prestadores de serviço e ao recrutamento de 1 técnico superior de sistemas de informação.

Em resultado das regularizações de vínculos aprovada apresenta-se de seguida o impacto nos gastos com pessoal.

Admissão de trabalhadores (Regularização de Vínculos) - Impacto nos Gastos com o Pessoal								
Admissão trabalhadores	Função/Área	Ano admissão	FSE 2023	EF 2022	PAO 2023	EST 2024	EST 2025	Despacho de autorização/ Observações
Técnico	Administrativa	2022	13 200	4 579	20 353	21 364	22 285	Necessidade permanente em prestação de serviços Aprovado no PAO 2022
Técnico	RH	2022	15 510	4 579	20 353	21 364	22 285	
			28 710	-	40 705	42 728	44 569	

Tabela 30 -Admissão de trabalhadores – Regularização de vínculos

A contratação do Técnico Superior de Sistemas de Informação (STI) aprovada em sede de PAO2022 resulta num acréscimo de gastos com pessoal que se apresenta de seguida.

Admissão de trabalhadores - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Função/Área	Ano admissão	EF 2022	PAO 2023	EST 2024	EST 2025	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	STI	2022	3 719	52 947	54 259	55 269	Reforço da área de STI em virtude dos projectos de digitalização em curso Aprovado no PAO 2022
			3 719	52 947	54 259	55 269	

Tabela 31 -Admissão de trabalhadores – Reforço área STI

De seguida apresenta-se os impactos estimados nos gastos com pessoal, resultantes das admissões por integração da operação do sistema de Setúbal.

Admissão de trabalhadores (Integração Setúbal) - Impacto nos Gastos com o Pessoal							Despacho de autorização/ Observações
Admissão trabalhadores	Função/Área	Ano admissão	EF 2022	PAO 2023	EST 2024	EST 2025	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	Contratação por motivo de aumento de actividade - Integração na concessão do Município de Setúbal Aprovado no PAO 2022
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico Operativo	CO Setúbal	2022	1 312	17 698	18 714	19 635	
Técnico	CO Setúbal	2022	1 494	20 334	21 364	22 285	
Técnico Superior	CO Setúbal	2022	2 050	28 818	29 897	30 818	
Técnico Superior	CO Setúbal	2022	2 050	28 818	29 897	30 818	
Técnico Superior	CO Setúbal	2022	2 050	28 818	29 897	30 818	
			23 384	319 168	335 625	350 355	

Tabela 32 -Admissão de trabalhadores – Integração do município de Setúbal

11.4.1 POR AUMENTO DE ATIVIDADE

Acresce que a SIMARSUL pretende proceder em 2023 à contratação de 3 trabalhadores, por aumento de atividade, decorrente da implementação do Programa de Neutralidade Energética do grupo AdP, já aprovado pelo concedente, que irá permitir uma redução de 185.070 ton/ano de emissões de CO₂ (em 2031), totalizando cerca de 2,776 milhões de toneladas nos 15 anos do projeto subsequentes (de 2031 a 2045).

As emissões evitadas (185,1 mil toneladas de CO₂ por ano) representam uma poupança para Portugal de 8,1 MEUR/ano, totalizando 121,1 milhões de euros nos 15 anos do projeto a preços de 2021 (43,61 EUR/ton CO₂).

Também o compromisso assumido pelas empresas do grupo AdP no âmbito do “Business Ambition for 1,5%” que se traduz na adoção de medidas que visam evitar que as emissões de gases de efeito de estufa em 2030 não ultrapassem metade das emissões verificadas em 2010 e na emissão de zero emissões líquidas até 2050 assenta na concretização do Programa ZERO supra descrito.

O Programa ZERO pretende contribuir para a descarbonização do nosso modo de vida, para a valorização do território e dos seus habitats e para a promoção de uma economia mais circular - os pilares das políticas ambientais públicas seguidas por Portugal -, com base numa estratégia colaborativa e próspera, com todos e para todos, e que assegure uma transição justa e inclusiva.

Também para a implementação do Plano de ação para a gestão de lamas de ETAR – Plano de Circularidade e Valorização Orgânica (Plano C VALOR), já aprovado pelo concedente, a SIMARSUL terá de proceder à contratação de 4 trabalhadores, considerando o aumento de atividade decorrente da sua implementação.

O conjunto das empresas do Grupo AdP produzem atualmente cerca de 390.000 toneladas de lama de ETAR por ano e estima-se que nos próximos anos a produção anual possa atingir as 440.000 toneladas, com a internalização das operações da concessão da Tratave.

Atualmente, a gestão de lamas de ETAR em todas as empresas do Grupo AdP é garantida através de vários contratos de prestação de serviços, assegurados por empresas privadas devidamente licenciadas para tal.

Nos últimos três anos, 2018 a 2020, verificou-se um forte agravamento generalizado dos preços cobrados pela gestão de lamas de ETAR, com impactos significativos nas empresas do Grupo AdP, tendência que se mantém nas atuais condições de mercado.

Neste contexto, o Grupo Águas de Portugal desenvolveu um plano de ação para a gestão de lamas de ETAR – Plano de Circularidade e Valorização Orgânica (Plano C VALOR) - cujos investimentos em instalações de tratamento e valorização nas ETAR, tem como objetivos globais:

- Redução em mais de 50 % a quantidade de lamas que são encaminhadas das instalações do Grupo para destino final;
- Redução em 75 % dos encargos anuais com a gestão de lamas;
- Aumento da produção de energia elétrica renovável;
- Produção de produtos de valor acrescentado para promover a economia circular, designadamente no que respeita ao mercado de nutrientes;

Não obstante a inclusão dos investimentos nos Planos de atividade 2021-2023 com recurso a comparticipação a 85% do investimento financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, atendendo à não confirmação da mesma, o estudo do impacto do Plano de Lamas em cada empresa individualmente considerou os efeitos desta não comparticipação no endividamento da empresa, integrando os custos financeiros correspondentes.

Os estudos preliminares efetuados apontam para a execução de investimentos da ordem de 106 milhões de euros, beneficiando todas as regiões do País, na construção de 24 instalações de tratamento/valorização de lamas, de modo a atingir os objetivos acima elencados. A avaliação do impacto das intervenções preconizadas no Plano de Lamas no EVEF de cada uma das empresas revelou um impacto positivo variando entre imaterial até cerca de 39 milhões de euros.

Quer o Programa de Neutralidade Energética, quer o Plano de Lamas são alvo de pedidos de autorização para a realização do investimento, no qual é efetuada a demonstração dos respetivos benefícios para a concessão, sendo considerados nesta análise todos os custos operacionais inerentes, gastos com pessoal inclusive.

Admissão de trabalhadores (Neutralidade Energética e Plano de Lamas) - Impacto nos Gastos com o Pessoal							
Admissão trabalhadores	Função/Área	Ano admissão	EF 2022	PAO 2023	EST 2024	EST 2025	Despacho de autorização/ Observações
Técnico Superior	Lamas	2023	-	27 979	29 066	29 987	
Técnico Superior	Lamas	2023	-	27 979	29 066	29 987	
Técnico Operativo	Lamas	2023	-	17 690	18 714	19 635	Recursos integrados no programa Zero - Contratação ocorre se o concedente der aprovação ao projecto
Técnico Operativo	Lamas	2023	-	17 690	18 714	19 635	
Técnico Superior	Neutralidade	2023	-	27 979	29 066	29 987	
Técnico	Neutralidade	2023	-	20 324	21 364	22 285	
Técnico	Neutralidade	2023	-	20 324	21 364	22 285	
			-	159 965	167 354	173 799	

Tabela 33 -Admissão de trabalhadores – Programa de Neutralidade Energética e Plano de Lamas

11.5 EXERCÍCIO DE FUNÇÕES EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO

A Autoridade para as Condições no Trabalho iniciou em julho de 2021 um processo inspetivo na Águas do Norte, no âmbito do qual solicitaram para análise, nomeadamente, todos os acordos individuais para exercício de funções em regime de comissão de serviço.

Os assessores jurídicos na área laboral, do grupo Águas de Portugal, face ao atual diagnóstico no grupo e à inspeção que se encontra a decorrer na Águas do Norte recomendam que “A opção por um montante fixo entende-se preferível e aconselhável, fundamentalmente, com questões de certeza e segurança jurídica para os empregadores do Grupo AdP, visando evitar potenciais situações de tratamentos salariais diferenciados, potencialmente injustificados ou difíceis de fundamentar, designadamente à luz do princípio da igualdade salarial.”, referem ainda que, “(...), existindo já alguma margem de diferenciação e discricionariedade do empregador quanto ao enquadramento da Remuneração Base em Comissão de Serviço num dos níveis da “banda” da Tabela, mediante decisão de gestão, considera-se aconselhável não existir um segundo nível de variabilidade por decisão de gestão relativamente à fixação da percentagem do Subsídio de Comissão de Serviço, já que tal se prefigurarão como potencialmente mais adverso à salvaguarda dos temas da uniformização e da igualdade, sobretudo nos casos de ausência ou insuficiente fundamentação das opções.”.

De acordo com a recomendação supra a atribuição de um subsídio fixo de 21,2% afigura-se como a solução mais adequada e equitativa devendo, assim, nas situações de atribuição de comissão de serviço a remuneração do/a trabalhador/a resultar do seu enquadramento na respetiva banda salarial acrescida de 21,2% a título de subsídio de comissão de serviço.

Efetivamente as regras em vigor no grupo, até à data permitem a atribuição de um subsídio de comissão de serviço até 21,2% e o enquadramento nas “bandas” não sendo claro a que remuneração este subsídio deve ser indexado. Face a esta falta de clareza no enquadramento existem situações muito dispare nas empresas do grupo acrescentando que a amplitude das bandas definidas no Manual não é homogénea, sendo de 104,4% no caso dos/as coordenadores/as de departamento (abrange quatro níveis e nos restantes três) e nos restantes de cerca de 70%, carecendo, assim, de uniformização.

Na sequência do trabalho realizado com o diagnóstico de RH concluído no início de 2022, foi possível apurar que existe uma grande disparidade na atribuição das comissões de serviço nas empresas do Grupo Águas de Portugal:

- o total da remuneração auferida já inclui a comissão de serviço e pode ou não enquadrar-se nas bandas definidas (remuneração identificada no recibo de vencimento como uma única parcela);
- atribuição de subsídio de comissão de serviço de 0% e 144% da remuneração (remuneração identificada no recibo de vencimento como duas parcelas);
- nomeação de supervisor como chefia, com a consequente atribuição de um acréscimo de remuneração de 21,2% nuns casos noutros sem qualquer adicional de remuneração associado, não existindo este cargo em qualquer Manual ou Regulamento em vigor no grupo e o conteúdo funcional poderá enquadrar-se em responsáveis de área ou simplesmente em trabalhadores com isenção de horário de trabalho, não correspondendo a qualquer cargo de chefia.

Face a esta diferença de enquadramentos no grupo, à inexistência de um procedimento comum, ao processo inspetivo promovido pela Inspeção da Autoridade para as Condições no Trabalho em curso na Águas do Norte sobre este tema, as empresas do grupo Águas de Portugal terão de implementar regras comuns que permitam a salvaguarda dos temas da uniformização e da igualdade como referem os nossos assessores jurídicos e como suspeitamos pretenda a Autoridade para as Condições no Trabalho.

Para tanto foi aprovado um novo Regime de Exercício de Funções em Regime de Comissão de Serviço, que já foi colocado a parecer não vinculativo das estruturas sindicais e agora será remetido para igual parecer dos delegados sindicais e Comissões de trabalhadores e este será implementado nas empresas de acordo com a aprovação do aumento de gastos com pessoal previsto no respetivo PAO.

Este Regime prevê o exercício das funções de responsável de área, coordenador de departamento, coordenador regional e diretor em comissão de serviço com a remuneração enquadrada em “bandas” definidas para cada função, tendo estas bandas todas a mesma amplitude de cerca de 70%.

A esta remuneração acresce o subsídio de comissão de serviço de 21,2%, sendo que o trabalhador cuja remuneração base se situar acima das “bandas”, com a nomeação em comissão de serviço não receberá qualquer subsídio.

A implementação deste novo regime, que visa regularizar e a salvaguarda dos temas da uniformização e da igualdade na SIMARSUL terá um aumento de gastos no montante de 8 193€, que considerando a inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho e o parecer dos nossos consultores jurídicos não podemos deixar de considerar como uma imposição legal.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para, em 2023, proceder à regularização das comissões de serviço, traduzindo-se num aumento de gastos com pessoal em 2023 de 8 193 €.

11.6 PROGRAMA DE TRAINEES DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

O WAVE é um Programa de Trainees do Grupo Águas de Portugal que pretende agregar os melhores talentos de Portugal.

A 1ª. edição do Programa WAVE realizou-se em 2017/2018, contou com mais de 1.000 candidaturas de jovens talentos de diversas áreas. Destas candidaturas, foram selecionados 20 trainees com os quais foram celebrados contratos de estágio, que posteriormente se converteram em contratos de trabalho sem termo com as empresas do grupo AdP.

Desde essa data não foi possível replicar este programa, que teve uma enorme receptividade e sucesso quer junto dos candidatos quer junto das empresas, por as condições indispensáveis à sua realização não se encontrarem reunidas.

O Programa WAVE é um programa do grupo AdP e terá de se iniciar em todas as empresas em simultâneo e em todas as empresas com as mesmas condições.

Por outro lado, aquando da seleção dos candidatos não poderemos deixar de oferecer perspectivas de futuro, não é suficiente celebrar um contrato de estágio se não for possível, se a empresa não estiver autorizada a, converter o mesmo em contrato sem termo se a prestação de trabalho do trainee durante o estágio o justificar.

Mas para tanto é necessário que a autorização seja para contrato de estágio e posterior aumento de quadro com conversão do contrato de estágio em contrato de trabalho sem termo, se se justificar.

Um programa de trainees no qual se oferece um estágio, mas não se oferece a possibilidade, caso corresponda às expectativas e desempenhe cabalmente o que lhe é exigido, de continuar na empresa não permitirá captar “os melhores” - principal objetivo deste programa.

Atenta a elevada média etária do quadro de pessoal do Grupo AdP, e à necessidade de reforçar o serviço público com novas competências e novas formas de atuar, reforçando a aposta na inovação e em novas tecnologias, consideramos essencial proceder ao recrutamento junto das Universidades, de jovens recém-licenciados com elevado potencial, conduzindo este processo a partir da holding considerando a sua transversalidade a todo o Grupo.

Para além da oportunidade dada aos jovens de adquirir conhecimentos específicos sobre o setor da água, através do contacto com profissionais experientes, este programa permite renovar os quadros e as competências do Grupo, introduzir ideias e práticas novas na nossa cultura e reforçar a notoriedade da AdP junto dos jovens e do meio académico e, também, junto das populações.

Através da participação em projetos estratégicos, de formação técnica e comportamental, e do acompanhamento e feedback constante, aquele programa piloto visou preparar e inspirar os jovens para os vários desafios profissionais.

Considerando o sucesso deste programa, pretende o Grupo AdP, iniciar um programa WAVE para o período 2023/2026, com a celebração de 25 contratos de estágio em cada ano, num total de 100, iniciando-se os primeiros 25 em outubro de 2023, os quais, decorrido o estágio de um ano, se assim se justificar, darão lugar a admissões através da celebração de contratos de trabalho sem termo.

Para tanto será necessário que a autorização seja para o estágio de um ano e posterior contratação com trabalho sem termo, se assim se justificar, sob pena de não ser possível desenvolver o programa por impossibilidade de recrutar os melhores jovens que terminaram a faculdade. Como facilmente se compreenderá este programa não se compadece com o desenvolvimento de um estágio no termo do qual a empresa e o estagiário se vejam confrontados com a impossibilidade de continuação da relação profissional por inexistência de autorização de contratação.

Face ao acima exposto no presente PAO está prevista a celebração de 1 contrato de estágio a iniciar em outubro de 2023 após recrutamento junto de recém-licenciados de estabelecimentos universitários da área de influência do sistema gerido pela Empresa para formação prática em contexto de trabalho na área das funções da categoria de técnico superior.

AdP SGPS	2
AdValor	2
AdP Internacional	0
AdP Energias	1
AdNorte	3
AdAm	1
AdDP	1
SIMDOURO	1
AdCL	3
AdRA	1
AdTA	1
EPAL	3
AdVT	2
SIMARSUL	1
AdSA	1
AgdA	1
AdA	1
Total	25

Face ao acima exposto a SIMARSUL solicita a necessária autorização para a celebração de 1 contrato de estágio de um ano que, se assim se justificar, darão lugar a subseqüentes contratações em regime de contratos de trabalho sem termo, nos termos suprarreferidos, para as quais igualmente se solicita, desde já, a necessária autorização, sem a qual os estágios não se poderão iniciar data a natureza deste Programa de Trainees que pressupõe a oferta de contrato de trabalho sem termo aqueles que durante o estágio cumprirem com os objetivos fixados.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para, em 2023, proceder à celebração de um contrato de estágio, traduzindo-se num aumento de gastos com pessoal em 2023 de 3 748 €.

11.7 PROGRAMA REJUVENESCER

Nas empresas do grupo Águas de Portugal existem vários trabalhadores com relatório médico de aptidão condicionada o que, não obstante a tentativa de os alocar a outras funções, não permite o regular funcionamento do serviço público na medida em que técnicos operativos com funções de operação ou manutenção com aptidão condicionada que não permita o regular desempenho das suas funções e considerando a impossibilidade da sua substituição por estes não libertarem *headcount* leva a constrangimentos vários nas operações.

Por outro lado, considerando a existência de quadros com elevado salário e muitos anos de antiguidade e a possibilidade de, por acordo, fazer cessar o seu contrato de trabalho permitindo a sua substituição por quadro com remunerações muito inferiores, permite-nos propor o desenvolvimento do Programa Rejuvenescer nas empresas do Grupo Águas de Portugal.

Este Programa, que a ser aprovado só fará sentido em todas as empresas do grupo, considerando a sua natureza transversal e o impacto que terá junto dos trabalhadores e das estruturas sindicais, tem o propósito de atingir a eficiência operacional, inovar, transformar e garantir a sustentabilidade do Grupo AdP, promovendo o presente com foco no futuro!

Será um programa de Rescisões por Mútuo Acordo, voluntário e que abrangerá trabalhadores com aptidão condicionada e trabalhadores que se pretendam candidatar, sendo que a rescisão dependerá, sempre de aceitação da empresa.

Estimamos que nas empresas existam cerca de 170 pessoas com aptidão condicionada que colocam constrangimentos vários à operação do serviço público a que estamos obrigados, apesar de já termos tentado otimizar as suas competências no desempenho de outras funções.

É neste contexto que se propõe o Programa Rejuvenescer, destinado a promover, tal como o próprio nome indica, em efetivo rejuvenescimento de equipas, o qual demonstra, uma vez mais, o compromisso do Grupo AdP com a empregabilidade, com uma gestão responsável de pessoas e com uma visão estratégica para o negócio em que opera.

A SIMARSUL considera existir 1 trabalhador que poderá vir a aderir a este programa estimando para execução do mesmo, o montante de 44 637€.

Solicitamos, ainda, a necessária autorização, nos termos do disposto no artigo 142.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental, para a substituição dos trabalhadores que aderirem a este programa, e o incremento pontual dos custos com pessoal em 44 637€.

A SIMARSUL solicita autorização expressa para, em 2023, nos termos do disposto no artigo 142.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental, a substituição dos trabalhadores que aderirem a este programa, traduzindo-se num aumento pontual de gastos com pessoal em 2023 de 44 637 €.

12 INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

A SIMARSUL não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço Público de Financiamento	2021	2022	2022	2023	2024	2025
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF	PAO	ESTIMADO	ESTIMADO
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Aumentos de Capital	-	-	-	-	-	-
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	-	-
Subsídios Governamentais	-	-	-	-	-	-
Outras operações similares	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Detalhe trimestral anexo ao presente documento

Tabela 34 -Indemnizações compensatórias

ANEXOS

Mapas anexos detalhados trimestralmente

Despacho n.º 405/2022 – SET, de 22 de novembro

Fichas descritivas das empreitadas a realizar em 2023

Seixal, 29 de dezembro de 2022

A Comissão Executiva

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura – Presidente Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz – Vogal Executivo

Filipa Alves – Vogal Executivo

5.5 Plano de Investimento

Investimento em Capital Fixo	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: euros	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Edifícios e Outras Construções	983 089	7 232 677	1 087 044	1 878 552	2 664 971	5 135 469	6 374 028	7 094 972	893 506	1 711 913	2 533 409	3 253 469	562 193	1 038 344	1 442 410	1 806 654
Equipamento Básico	1 221 741	3 394 913	495 431	2 259 125	910 311	1 710 587	1 998 602	2 613 310	666 601	1 780 445	2 984 557	4 755 027	1 189 147	1 972 266	3 526 213	3 958 461
Outros	-72 830	1 093 480	155 424	539 152	302 290	543 308	774 461	1 143 385	96 827	155 036	233 081	444 558	146 342	249 269	573 874	653 183
Investimento	2 131 999	11 721 071	1 737 899	4 676 829	3 877 571	7 389 365	9 147 091	10 851 668	1 656 934	3 647 394	5 751 047	8 453 054	1 897 682	3 259 879	5 542 497	6 418 298

5.5 Detalhe do Investimento

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
3.8-5	[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do Barreiro/Moita - Lote I	2022	(301 866)	301 866	-	-	-	-	-	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.12-1	[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Fernão Ferro	2022	(10 677)	(7 885)	433 333	-	-	-	414 771	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.24-5	[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Quinta do Conde	2022	(5 420)	(459 546)	1 019 167	-	-	-	554 200	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.12-0	[GB]-Empreitada de Substituição do Silo de Lamas da ETAR de Fernão Ferro	2021	(2 785)	2 785	-	-	-	-	-	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.3-4	Economia Circular/Lamas > Empreitada de Execução de Unidade de Compostagem de Lamas na ETAR Afonsoeiro (AFS)	2024	-	-	-	1 172 204	2 425 268	242 528	3 840 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Lamas

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
3.8-2	Economia Circular/Lamas > Empreitada de Execução de Unidade de Desidratação/Secagem de Lamas na ótica da Economia Circular na ETAR Barreiro/Moita (BRM)	2024	-	-	-	1 336 112	513 888	-	1 850 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Lamas
3.00-11	Economia Circular/Reutilização de água tratada > Implementação de soluções para aumento de afinação, armazenamento e distribuição de água tratada para reutilização	2024	-	-	-	2 520 837	229 163	-	2 750 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Reutilização de ApR
3.23-0	Empreitada de Ampliação e Beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba (2ª Fase)	2011	1 992 662	304 538	-	-	-	-	2 297 200	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.28-3	Empreitada de Beneficiações de Construção Civil na ETAR Sesimbra	2023	-	-	190 000	-	-	-	190 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-19	Empreitada de Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão e Reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa (ZIA)	2021	54 226	101 390	-	-	-	-	155 616	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.26-8	Empreitada de Beneficiações na ETAR do Seixal	2023	-	-	124 000	-	-	-	124 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.21-1	Empreitada de Construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema do Pinhal Novo - Remodelação do Emissário Pinhal Novo Norte 2	2023	-	-	463 800	156 600	-	-	620 400	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.24-2	Empreitada de Execução da Alteração do Ponto de Descarga do Efluente Tratado da ETAR da Quinta do Conde	2023	-	-	26 000	54 000	-	-	80 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.23-1A	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - EM Corroios	2021	42 751	622 912	-	-	-	-	665 663	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)	sim/não	sim/não	Se não: diligências para aprovação?
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
3.23-1.B	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	2022	-	80 556	644 444	-	-	-	725 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.23-2.A	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase I	2023	-	-	485 000	-	-	-	485 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.23-2.B	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 2	2023	-	-	281 667	225 333	-	-	507 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-21	Empreitada de Execução da Reabilitação de infraestruturas de Elevação dos subsistemas de Alcochete (EE Rossio e EE Hortas), Barreiro-Moita (EE Palhais), Pinhal Novo (EE Pinhal Novo), Seixal (EE Seixal) e Seixalinho (EE Praia)	2023	-	-	325 000	-	-	-	325 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.3-1	Empreitada de Execução da Remodelação do Emissário da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro)	2022	-	31 600	278 000	-	-	-	309 600	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.3-3	Empreitada de Execução da Remodelação do Emissário da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro) - Fase 2	2022	-	189 000	446 000	-	-	-	635 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.26-9	Empreitada de Execução de Descarregadores de Tempestade no INT da Amora para Minimização de Afluências Indevidas	2024	-	-	-	315 000	-	-	315 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.26-6	Empreitada de Execução de Medidas Corretivas e Reabilitação das EE do Porto da Raposa (incluindo implementação de by-pass) e EE da Medideira	2022	-	11 500	103 500	-	-	-	115 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.16-1	Empreitada de Execução de Trabalhos Complementares dos Sistemas de Drenagem de Lagoa/Meco - Impermeabilização da Lagoa da EE da Carrasqueira	2023	-	-	100 000	-	-	-	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.16-2.A	Empreitada de Execução do Intercetor de Alfirim Norte (Subsistema Lagoa/Meco)	2020	174 198	15 286	-	-	-	-	189 484	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.19-1	Empreitada de Execução do Sistema de Drenagem e Elevatório do Montado - Fase 2 - ZI Biscaia	2023	-	-	150 000	450 000	-	-	600 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.24-1	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema da Quinta do Conde - Fase I - Alto das Vinhas	2022	-	27 206	384 144	-	-	-	411 349	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.16-2.B1	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e elevatórios do Subsistema de Lagoa/Meco - Execução do caminho de acesso à EE Pinhal de Santo António	2023	-	-	120 000	-	-	-	120 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
3.16-2.B	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subistema de Lagoa/Meco - Intervenções em diversas infraestruturas do subistema	2023	-	-	54 000	-	-	-	54 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.23-3	Empreitada de reabilitação da EE Santa Marta de Corroios	2020	489 855	81 342	-	-	-	-	571 197	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-7.B	Empreitada de Reabilitação da Lagoa de Equalização da ETAR de Alcochete	2020	112 421	4 579	-	-	-	-	117 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.26-7	Empreitada de Reabilitação do Intercetor Arrentela (G2Z)	2022	-	287 466	153 035	-	-	-	440 500	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.16-3	Empreitada de Reabilitação do Intercetor da Carrasqueira	2024	-	-	-	350 000	-	-	350 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-18	Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da Simarsul nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2A	2023	-	-	458 000	-	-	-	458 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-10	Empreitada de Remoção de Amianto em Infraestruturas da SIMARSUL - EE PNV, ETAR Aires, EE Carrasqueira – No âmbito da Lei nº 2/2020, de 31 de março, Artº 294º	2022	-	40 000	80 000	-	-	-	120 000	Amianto	70%	120 000	30%	0%	não	sim	
3.23-5	Empreitada de Retificação de Ligação Existente ao Emissário de Corroios	2022	-	29 000	-	-	-	-	29 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.21-7	Empreitada de Substituição da Automação, Quadros Elétricos, Ventilação e e Reabilitação do Edifício da nova Desidratação da ETAR de Pinhal Novo	2023	-	-	150 000	-	-	-	150 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.24-6	Empreitada de substituição de sistemas de gradagem na ETAR Quinta do Conde (EE Inicial Azeitão e Obra de Entrada)	2023	-	-	195 000	-	-	-	195 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.28-2	Empreitada de substituição do sistema de desidratação da ETAR de Sesimbra e reformulação do sistema de desodorização	2022	-	51 000	219 000	-	-	-	270 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.8-1	Empreitada de substituição do sistema de gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras e EE Fonte da Prata	2021	379 293	48 760	-	-	-	-	428 053	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.8	Empreitada para Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema do Barreiro/Moita)	2021	207 338	412 662	-	-	-	-	620 000	POSEUR	85%	620 000	15%	0%	não	sim	
3.27	Empreitada para Fornecimento e Montagem de Compactadores para Duas Estações Elevatórias do Subsistema do Seixalinho e Substituição de Quadro Elétrico	2021	149 379	1 626	-	-	-	-	151 005	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
3.26-1	Empreitada para Melhoria da Eficiência Energética da ETAR do Seixal, através da instalação de variadores de velocidade nos ventiladores de desodorização	1900	-	9 000	-	-	-	-	9 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-4	Empreitada para Melhoria de Condições de Segurança em Infraestruturas da SIMARSUL: Colocação de PRFV - 4ª Fase	2022	-	26 000	53 500	-	-	-	79 500	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.26-2	Empreitada para Reabilitação do Intercetor da Amora	2023	-	-	800 000	-	-	-	800 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.21-6	Empreitada para Substituição do Sistema de Arejamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escorrências e Beneficiações Gerais da ETAR de Pinhal Novo	2022	-	172 233	348 467	-	-	-	520 700	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-8	Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	2022	-	1 099 819	45 696	-	-	-	1 145 515	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.17-2	Instalação de Gradagem na ETAR da Lagoinha	2021	242 199	58 176	-	-	-	-	300 375	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
INV01	Investimento em Obra do 5º ao 10º ano de Atividade (2022-2026)	2025	-	-	-	-	100 000	161 111	261 111	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-5	Obras de Remodelação da ETAR da Quinta do Conde - Edifício Administrativo	2025	-	-	-	-	380 718	-	380 718	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
3.00-17	Programa ZERO > Digitalização dos Serviços Ambientais > Implementação de Soluções para Monitorização e Tratamento avançado de dados das redes e de afluências indevidas em plataforma digital, em articulação com os municípios (redes em baixa))	2023	-	-	211 711	-	-	-	211 711	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
3.00-12	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Biogás > Implementação de Soluções para Otimização da Produção de Energia Elétrica a partir do Biogás	2023	-	-	128 446	128 446	256 892	-	513 784	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)	sim/não	sim/não	Se não: diligências para aprovação?
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
3.00-14	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Produção > SOLAR III (Concurso Centralizado AdP)	2023	-	-	145 320	435 960	145 320	-	726 600	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
3.00-15	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Produção > SOLAR IV (Concurso Centralizado AdP)	2025	-	-	-	-	903 913	2 109 130	3 013 043	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
SUB-TOTAL (Empreitadas)			3 523 575	3 542 869	8 616 229	7 144 492	4 955 162	2 512 769	30 295 097	-	-	740 000	-	-	-	-	-
	Assessorias a Realizar entre 2022 e 2026	2024	-	-	-	7 355	9 105	8 712	25 172	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Consultoria no âmbito do Solar III - 047/INH/2021	2022	-	12 000	6 000	-	-	-	18 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Estudo Especializado da FCT/UNL com vista à resolução do Problema de Odores da Rua das Flores (LGM)	2020	-	30 000	-	-	-	-	30 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Neutralidade Energética > Assessoria especializada no âmbito da instalação de 2 Eletrolisadores para Produção de Hidrogénio (Potência Total de 2MW)	2024	-	-	-	30 000	-	-	30 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)	sim/não	sim/não	Se não: diligências para aprovação?
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Neutralidade Energética > Biogás > Assessoria no âmbito do estudo e impacte das Suiniculturas no Saneamento da Península de Setúbal	2023	-	-	34 000	-	-	-	34 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética
	Prestação de Serviços de "Estudo Geológico-Geotécnico do Emissário da Atalaia"	2022	-	4 985	-	-	-	-	4 985	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Prestação de Serviços de Consultoria para Elaboração, Assistência Técnica, Análise de Propostas e Verificação de Implementação do Projeto de Execução de Comunicações de Suporte ao Sistema de Telegestão da SIMARSUL	2022	-	14 400	5 500	-	-	-	19 900	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Prestação de serviços de Topografia e Cadastro para apoio aos projetos a desenvolver (1ª Fase)	2023	-	-	10 522	-	-	-	10 522	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Prestação de serviços de Topografia e Cadastro para apoio aos projetos a desenvolver (2ª Fase)	2024	-	-	-	9 000	7 000	-	16 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Prestação de Serviços em Geotecnia para apoio à elaboração de Projetos da SIMARSUL, S.A.	2023	-	-	20 015	-	-	-	20 015	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Programa ZERO > Digitalização dos Serviços Ambientais > Implementação de Plataforma de aquisição e tratamento de dados de Operação da SIMARSUL (Programa ZERO) > Digitalização (P1)	2025	-	-	-	-	100 000	-	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
	[GB]-ETAR FFR - Projeto de Execução	2022	1 408	(1 408)	-	-	-	-	-	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	[GB]-ETAR QTC - 0044.AD.2020 - Projeto de Execução	2022	17 820	(17 820)	-	-	-	-	-	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento - 0028.CP.2018	2022	82 858	50 454	-	-	-	-	133 313	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Serviços para Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península - LARP.0521.ENG.CP - Lote I	2019	10 670	14 525	-	-	-	-	25 194	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Aquisição de Serviços para Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península - LAR.P.052 I.ENG.CP - Lote 2	2019	11 404	22 919	-	-	-	-	34 323	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Digitalização dos Serviços Ambientais > Projeto de Execução para Integração do Município de Setúbal no Sistema de Telegestão da SIMARSUL	2025	-	-	-	-	40 000	10 000	50 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Digitalização dos Serviços Ambientais
	Economia Circular/Lamas > Projeto de Execução de Unidade de Compostagem de Lamas na ETAR Afonsoeiro (AFS)	2024	-	-	-	60 000	-	-	60 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Lamas
	Economia Circular/Lamas > Projeto de Execução de Unidade de Desidratação/Secagem de Lamas na ótica da Economia Circular na ETAR Barreiro/Moita (BRM)	2023	-	-	50 000	-	-	-	50 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Lamas

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Economia Circular/Reutilização de água tratada > Estudo e Projeto de Execução de soluções para aumento de afinação, armazenamento e distribuição de água tratada para reutilização	2022	-	25 000	20 000	5 000	-	-	50 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/ApR
	Elaboração dos Projetos de Execução para Reabilitação da ETAR de Pinhal Novo e Erradicação de Odores no Subsistema de Lagoa/Meco - 064/AD/2021	2022	-	15 975	1 775	-	-	-	17 750	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Estudos e Projetos a realizar entre 2022 e 2026	2023	-	-	6 838	15 552	14 187	14 114	50 691	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Neutralidade Energética > Produção > Projeto de Execução de 2 Eletrolisadores para Produção de Hidrogénio (Potência Total de 2MW), incluindo BIM	2025	-	-	-	-	75 000	25 000	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética
	Prestação de serviços do Projeto do Sistema de Telegestão da SIMARSUL - 0019.CPR.18	2018	62 069	1 800	-	-	-	-	63 869	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Estudos e Projetos na Área de Neutralidade Energética (Programa ZERO)	2023	-	-	27 114	-	-	-	27 114	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
	Projeto de Dimensionamento da UPAC da ETAR de Quinta do Conde - 066/AJS/2021	2021	-	4 700	-	-	-	-	4 700	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Projeto de Execução da Ligação da Baixa de Palmela ao Sistema de Drenagem da SIMARSUL	2022	-	2 500	12 684	-	-	-	15 184	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Projeto de Execução de Remodelação do Emissário da Atalaia – Revisão dos PPGRCD e Elaboração dos Planos de Prospeção Geológico/Geotécnico - 036/AJS/2022	2022	-	2 502	-	-	-	-	2 502	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Projetos Base e Assessoria Técnica de Sistemas de Correção do Fator de Potência em Infraestruturas	2020	4 385	2 355	-	-	-	-	6 740	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Apoio às Expropriações a realizar entre 2022 e 2026	2025	-	-	-	-	7 298	7 264	14 562	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Neutralidade Energética > Apoio à Expropriação no âmbito da instalação de 2 Eletrolisadores para Produção de Hidrogénio (Potência Total de 2MW)	2024	-	-	-	15 000	-	-	15 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética
	Prestação de Serviços de Apoio a processos de expropriações e servidões na Península de Setúbal (044/AD/2018)	2019	8 710	11 285	-	-	-	-	19 995	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Prestação de Serviços de Apoio aos Processos de Expropriações e Servidões na SIMARSUL, S.A. (2022 a 2024)	2022	-	970	5 823	6 659	5 548	-	19 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Apoio à expropriação no âmbito da Implementação do SOLAR IV na SIMARSUL	2025	-	-	-	-	5 000	-	5 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
	Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de empreitadas da SIMARSUL	2021	4 840	138 427	29 893	-	-	-	173 160	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de Empreitadas da Península de Setúbal	2018	141 725	1 173	-	-	-	-	142 898	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)	sim/não	sim/não	Se não: diligências para aprovação?
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Economia Circular/Lamas > Fiscalização, Coordenação de Segurança, Acompanhamento Ambiental e de Obra da Empreitada de Execução de Unidade de Compostagem de Lamas na ETAR Afonsoeiro (AFS)	2025	-	-	-	-	36 841	63 159	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Lamas
	Economia Circular/Lamas > Fiscalização, Coordenação de Segurança, Acompanhamento Ambiental e de Obra da Empreitada de Execução de Unidade de Desidratação/Secagem de Lamas na ótica da Economia Circular na ETAR Barreiro/Moita (BRM)	2024	-	-	-	33 336	66 664	-	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/Lamas
	Economia Circular/Reutilização de água tratada > Fiscalização, Coordenação de Segurança, Acompanhamento Ambiental e de Obra da Implementação de soluções para aumento de afinação, armazenamento e distribuição de água tratada para reutilização	2024	-	-	-	74 997	25 003	-	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Economia Circular/ApR
	Empreitada de Ampliação e Beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba (2ª Fase) - Fiscalização	2022	-	11 000	-	-	-	-	11 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Fiscalização, gestão e controlo de qualidade, ambiente e segurança da empreitada de Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema do Barreiro/Moita) - Prorrogação de Prazo - 033/AD/2022	2022	-	11 505	-	-	-	-	11 505	POSEUR	85%	11 505	15%	0%	não	sim	
	Fiscalizações a Realizar entre 2022 e 2026	2023	-	-	24 761	11 434	13 179	36 298	85 671	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Produção > Fiscalização, Coordenação de Segurança, Acompanhamento Ambiental e Acompanhamento de Obra da Implementação do SOLAR III na SIMARSUL (Programa ZERO)	2023	-	-	16 000	48 000	16 000	-	80 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Produção > Fiscalização, Coordenação de Segurança, Acompanhamento Ambiental e Acompanhamento de Obra da Implementação do SOLAR IV na SIMARSUL (Programa ZERO)	2025	-	-	-	-	80 000	60 000	140 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
SUB-TOTAL (Invest. de preparação e apoio às Empreitadas)			345 888	359 247	270 925	316 333	500 824	224 547	2 017 765	-	-	11 505	-	-	-	-	-
	[GB]-078/A/S/2021: Calha e Para Raios (FFR) - Silo de Lamas	2021	(1 405)	1 405	-	-	-	-	-	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	[Seg. 18ME005287] ETAR LGN	2021	(51 562)	5 000	-	-	-	-	(46 562)	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição bloco compressor (ETAR Seixal) - MAN_3270_PAC20_INV_S12	2023	-	-	11 000	-	-	-	11 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de bens - Material para variadores eletrónicos de velocidade, arrancadores suaves, consolas HMI e CPU de PLC (ABB) (MAN_3270_PAC22_056_N)	2023	-	-	12 480	12 480	12 480	-	37 440	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de bens - Material para variadores eletrónicos de velocidade, arrancadores suaves, consolas HMI e CPU de PLC (SCHNEIDER) (MAN_3270_PAC21_008_N)	2022	-	4 270	8 541	8 541	-	-	21 352	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de bens - Material para variadores eletrónicos de velocidade, arrancadores suaves, consolas HMI e CPU de PLC (SCHNEIDER) (MAN_3270_PAC22_047_N)	2025	-	-	-	-	12 480	-	12 480	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC20_002_N) - 003/CPI/2020	2020	77 526	28 026	-	-	-	-	105 552	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triênio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC21_027_N) - 010/CPI/2021	2021	-	19 386	38 771	22 617	-	-	80 774	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC21_028_N) - 010/CPI/2021	2021	14 542	18 526	-	-	-	-	33 068	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC22_007_N) - FLYGT	2022	-	29 930	69 445	35 583	23 722	-	158 681	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC22_039_N) - KSB	2023	-	-	10 000	15 000	15 000	-	40 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC22_049_N) - GRUNDFOS	2024	-	-	-	17 731	42 555	67 380	127 666	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC22_050_N) - ABS	2022	-	7 904	17 784	17 784	13 338	-	56 810	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC25_004_N) - FLYGT	2025	-	-	-	-	11 861	23 722	35 583	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de Bens - Peças para Grupos Eletrobomba Centrifugas (MAN_3270_PAC25_005_N) - ABS	2025	-	-	-	-	4 446	-	4 446	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aquisição de peças e serviços para reabilitação e manutenção de sistemas de desinfecção por radiação ultravioleta - sistemas desinfecção UV OZONIA (MAN_3270_PAC20_057) - 057/CPI/2020	2021	168 800	47 491	-	-	-	-	216 291	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Beneficiação/Substituição dos sistemas do SCADA com matriz on-off nas ETAR AFS, SXL, SSB, LGN (PEPE - Aviso 22)	2023	-	-	9 000	-	-	-	9 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Correção do Fator de Potência em Infraestruturas	2024	-	-	-	45 000	-	-	45 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Digitalização dos Serviços Ambientais > Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço de Sistemas de vigilância eletrônica com imagem centralizada (CCTV) em Infraestruturas da SIMARSUL	2023	-	-	100 000	100 000	100 000	-	300 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Digitalização dos Serviços Ambientais
	Fornecimento e montagem de ventiladores insuflação/extração de ar em várias instalações	2023	-	-	75 000	-	-	-	75 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço de Motorização Nova nos Parafusos Verticais da EE4, EE Vinha das Pedras e EE Fonte da Prata	2022	-	40 000	-	-	-	-	40 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Instalação de um Sistema de Monitorização de Consumos, Otimização Energética do Sistema de Desodorização e Introdução de Melhorias na Automação (SGCIE) - 050/AD/2021	2021	-	11 210	-	-	-	-	11 210	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Intervenção de beneficiação do ramal de água de abastecimento da ETAR de Águas de Moura por substituição do existente.	2022	-	35 000	-	-	-	-	35 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Eficiência > Investimentos de Substituição em Construção Civil com vista à melhoria da Eficiência Energética (Programa ZERO) - MAN_3270_PAC22_032_N	2022	-	23 396	25 000	35 000	-	35 000	118 396	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Eficiência > Investimentos de Substituição em Equipamentos com vista à melhoria da Eficiência Energética (Programa ZERO) - MAN_3270_PAC22_033_N	2022	-	157 500	236 250	236 250	315 000	315 000	1 260 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética
	Reabilitação plataforma elevatória EE Talaminho (MAN_3270_PAC22_019_N)	2023	-	-	15 000	-	-	-	15 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	SGM - Implementação de novo Sistema de Gestão de Manutenção (inclui migração da informação existente no MAXIMO) - MAN_3270_PAC20_047_A	2022	14 424	5 566	-	-	-	-	19 990	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição bascula ETAR Barreiro Moita (MAN_3270_PAC22_020_N)	2022	-	18 097	-	-	-	-	18 097	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição das luminárias por tecnologia LED na rede de iluminação exterior das EE da SIMARSUL - 1ª Fase (MAN_3270_PAC22_017_N)	2023	-	-	75 000	-	-	-	75 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição das luminárias por tecnologia LED na rede de iluminação exterior das EE da SIMARSUL - 2ª Fase (MAN_3270_PAC22_046_N)	2024	-	-	-	75 000	-	-	75 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Substituição de agitadores na ETAR Lagoinha (MAN_3270_PAC22_065_N)	2023	-	-	19 950	-	-	-	19 950	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição de agitadores submersíveis (MAN_3270_PAC22_022_N)	2023	-	-	44 475	71 160	89 070	-	204 705	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição de bombas multicelulares (MAN_3270_PAC21_038_N)	2023	-	-	25 000	25 000	25 000	-	75 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição dos cabos dos ventiladores da desodorização da ETAR Quinta do Conde e reparações diversas em iluminações exteriores - 080/AD/2021	2022	-	9 150	-	-	-	-	9 150	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Construção Civil em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2020	8 464	10 000	40 000	40 000	40 000	5 003 832	5 142 295	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Automação e Eletricidade em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2020	85 681	6 859	-	-	-	-	92 540	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Controlo de Fluxo em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2017	14 969	1 976	-	-	-	-	16 945	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Eletromecânica em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2022	-	40 000	100 000	100 000	100 000	8 889 782	9 229 782	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Elevação de Cargas em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2018	22 020	3 221	-	-	-	-	25 241	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Elevação Hidraulica em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2020	285 410	32 395	-	-	-	-	317 805	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Linha Gasosa em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2018	54 244	3 050	-	-	-	-	57 294	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Metrologia em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2017	59 075	3 750	-	-	-	-	62 825	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Equipamento de Reagentes em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento	2021	8 980	247	-	-	-	-	9 227	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Portões em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento - 1ª Fase	2022	-	75 000	-	-	-	-	75 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Substituição e Reabilitação de Portões em Estações Elevatórias e Estações de Tratamento - 2ª Fase	2023	-	-	75 000	-	-	-	75 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Aquisição e Instalação de Sistema de Monitorização de Carbono Orgânico Total em Contínuo na ETAR da Quinta do Conde - 007/CPR/2021	2021	29 189	1 857	1 857	1 857	-	-	34 760	-	0%	-	100%	0%	não	não	Investimento inferior a 50.000€ decorrente da necessidade de respeitar a Licença de Descarga alterada pela APA
	SGM - Implementação de novo Sistema de Gestão de Manutenção - Mobilidade - MAN_3270_PAC21_020_N	2022	-	22 500	7 500	-	-	-	30 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Investimento Novo de montante inferior a 50.000€
	Expropriações/Servidões a realizar entre 2022 e 2026	2023	-	-	15 000	15 000	13 684	13 612	57 296	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Neutralidade Energética > Investimento com Terrenos no âmbito da instalação de 2 Eletrolisadores para Produção de Hidrogénio (Potência Total de 2MW)	2025	-	-	-	-	20 000	-	20 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Será instruído junto do Concedente um pedido de Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão para realização de Investimento no âmbito da Neutralidade Energética
	Programa ZERO > Neutralidade Energética > Investimento com Terrenos no âmbito da Implementação do SOLAR IV na SIMARSUL	2025	-	-	-	-	10 000	-	10 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Incluída na Autorização de Investimentos não Previstos no Contrato de Concessão (Programa de Neutralidade Energética no Grupo AdP - Programa ZERO) efetuada ao Concedente
	Investimentos relativos à renovação de equipamentos informáticos	2022	-	32 000	64 360	-	-	-	96 360	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Investimentos referentes a projetos de digitalização e transformação digital	2022	-	50 000	100 000	100 000	100 000	-	350 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Serão objeto de pedido específico no âmbito da implementação do programa de digitalização e transformação digital da empresa

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Realização até Dez/2021	EF	Realização no triénio			Realização após 2025	Valor global previsto	Fontes de financiamento					Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Realização em 2022	2023	2024	2025			Fundos Comunit.			Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		sim/não	sim/não
										Programa	(%)	Montante Máximo Elegível					
	Aplicação da norma IFRS 16 - Licenças de software	2023	-	-	100 000	-	-	-	100 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Aplicação de norma contabilística
	Investimentos associados ao sistema de gestão documental	2023	-	-	10 000	-	-	-	10 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Investimento inferior a 50.000€, não carece aprovação
	Investimento para instalação de Postos de Carregamentos Elétricos, ao abrigo da política da mobilidade elétrica na empresa	2023	-	-	70 000	-	-	-	70 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Os pedidos de autorização serão efetuados à medida que forem sendo lançados os procedimentos
	Investimentos relativos à substituição de equipamentos administrativos	2023	-	-	5 000	5 000	5 000	-	15 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Aplicação da norma IFRS 16 - Equipamento de Transporte	2023	-	-	500 000	-	-	-	500 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Aplicação de norma contabilística
	Investimentos relativos à substituição de equipamentos de apoio ao Laboratório	2022	-	5 000	5 000	5 000	5 000	-	20 000	-	0%	-	100%	0%	não	sim	
	Investimento em outros activos fixos - gestão de laboratório	2022	-	25 000	-	-	-	-	25 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Investimento inferior a 50.000€, não carece aprovação
	Investimento em outros activos fixos - apoio à gestão da área de operação	2023	-	-	40 000	-	-	-	40 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Investimento inferior a 50.000€, não carece aprovação
	Investimento em outros activos fixos - apoio à área de planeamento e controlo de gestão	2023	-	-	38 100	8 225	3 675	-	50 000	-	0%	-	100%	0%	não	não	Investimento inferior a 50.000€, não carece aprovação
SUB-TOTAL (Outros Investimentos)			790 358	774 713	1 964 513	992 229	962 312	14 348 327	19 832 451	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GLOBAL			4 659 821	4 676 829	10 851 668	8 453 054	6 418 298	17 085 643	52 145 313	-	-	751 505	-	-	-	-	-

5.6 Fontes de Financiamento

Fontes de Financiamento	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
Unidade: euros	REAL	PAO	EF		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Passivos não Correntes	121 988 487	115 381 031	118 580 696	115 307 471	114 727 508	111 424 670	110 844 707	107 484 084	105 989 401	103 094 446	101 758 036	98 679 359	97 340 209	94 070 648	92 892 501	89 420 128
Empréstimos	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
BEI	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
Subsídios ao investimento	55 345 356	53 800 717	54 437 581	53 757 738	53 162 018	52 566 299	51 970 580	51 374 861	50 589 234	49 816 189	49 094 297	48 298 475	47 479 304	46 673 256	45 920 550	45 090 708
Subsídios Comunitários	51 752 229	50 164 923	50 918 019	50 274 958	49 697 630	49 120 302	48 542 974	47 965 646	47 198 411	46 443 757	45 740 256	44 962 825	44 162 046	43 374 389	42 640 074	41 828 623
Outros Subsídios	3 593 127	3 635 794	3 519 562	3 482 779	3 464 388	3 445 997	3 427 606	3 409 214	3 390 823	3 372 432	3 354 041	3 335 649	3 317 258	3 298 867	3 280 476	3 262 084
Passivos Correntes	5 017 313	8 263 342	5 087 718	6 041 452	6 422 450	8 293 617	9 799 090	12 938 158	12 938 158	15 677 496	14 477 496	14 975 721	14 975 721	18 348 026	16 848 026	18 618 626
Empréstimos	5 017 313	8 263 342	5 087 718	6 041 452	6 422 450	8 293 617	9 799 090	12 938 158	12 938 158	15 677 496	14 477 496	14 975 721	14 975 721	18 348 026	16 848 026	18 618 626
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 017 313	5 141 000	5 087 718	6 041 452	6 422 450	5 473 034	5 832 624	6 384 022	6 384 022	5 623 360	5 623 360	5 771 585	5 771 585	5 943 890	5 943 890	6 114 490
Banca Comercial/Suprimentos	-	3 122 342	-	-	-	2 820 583	3 966 467	6 554 136	6 554 136	10 054 136	8 854 136	9 204 136	9 204 136	12 404 136	10 904 136	12 504 136
Total	127 005 801	123 644 373	123 668 415	121 348 923	121 149 957	119 718 287	120 643 798	120 422 243	118 927 559	118 771 941	116 235 531	113 655 080	112 315 930	112 418 674	109 740 526	108 038 754

5.6 Endividamento

Endividamento	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
Unidade: euros	REAL	PAO	EF		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Passivos não Correntes	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
Empréstimos	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
BEI	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
Passivos Correntes	5 017 313	8 263 342	5 087 718	6 041 452	6 422 450	8 293 617	9 799 090	12 938 158	12 938 158	15 677 496	14 477 496	14 975 721	14 975 721	18 348 026	16 848 026	18 618 626
Empréstimos	5 017 313	8 263 342	5 087 718	6 041 452	6 422 450	8 293 617	9 799 090	12 938 158	12 938 158	15 677 496	14 477 496	14 975 721	14 975 721	18 348 026	16 848 026	18 618 626
BEI (MLP - amortização ano seguinte)	5 017 313	5 141 000	5 087 718	6 041 452	6 422 450	5 473 034	5 832 624	6 384 022	6 384 022	5 623 360	5 623 360	5 771 585	5 771 585	5 943 890	5 943 890	6 114 490
Banca Comercial/Suprimentos	-	3 122 342	-	-	-	2 820 583	3 966 467	6 554 136	6 554 136	10 054 136	8 854 136	9 204 136	9 204 136	12 404 136	10 904 136	12 504 136
Endividamento bruto	71 660 445	69 843 656	69 230 834	67 591 185	67 987 939	67 151 988	68 673 218	69 047 382	68 338 325	68 955 752	67 141 234	65 356 605	64 836 626	65 745 418	63 819 977	62 948 046
Ativos Financeiros	2 274 998	2 274 998	2 274 998	2 274 998	2 274 998	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Bancos	6 564 479	100	3 703 437	2 842 785	2 641 918	1 300 100	1 300 100	1 300 100	2 551 120	1 232 695	1 419 341	1 492 366	2 541 158	1 430 199	1 489 569	1 601 168
Endividamento líquido	62 820 968	67 568 558	63 252 399	62 473 402	63 071 023	65 851 888	67 373 118	67 747 282	65 787 206	67 723 057	65 721 893	63 864 239	62 295 468	64 315 219	62 330 407	61 346 878

	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Varição do Endividamento		-1,9%	-2,5%	-4,2%	0,4%	-0,5%	1,2%	1,6%	-0,8%	-0,1%	-2,0%	-3,9%	-0,6%	0,4%	-1,7%	-2,7%
Empréstimos Bancários de MLP	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
Empréstimos Bancários	5 017 313	8 263 342	5 087 718	6 041 452	6 422 450	8 293 617	9 799 090	12 938 158	12 938 158	15 677 496	14 477 496	14 975 721	14 975 721	18 348 026	16 848 026	18 618 626
FRn	71 660 445	69 843 656	69 230 834	67 591 185	67 987 939	67 151 988	68 673 218	69 047 382	68 338 325	68 955 752	67 141 234	65 356 605	64 836 626	65 745 418	63 819 977	62 948 046
Novos Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital Social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000

6 Volume de Negócios

Decomposição Volume Negócios *		2021	2022	2022			2023				2024				2025			
		REAL	PAO	EF			PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
				jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Vendas	€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	€	18 409 162	18 512 795	8 986 707	13 675 598	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
Saneamento																		
Volume faturado	m3	31 934 122	31 195 240	15 118 679	23 014 328	31 233 805	10 760 703	21 349 107	31 236 945	42 136 758	10 800 037	21 427 106	31 350 981	42 291 173	10 839 567	21 505 496	31 465 587	42 446 360
V. unitário/tarifa (média)	€/m3	0,5765	0,5934	0,5944	0,5942	0,5942	0,6738	0,6739	0,6741	0,6740	0,6889	0,6890	0,6892	0,6891	0,7025	0,7025	0,7027	0,7026
Sub-total saneamento	€	18 409 162	18 512 795	8 986 707	13 675 598	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
Outras rubricas saneamento	€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(5) Total Saneamento	€	18 409 162	18 512 795	8 986 707	13 675 598	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
Efeito COVID-19																		
Volume faturado	m3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V. unitário/tarifa (média)	€/m3	0,5765	0,5934	0,5944	0,5942	0,5942	0,6738	0,6739	0,6741	0,6740	0,6889	0,6890	0,6892	0,6891	0,7025	0,7025	0,7027	0,7026
(6) Sub-total efeito COVID-19 saneamento	€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito Geopolítico e Energia																		
Volume faturado	m3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V. unitário/tarifa (média)	€/m3	0,5765	0,5934	0,5944	0,5942	0,5942	0,6738	0,6739	0,6741	0,6740	0,6889	0,6890	0,6892	0,6891	0,7025	0,7025	0,7027	0,7026
(7) Sub-total efeito Geopolítico e Energia saneamento	€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) Prestação de serviços sem efeito do COVID-19, Geopolítico e Energia (5)-(6)-(7)	€	18 409 162	18 512 795	8 986 707	13 675 598	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
(9) Volume de Negócios da DR (1)+(5)	€	18 409 162	18 512 795	8 986 707	13 675 598	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
(10) Efeito COVID-19 no Volume de Negócios (2)+(6)	€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(11) Efeito Geopolítico e Energia no Volume de Negócios (3)+(7)	€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(12) Volume de Negócios corrigido (4)+(8)	€	18 409 162	18 512 795	8 986 707	13 675 598	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298

* Entende-se por volume de negócios o somatório das Vendas e da Prestação de Serviços

(1) e (5) Projeção da DR, afetada do efeito COVID-19, Geopolítico e Energia

(2)(3)(6) e (7) Projeção do efeito da pandemia COVID-19, Geopolítico e Energia

(4) e (8) Projeção corrigida do efeito da pandemia COVID-19, Geopolítico e Energia

6.1 Demonstração da Posição Financeira previsional (Ativo)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Ativos não correntes	217 877 813	226 006 594	216 976 805	224 119 735	227 476 068	226 869 369	226 841 862	226 686 172	225 612 223	224 922 265	224 552 008	224 480 561	223 203 925	221 444 284	220 819 773	221 476 849
Ativos intangíveis líquidos	145 667 008	152 016 251	145 081 293	150 746 153	152 697 059	153 500 176	152 425 366	151 629 882	150 118 575	148 991 696	148 184 958	147 677 476	146 281 471	144 402 912	143 659 936	144 199 005
Ativos intangíveis	214 754 527	226 732 905	216 492 426	227 168 599	230 984 518	234 339 103	235 939 621	237 420 267	239 077 201	241 067 661	243 171 314	245 873 321	247 771 003	249 133 200	251 415 818	255 291 619
Amortizações acumuladas	69 087 520	74 716 654	71 411 134	76 422 446	78 287 459	80 838 927	83 514 254	85 790 385	88 958 627	92 075 965	94 986 355	98 195 845	101 489 532	104 730 288	107 755 882	111 092 614
Ativos fixos tangíveis líquidos	31 987	31 297	31 165	30 670	30 319	29 969	29 618	29 268	28 964	28 659	28 355	28 051	27 735	27 418	27 102	26 786
Ativos fixos tangíveis	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684	37 684
Amortizações acumuladas	5 697	6 387	6 519	7 014	7 364	7 715	8 065	8 416	8 720	9 024	9 329	9 633	9 949	10 265	10 582	10 898
Ativos sob direito de uso líquidos	99 617	467 858	110 292	83 618	661 305	638 874	593 836	546 623	536 756	526 889	517 022	507 155	496 898	486 640	476 383	466 125
Ativos sob direito de uso	476 651	980 651	219 562	219 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562	819 562
Amortizações acumuladas	377 035	512 793	109 270	135 944	158 257	180 688	225 726	272 939	282 806	292 673	302 540	312 407	322 664	332 922	343 180	353 437
Outros ativos financeiros	2 351 161	2 349 997	2 352 540	2 352 540	2 352 540	77 543	77 543	77 543	79 805	82 067	84 329	86 591	88 943	91 295	93 646	95 998
Fundo de reconstituição de capital social	2 274 998	2 274 998	2 274 998	2 274 998	2 274 998	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes de capital	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros investimentos financeiros	71 163	70 000	72 543	72 543	72 543	72 543	72 543	72 543	74 805	77 067	79 329	81 591	83 943	86 295	88 646	90 998
Impostos diferidos ativos	4 451 101	4 923 434	4 547 900	4 735 853	4 850 218	4 959 086	5 057 877	5 150 497	5 267 997	5 385 497	5 502 997	5 620 497	5 770 497	5 920 497	6 070 497	6 220 497
Desvio tarifário ativo	64 281 168	66 217 756	63 976 308	65 413 728	66 188 152	67 028 372	68 083 828	68 740 552	69 130 741	69 520 930	69 911 119	70 301 309	70 343 091	70 384 874	70 426 656	70 468 439
Clientes e outros ativos não correntes	995 772	-	877 307	757 173	696 473	635 348	573 793	511 807	449 386	386 526	323 226	259 482	195 290	130 648	65 552	0
Ativos correntes	15 116 529	7 559 505	13 095 820	12 197 769	12 162 517	10 067 799	10 362 725	10 721 392	11 941 188	12 265 172	12 310 311	12 197 215	13 509 601	14 160 591	15 279 185	12 547 457
Inventários	199 140	26 773	322 411	32 618	47 504	42 776	42 066	47 060	63 608	57 278	56 327	63 015	65 044	58 571	57 599	64 438
Clientes	5 966 864	5 740 995	6 657 171	6 140 167	7 028 039	6 470 368	6 262 985	6 871 428	6 727 797	6 309 071	6 100 091	6 684 791	6 848 023	6 419 104	6 205 148	6 698 890
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	187 643	-	-	22 913	26 866	693 497	424 438	29 235	34 279	884 848	-	41 853	49 073	1 266 745	-
Outros ativos correntes	2 338 546	1 603 994	2 389 050	3 182 199	2 422 144	2 227 690	2 064 076	2 078 365	2 569 429	4 631 850	3 849 704	3 957 043	4 013 523	6 203 644	6 260 124	4 182 962
Acréscimo de rendimentos	1 212 081	17 515	1 275 224	1 319 706	1 309 040	1 307 440	1 307 537	1 307 374	1 328 768	2 921 520	1 669 704	1 312 592	1 312 592	1 312 592	1 312 592	1 312 592
Gastos a reconhecer	66 682	5 885	9 615	12 344	32 357	13 633	27 913	12 222	12 222	12 222	12 222	12 222	12 222	12 222	12 222	12 222
Outros devedores	11 658	188 021	13 354	181 732	5 633	3 830	3 446	3 062	335 547	668 032	1 000 516	1 327 783	1 336 039	3 477 938	3 486 194	1 360 808
Estado e outros entes públicos	1 048 126	1 392 574	1 090 857	1 668 416	1 075 115	902 786	725 181	755 707	892 892	1 030 077	1 167 262	1 304 447	1 352 670	1 400 894	1 449 117	1 497 340
Outros ativos financeiros	47 500	-	23 750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e seus equivalentes	6 564 479	100	3 703 437	2 842 785	2 641 918	1 300 100	1 300 100	1 300 100	2 551 120	1 232 695	1 419 341	1 492 366	2 541 158	1 430 199	1 489 569	1 601 168
TOTAL DO ATIVO	232 994 342	233 566 099	230 072 624	236 317 503	239 638 585	236 937 168	237 204 587	237 407 563	237 553 411	237 187 437	236 862 319	236 677 777	236 713 525	235 604 875	236 098 958	234 024 306

6.1 Demonstração da Posição Financeira previsional (Capital Próprio e Passivo)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Capital social	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000	25 000 000
Reservas e outros ajustamentos	605 507	651 113	652 660	652 660	748 013	748 013	748 013	748 013	869 298	869 298	869 298	869 298	994 291	994 291	994 291	994 291
Resultados transitados	41 297 125	42 163 638	42 193 041	42 193 041	44 004 737	44 004 737	44 004 737	44 004 737	46 309 167	46 309 167	46 309 167	46 309 167	48 684 026	48 684 026	48 684 026	48 684 026
Resultado líquido do exercício	943 070	943 404	906 001	1 907 048	589 052	1 196 821	1 811 268	2 425 716	643 108	1 261 631	1 945 955	2 499 852	613 966	1 275 472	2 044 280	2 563 849
Total do capital próprio	67 845 701	68 758 155	68 751 702	69 752 749	70 341 801	70 949 570	71 564 018	72 178 465	72 821 573	73 440 096	74 124 421	74 678 318	75 292 283	75 953 789	76 722 598	77 242 166
Passivos não correntes	156 227 528	150 400 892	153 393 490	155 973 561	156 020 622	152 543 377	151 709 561	148 222 461	146 813 657	144 496 518	143 753 548	141 221 837	139 874 434	137 093 514	136 425 676	133 403 921
Provisões	-	-	30 080	30 080	30 080	30 080	30 080	30 080	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	66 643 131	61 580 314	64 143 115	61 549 733	61 565 489	58 858 371	58 874 127	56 109 224	55 400 167	53 278 256	52 663 739	50 380 884	49 860 905	47 397 392	46 971 951	44 329 420
Passivos da locação	1 554	125 485	26 554	0	11 9792	111 979	104 167	96 354	50 597	47 297	43 998	40 698	50 597	47 297	43 998	40 698
Fornecedores e outros passivos não correntes	2 997 426	2 767 923	2 997 426	10 572 928	10 572 928	10 572 928	10 393 283	10 393 283	10 393 283	10 393 283	10 393 283	10 397 599	10 397 599	10 397 599	10 397 599	10 397 496
Impostos diferidos passivos	15 655 909	15 690 414	15 561 481	15 732 424	15 859 226	15 998 658	16 182 503	16 274 172	15 988 165	16 128 730	16 314 070	16 406 485	16 031 624	16 172 571	16 358 415	16 451 081
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15 584 151	16 436 040	16 197 252	14 330 658	14 711 088	14 405 062	13 975 176	13 944 488	14 392 210	14 832 762	15 244 163	15 697 696	16 054 404	16 405 398	16 733 164	17 094 519
Subsídios ao investimento	55 345 356	53 800 717	54 437 581	53 757 738	53 162 018	52 566 299	51 970 580	51 374 861	50 589 234	49 816 189	49 094 297	48 298 475	47 479 304	46 673 256	45 920 550	45 090 708
Passivos correntes	8 921 113	14 407 053	7 927 433	10 591 193	13 276 162	13 444 221	13 931 008	17 006 637	17 918 181	19 250 822	18 984 350	20 777 622	21 546 809	22 557 572	22 950 684	23 378 220
Empréstimos	5 017 313	8 263 342	5 087 718	6 041 452	6 422 450	8 293 617	9 799 090	12 938 158	12 938 158	15 677 496	14 477 496	14 975 721	14 975 721	18 348 026	16 848 026	18 618 626
BEI (CP - amortização ano seguinte)	5 017 313	5 141 000	5 087 718	6 041 452	6 422 450	5 473 034	5 832 624	6 384 022	6 384 022	5 623 360	5 623 360	5 771 585	5 771 585	5 943 890	5 943 890	6 114 490
Banca Comercial/Suprimentos	-	3 122 342	-	-	0	2 820 583	3 966 467	6 554 136	6 554 136	10 054 136	8 854 136	9 204 136	9 204 136	12 404 136	10 904 136	12 504 136
Passivos da locação	72 787	32 744	71 410	53 557	44 631	35 705	26 779	17 853	15 710	13 568	11 426	9 283	7 141	4 999	2 856	714
Fornecedores	1 712 553	3 164 406	1 059 688	2 269 398	445 4460	3 665 521	2 291 434	2 564 045	2 438 360	2 405 769	2 541 663	3 674 649	2 977 600	2 665 312	2 631 520	2 215 385
Outros passivos correntes	1 800 957	2 946 561	1 208 984	1 267 289	1 224 676	1 122 161	1 385 117	1 486 581	2 308 473	736 487	1 406 920	1 325 195	2 482 229	941 540	2 685 421	1 408 562
Acréscimo de gastos	842 500	1 407 051	787 034	539 463	662 283	400 539	504 332	421 646	1 804 922	107 363	652 276	425 324	1 948 960	265 699	1 867 069	425 324
Rendimentos a reconhecer	111 109	-	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335	109 335
Outros credores	141 023	825 039	177 891	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676	174 676
Estado e outros entes públicos	706 325	714 472	134 724	443 815	278 383	437 612	596 775	780 926	219 541	345 114	470 634	615 861	249 259	391 831	534 342	699 228
Imposto sobre o rendimento do exercício	317 503	0	499 632	959 496	11 299 46	327 217	428 588	-	217 480	417 503	546 845	792 774	1 104 118	597 695	782 861	1 134 933
Total do passivo	165 148 641	164 807 944	161 320 923	166 564 754	169 296 784	165 987 598	165 640 569	165 229 098	164 731 838	163 747 341	162 737 898	161 999 459	161 421 242	159 651 085	159 376 360	156 782 140
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	232 994 342	233 566 099	230 072 624	236 317 503	239 638 585	236 937 168	237 204 587	237 407 563	237 553 411	237 187 437	236 862 319	236 677 777	236 713 525	235 604 875	236 098 958	234 024 307

6.2 Demonstração dos Resultados por natureza previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
Unidade: Eur	REAL	PAO	EF		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Prestações de Serviços	18 409 162	18 512 795	8 986 707	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
Rédito da Construção	2 131 999	11 721 071	1 737 899	12 414 072	4 415 919	7 770 504	9 371 021	10 851 668	1 656 934	3 647 394	5 751 047	8 453 054	1 897 682	3 259 879	5 542 497	6 418 298
Defice/superavit tarifario recup. custo	-160 601	1 357 053	-304 860	1 132 560	774 424	1 614 644	2 670 100	3 326 824	390 189	780 378	1 170 568	1 560 757	41 782	83 565	125 347	167 130
Gasto das Vendas/Varição dos Inventários	-296 959	-322 502	-130 503	-310 324	-137 113	-273 603	-400 973	-539 669	-184 253	-367 217	-537 920	-722 627	-188 409	-375 505	-550 057	-738 943
Gastos da Construção	-2 131 999	-11 721 071	-1 737 899	-12 414 072	-4 415 919	-7 770 504	-9 371 021	-10 851 668	-1 656 934	-3 647 394	-5 751 047	-8 453 054	-1 897 682	-3 259 879	-5 542 497	-6 418 298
Fornecimentos e Serviços Externos	-6 267 163	-6 711 783	-2 583 751	-6 407 495	-3 747 524	-7 410 449	-10 847 077	-14 508 412	-2 714 110	-5 403 237	-7 968 227	-10 738 150	-2 377 721	-4 694 799	-6 966 404	-9 371 444
Gastos com Pessoal	-3 323 972	-4 155 435	-1 586 230	-3 803 524	-1 213 950	-2 426 421	-3 581 307	-4 762 749	-1 221 998	-2 469 625	-3 665 723	-4 888 727	-1 264 074	-2 554 666	-3 792 554	-5 057 669
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	-6 358 282	-6 730 726	-2 993 716	-6 165 604	-2 268 105	-4 536 328	-6 827 160	-9 120 165	-3 178 413	-6 305 922	-9 226 484	-12 446 144	-3 304 261	-6 555 592	-9 591 759	-12 939 065
Provisões e Reversões do Exercício	-	-	-30 080	-30 080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por Imparidade e Reversões	-	-	-1 006	-1 006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao Investimento	1 864 727	1 704 631	909 549	1 724 643	577 328	1 154 656	1 731 984	2 309 312	785 627	1 558 672	2 280 564	3 076 386	819 170	1 625 219	2 377 925	3 207 767
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-147 095	-161 460	-83 032	-176 852	-50 580	-102 391	-151 970	-207 216	-48 010	-97 189	-144 249	-196 688	-48 524	-98 230	-145 794	-198 794
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	137 286	81 686	72 550	158 268	42 859	85 718	134 841	183 964	24 468	48 936	73 404	97 872	24 468	48 936	73 404	97 872
Resultados Operacionais	3 857 102	3 574 259	2 255 629	4 680 701	1 228 436	2 493 113	3 784 709	5 082 028	1 293 471	2 507 069	3 588 124	4 884 190	1 316 699	2 586 977	3 642 156	4 991 152
Gastos Financeiros	-2 661 128	-2 497 029	-1 122 049	-2 214 341	-503 617	-1 009 499	-1 520 745	-2 032 371	-501 079	-1 004 411	-1 513 079	-2 022 127	-480 889	-963 941	-1 452 114	-1 940 650
Rendimentos Financeiros	194 617	196 041	88 772	218 663	47 120	83 424	103 946	124 498	35 152	62 234	77 544	92 876	35 152	62 234	77 544	92 876
Ganhos/(Perdas) de Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Financeiros	-2 466 511	-2 300 988	-1 033 277	-1 995 678	-456 497	-926 076	-1 416 798	-1 907 873	-465 927	-942 177	-1 435 535	-1 929 251	-445 738	-901 707	-1 374 570	-1 847 774
Resultados Antes de Impostos	1 390 591	1 273 271	1 222 352	2 685 022	771 938	1 567 038	2 367 910	3 174 155	827 544	1 564 892	2 152 589	2 954 939	870 961	1 685 270	2 267 587	3 143 378
Imposto do Exercício	-797 608	-699 397	-507 578	-986 211	-170 449	-327 217	-428 588	-621 335	-217 480	-417 503	-546 845	-792 774	-311 343	-597 695	-782 861	-1 134 933
Imposto Diferido	350 088	369 529	191 227	208 237	-12 437	-43 000	-128 054	-127 104	33 044	114 242	340 211	337 687	54 348	187 897	559 554	555 404
Resultado Líquido do Exercício	943 070	943 404	906 001	1 907 048	589 052	1 196 821	1 811 268	2 425 716	643 108	1 261 631	1 945 955	2 499 852	613 966	1 275 472	2 044 280	2 563 849

6.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
	REAL	PAO	EF		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
Unidade: Eur			jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Atividades operacionais																
Recebimentos de clientes	19 429 011	19 564 841	9 069 314	19 808 931	6 872 060	14 889 912	22 193 933	29 391 757	8 233 871	15 315 375	22 819 043	31 076 639	8 426 927	15 673 885	23 353 159	31 599 657
Pagamentos a fornecedores	(7 079 306)	(8 745 779)	(4 386 924)	(8 428 026)	(4 475 077)	(9 271 133)	(13 769 209)	(18 239 283)	(3 966 367)	(7 606 142)	(10 997 159)	(14 002 076)	(3 255 387)	(6 492 276)	(9 492 601)	(12 863 702)
Pagamentos ao pessoal	(2 217 139)	(2 896 124)	(1 650 308)	(3 156 629)	(798 338)	(1 827 386)	(2 569 883)	(3 476 428)	(798 411)	(1 827 554)	(2 570 119)	(3 476 746)	(825 268)	(1 889 030)	(2 656 573)	(3 593 698)
Fluxo gerado pelas operações	10 132 566	7 922 937	3 032 082	8 224 276	1 598 645	3 791 393	5 854 840	7 676 046	3 469 094	5 881 679	9 251 765	13 597 817	4 346 271	7 292 580	11 203 985	15 142 257
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(820 454)	(731 246)	(307 156)	(307 156)	-	(959 496)	(959 496)	(959 496)	-	(792 774)	(792 774)	(792 774)	-	(1 134 933)	(1 134 933)	(1 134 933)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(1 578 925)	(652 933)	(729 844)	(1 139 435)	1 082 812	1 760 798	1 648 418	1 693 984	(676 514)	(1 100 103)	(1 029 890)	(1 058 359)	(702 365)	(1 142 141)	(1 069 246)	(1 098 802)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(2 399 379)	(1 384 179)	(1 037 000)	(1 446 591)	1 082 812	801 301	688 921	734 488	(676 514)	(1 892 877)	(1 822 665)	(1 851 134)	(702 365)	(2 277 074)	(2 204 178)	(2 233 735)
Fluxo de atividades operacionais	7 733 187	6 538 758	1 995 082	6 777 685	2 681 457	4 592 694	6 543 762	8 410 534	2 792 580	3 988 802	7 429 101	11 746 683	3 643 906	5 015 506	8 999 806	12 908 522
Atividades de investimento																
Recebimentos provenientes de:																
Investimentos financeiros	47 500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Rendimentos Similares	-	-	47 590	47 590	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios de Investimento	36 184	18 647	-	767	170 997	172 800	173 184	173 567	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de investimento	83 684	18 647	47 590	48 357	170 997	172 800	173 184	173 567	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:																
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	2 274 998	2 274 998	2 274 998	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(1 987 888)	(12 225 859)	-	(2 774 103)	(2 958 496)	(7 156 870)	(10 120 173)	(11 663 774)	(1 456 293)	(3 392 268)	(5 338 796)	(7 086 429)	(2 514 205)	(4 061 247)	(6 384 525)	(8 814 939)
Ativos Intangíveis	-	(165 964)	(1 845 861)	(2 007 603)	-	-	-	(179 646)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(1 987 888)	(12 391 823)	(1 845 861)	(4 781 706)	(2 958 496)	(4 881 873)	(7 845 175)	(9 568 422)	(1 456 293)	(3 392 268)	(5 338 796)	(7 086 429)	(2 514 205)	(4 061 247)	(6 384 525)	(8 814 939)
Fluxo de atividades de Investimento	(1 904 204)	(12 373 177)	(1 798 271)	(4 733 349)	(2 787 499)	(4 709 073)	(7 671 992)	(9 394 855)	(1 456 293)	(3 392 268)	(5 338 796)	(7 086 429)	(2 514 205)	(4 061 247)	(6 384 525)	(8 814 939)
Atividades de financiamento																
Recebimentos provenientes de:																
Empréstimos obtidos	-	3 122 342	-	-	-	3 553 464	14 793 811	28 789 037	-	3 500 000	3 500 000	4 650 000	-	3 200 000	3 400 000	6 700 000
Outras operações Financiamento	-	47 434	-	23 717	11 858	23 717	23 717	23 717	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos recebimentos da atividade de financiamento	-	3 169 776	-	23 717	11 858	3 577 181	14 817 528	28 812 754	-	3 500 000	3 500 000	4 650 000	-	3 200 000	3 400 000	6 700 000
Pagamentos respeitantes a:																
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos obtidos (BEI)	(4 395 120)	(4 900 365)	(2 445 700)	(4 900 365)	-	(3 248 986)	(13 343 449)	(27 375 902)	-	(2 761 658)	(2 761 658)	(5 523 315)	-	(2 885 793)	(2 885 793)	(5 771 585)
Empréstimos obtidos (CP)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 200 000)	(2 000 000)	-	-	(1 700 000)	(3 400 000)
Juros e gastos similares	(2 567 496)	(2 486 827)	(892 864)	(1 170 093)	(106 684)	(1 754 502)	(1 888 534)	(1 995 217)	(85 267)	(1 402 281)	(1 509 406)	(1 594 673)	(80 910)	(1 330 634)	(1 432 286)	(1 513 196)
Outras operações Financiamento	(148 187)	-	280 712	280 712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(7 110 803)	(7 387 192)	(3 057 852)	(5 789 746)	(106 684)	(5 003 488)	(15 231 983)	(29 371 119)	(85 267)	(4 163 939)	(5 471 064)	(9 117 988)	(80 910)	(4 216 427)	(6 018 079)	(10 684 781)
Fluxo de atividades de Financiamento	(7 110 803)	(4 217 416)	(3 057 852)	(5 766 029)	(94 825)	(1 426 307)	(414 455)	(558 365)	(85 267)	(663 939)	(1 971 064)	(4 467 988)	(80 910)	(1 016 427)	(2 618 079)	(3 984 781)
Variações de caixa e seus equivalentes	(1 281 820)	(10 051 834)	(2 861 041)	(3 721 693)	(200 867)	(1 542 685)	(1 542 685)	(1 542 685)	1 251 020	(67 405)	119 241	192 266	1 048 791	(62 167)	(2 797)	108 802
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 846 298,90	10 051 935	6 564 479	6 564 479	2 842 785	2 842 785	2 842 785	2 842 785	1 300 100	1 300 100	1 300 100	1 300 100	1 492 366	1 492 366	1 492 366	1 492 366
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 564 478,62	100	3 703 437	2 842 785	2 641 918	1 300 100	1 300 100	1 300 100	2 551 120	1 232 695	1 419 341	1 492 366	2 541 158	1 430 199	1 489 569	1 601 168

7 Cumprimento do Despacho n.º 252/2022-SET

Cumprimento do Despacho n.º 252/2022 - SET	2019	2020	2021	2022	2022	2023	2024	2025	Real 2020 / Real 2019	Real 2021 / Real 2020	EF2022 / Real2021	PAO2023 / EF2022	2024 ESTIMADO / PAO2023	2025 ESTIMADO / 2024 ESTIMADO
	Real	Real	Real	PAO	EF	PAO	Estimado	Estimado	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC (1)	240 332	285 171	296 959	322 502	310 324	539 669	722 627	738 943	44 839	18,7%	11 788	4,1%	13 365	4,5%
Efeito preços mercado no CMVMC (2)	-	-	-	-	66 135	151 218	212 002	216 876	-	0,0%	-	0,0%	66 135	0,0%
Efeito aumento de atividade no CMVMC (3)	-	-	-	-	-	119 415	292 135	297 986	-	0,0%	-	0,0%	119 415	0,0%
Efeito pandemia no CMVMC (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
CMVMC Corrigido (5)=(1)-(2)-(3)-(4)	240 332	285 171	296 959	322 502	244 189	269 036	218 489	224 080	44 839	18,7%	11 788	4,1%	-52 770	-17,8%
FSE (6)	5 124 944	5 912 742	6 267 163	6 711 783	6 407 495	14 508 412	10 738 150	9 371 444	787 798	15,4%	354 421	6,0%	140 331	2,2%
Efeito pandemia no FSE (7)	-	80 413	40 885	-	2 156	-	-	-	-39 528	-49,2%	-	-	-	-
Desinfeção UV (8)	-	-	-	54 566	54 360	151 739	146 666	140 355	-	0,0%	-	0,0%	54 360	0,0%
Efeito preços mercado na Conservação e Reparação (9)	-	-	-	-	-	143 325	143 325	143 325	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito aumento de atividade na Conservação e Reparação (10)	-	-	-	-	-	285 941	297 332	292 403	-	0,0%	-	0,0%	285 941	0,0%
Efeito preços mercado na Energia (11)	-	-	-	-	-1 015 812	3 369 887	747 726	-190 805	-	0,0%	-	0,0%	-1 015 812	0,0%
Efeito aumento de atividade na Energia (12)	-	-	-	-	-	1 465 317	720 143	453 690	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito preços mercado SMAS de Almada (13)	-	-	-	-	499 120	426 417	428 549	430 691	-	0,0%	-	0,0%	499 120	0,0%
Efeito preços mercado no Tratamento de Resíduos (14)	-	-	-	-	17 694	108 260	108 366	108 473	-	0,0%	-	0,0%	17 694	0,0%
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Resíduos (15)	-	-	-	-	-	147 686	147 686	147 686	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito preços mercado no Tratamento de Lamas (16)	-	-	-	103 990	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Efeito aumento de atividade no Tratamento de Lamas (17)	-	-	-	-	-	324 191	324 191	324 191	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FSE Corrigidos (18)=(6) - ∑ (7):(17)	5 124 944	5 832 329	6 226 278	6 553 227	6 849 977	8 085 649	7 674 166	7 521 434	707 384	13,8%	393 949	6,8%	623 698	10,0%
Gastos com Pessoal (19)	3 261 146	3 454 925	3 323 972	4 155 435	3 803 524	4 762 749	4 888 727	5 057 669	193 779	5,9%	-130 952	-3,8%	479 551	14,4%
Efeitos de Absentismo (20)	79 933	47 025	75 692	-	58 052	-	-	-	-32 907	-41,2%	28 667	61,0%	-17 640	-23,3%
Efeito pandemia nos Gastos com Pessoal (21)	-	79 301	48 173	-	41 508	6 900	-	-	79 301	0,0%	-31 128	-39,3%	-6 665	-13,8%
Atualização salarial ^(A) (22)	-	-	-	85 314	31 523	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	31 523	0,0%
Atualização das Bases das Carreiras ^(B) (23)	-	-	-	-	7 019	60 327	-	-	-	0,0%	-	0,0%	7 019	0,0%
Aplicação da Cláusula 21.º do ACT (24)	-	-	-	294 283	294 285	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	294 285	0,0%
Acordo Plurianual de Valorização dos Traba. da Administração Pública (25)	-	-	-	-	-	164 116	139 633	140 924	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Progressão/Promoção salarial - anexo III do ACT (26)	-	-	-	16 852	11 580	25 501	26 678	27 820	-	0,0%	-	0,0%	11 580	0,0%
Prémios de desempenho (27)	-	-	-	-	-	23 058	28 918	29 918	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Contratação de novos trabalhadores (28)	-	-	-	252 908	36 261	572 785	42 728	44 569	-	0,0%	-	0,0%	36 261	0,0%
por aumento de atividade	-	-	-	-	27 103	532 080	-	-	-	0,0%	-	0,0%	27 103	0,0%
por regularização de vínculos	-	-	-	-	9 159	40 705	42 728	44 569	-	0,0%	-	0,0%	9 159	0,0%
Regime de Comissão de Serviço (29)	-	-	-	-	-	8 193	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa de Trainees (30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa Rejuvenescer (31)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Aumento Formação (Requisito Legal não executado devido a COVID) (32)	-	-	-	100 024	70 356	77 400	77 500	78 100	-	0,0%	-	0,0%	70 356	0,0%
Gastos com Pessoal corrigidos (33) = (19)+(20)-∑ (21):(32)	3 341 078	3 422 649	3 351 492	3 406 053	3 369 044	3 824 469	4 573 270	4 736 337	81 571	2,4%	-71 158	-2,1%	17 552	0,5%
Gastos com Órgãos Sociais (34)	384 531	383 828	313 535	383 377	387 193	410 608	410 770	410 771	-702	-0,2%	-70 293	-18,3%	73 657	23,5%
Atualização salarial ^(A) (35)	-	-	-	-	5 469	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	5 469	0,0%
Reposição do corte de 5% das remunerações dos Órgãos Sociais (36)	-	-	-	-	-	19 664	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Gastos com OS corrigidos (37) = 34 - ∑ (35):(36)	384 531	383 828	313 535	383 377	381 724	390 944	410 770	410 771	-702	-0,2%	-70 293	-18,3%	68 189	21,7%
Gastos com Pessoal corrigidos deduzidos de OS (38)=(33)-(37)	2 956 547	3 038 821	3 037 957	3 022 677	2 987 320	3 433 524	4 162 500	4 325 567	82 274	2,8%	-864	0,0%	-50 637	-1,7%
Gastos Operacionais corrigidos (GO) (39) =(5)+(18)+(38)	8 321 824	9 156 321	9 561 193	9 898 406	10 081 485	11 788 210	12 055 155	12 071 081	834 497	10,0%	404 873	4,4%	520 291	5,4%

Cumprimento do Despacho n.º 252/2022 - SET	2019	2020	2021	2022	2022	2023	2024	2025	Real 2020 / Real 2019	Real 2021 / Real 2020	EF2022 / Real2021	PAO2023 / EF2022	2024 ESTIMADO / PAO2023	2025 ESTIMADO / 2024 ESTIMADO
	Real	Real	Real	PAO	EF	PAO	Estimado	Estimado	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios (VN) (40)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	18 512 795	18 560 115	28 400 138	29 141 511	29 824 298	2 214 147	14,6%	1 059 691	6,1%	150 953	0,8%
Correção VN CM Barreiro (41)	-	-	796 944	-	-	-	-	-	-	0,0%	796 944	0,0%	-796 944	-100,0%
Efeito aumento de atividade no Volume de Negócio (42)	-	-	-	-	-	6 773 124	6 979 964	7 117 072	-	0,0%	-	0,0%	6 773 124	0,0%
Volume de Negócios Corrigido (VN) (43)=(40)-(41)-(42)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	18 512 795	18 560 115	21 627 014	22 161 547	22 707 226	2 214 147	14,6%	262 746	1,5%	3 066 899	16,5%
Resultado Operacional EBIT Corrigido (44)	4 219 968	3 648 513	3 857 102	3 574 259	4 680 701	5 082 028	4 884 190	4 991 152	-571 455	-13,5%	208 589	5,7%	823 599	21,4%
Provisões, Imparidades e correções justo valor (45)	-	-	-	-	31 086	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	31 086	0,0%
Resultado Operacional EBIT corrigido líquido* (46)=(44)+(45)	4 219 968	3 648 513	3 857 102	3 574 259	4 711 787	5 082 028	4 884 190	4 991 152	-571 455	-13,5%	208 589	5,7%	854 685	22,2%
Endividamento Bruto (47)	79 631 743	75 906 171	71 660 445	69 843 656	67 591 185	69 047 382	65 356 605	62 948 046	-3 725 571	-4,7%	-4 245 727	-5,6%	-4 069 259	-5,7%
Impacto COVID no Endividamento (48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Investimento (49)	502 860	903 667	2 131 999	1 172 107	4 676 829	10 851 668	8 453 054	6 418 298	400 807	79,7%	1 228 332	135,9%	2 544 830	119,4%
Impacto Covid no Investimento (50)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Endividamento corrigido líquido de investimento (51)=(47)-(48)-(49)-(50)	79 128 883	75 002 504	69 528 446	58 122 585	62 914 356	58 195 714	56 903 551	56 529 748	-4 126 378	-5,2%	-5 474 059	-7,3%	-6 614 089	-9,5%
Endividamento Líquido (52)	75 146 089	65 784 875	62 820 968	67 568 558	62 473 402	67 747 282	63 864 239	61 346 878	-9 361 214	-12,5%	-2 963 907	-4,5%	-3 475 566	-6,6%
Endividamento Bruto (53)	79 631 743	75 906 171	71 660 445	69 843 656	67 591 185	69 047 382	65 356 605	62 948 046	-3 725 571	-4,7%	-4 245 727	-5,6%	-4 069 259	-5,7%
Disponibilidades (54)	4 485 653	10 121 296	8 839 477	2 275 098	5 117 783	1 300 100	1 492 366	1 601 168	5 635 643	125,6%	-1 281 820	-12,7%	-3 721 694	-42,1%
EBITDA (55)	8 029 404	9 689 812	10 215 384	10 304 985	10 846 305	14 202 193	17 330 335	17 930 217	1 660 408	20,7%	525 572	5,4%	630 921	6,2%
EBITDA ajustado (56)	6 510 167	7 584 465	8 511 259	7 243 300	7 989 103	8 566 056	12 693 192	14 555 320	1 074 297	16,5%	926 794	12,2%	-522 156	-6,1%
Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado (57)=(52)/(56)	11,5	8,7	7,4	9,3	7,8	7,9	5,0	4,2	-2,9	-24,9%	-1,3	-14,9%	0,4	5,9%
Taxa de crescimento nominal do PIB (58)	0,00%	-8,50%	5,80%	0,00%	13,30%	5,50%	5,50%	5,50%						
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 i (VN (8) face PIB (18))													Não	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 ii (GO (7) face VN (8))													Não	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 iii (Pessoal (6) face VN (8))													Sim	Não
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 iv (FSE (2) face VN (8))													Não	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 v (EBIT* (11))													Sim	Não
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 vi (End. liq. inv. (14))													Sim	Sim
Cumprimento do Despacho n.º 252/2022, n.º 2 vii (Div. Financeira / EBITDA (17))													Não	Sim

EBIT* = resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

(A) - DL n.º 10-B/2020, de 20 março e DL n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro

(B) - DL n.º 51/2022, de 26 de julho

8 PRC

PRC - Plano de Redução de Custos		2019	2020	2021	2022		2023				Var 2023 / 2022		2024				2025			
Unidade: Eur		REAL	REAL	REAL	EF		PAO				Valor	%	ESTIMADO				ESTIMADO			
					jun	dez	mar	jun	set	dez			mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
(1)	CMVMC	240 332	285 171	296 959	130 503	310 324	137 113	273 603	400 973	539 669	229 345	73,91%	184 253	367 217	537 920	722 627	188 409	375 505	550 057	738 943
(2)	FSE's	5 124 944	5 912 742	6 267 163	2 583 751	6 407 495	3 747 524	7 410 449	10 847 077	14 508 412	8 100 918	126,43%	2 714 110	5 403 237	7 968 227	10 738 150	2 377 721	4 694 799	6 966 404	9 371 444
(3)	Gastos com o Pessoal	3 261 146	3 454 925	3 323 972	1 586 230	3 803 524	1 213 950	2 426 421	3 581 307	4 762 749	959 225	25,22%	1 221 998	2 469 625	3 665 723	4 888 727	1 264 074	2 554 666	3 792 554	5 057 669
(a)	Aplicação da Cláusula 21º do ACT	-	-	-	-	294 285	-	-	-	-	-294 285	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(b)	Indemnizações	-	-	-	-	-	-	44 637	44 637	44 637	44 637	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(c)	Valorizações remuneratórias	46 469	27 264	14 034	23 184	55 591	76 684	153 275	226 228	300 859	245 268	441,20%	48 800	98 623	146 389	195 229	49 652	100 346	148 970	198 663
(d)	Recrutamentos por aumento de atividade e regularização de vínculos	-	-	-	-	-	145 994	291 810	430 700	572 785	572 785	0,00%	10 680	21 585	32 039	42 728	11 139	22 512	33 421	44 569
(e)	Absentismo	79 933	47 025	75 692	58 052	58 052	-	-	-	-	-58 052	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(4)	Gastos com Pessoal corrigidos (3)-(a)-(b)-(c)-(d)+(e)	3 294 609	3 474 686	3 385 631	1 621 098	3 511 700	991 272	1 936 699	2 879 741	3 844 467	332 767	9,48%	1 162 518	2 349 417	3 487 295	4 650 770	1 203 282	2 431 808	3 610 164	4 814 437
(5)	Gastos Operacionais (1)+(2)+(4)	8 659 885	9 672 599	9 949 753	4 335 352	10 229 518	4 875 910	9 620 750	14 127 790	18 892 549	8 663 031	84,69%	4 060 881	8 119 871	11 993 442	16 111 546	3 769 413	7 502 111	11 126 624	14 924 824
(6)	Volume de Negócios (VN)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	8 986 707	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	9 840 023	53,02%	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
(a)	Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(b)	Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(c)	Correção VN CM Barreiro	-	-	796 944	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(7)	Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (6)+(a)+(b)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	8 986 707	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	9 840 023	53,02%	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
(8)	Peso dos GO/VN (5)/(7)	57,22%	55,75%	56,49%	48,24%	55,12%	67,24%	66,87%	67,10%	66,52%	11,41%	20,70%	54,58%	55,00%	55,51%	55,29%	49,50%	49,66%	50,32%	50,04%
(9)	Deslocações e alojamento	1 778	422	488	2 030	9 847	2 534	4 127	8 636	11 604	1 757	17,84%	2 469	3 842	8 386	11 034	2 609	3 872	7 496	11 094
(10)	Ajudas de Custo	628	734	217	282	282	-	-	-	-	-282	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(11)	Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	89 942	78 461	89 776	68 461	176 777	74 853	149 639	207 925	264 725	87 948	49,75%	50 100	94 435	130 608	166 429	31 287	62 593	93 880	122 187
(12)	(9) + (10) + (11)	92 348	79 617	90 481	70 773	186 906	77 386	153 766	216 560	276 329	89 422	47,84%	52 568	98 277	138 994	177 463	33 895	66 465	101 375	133 281
(13)	Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6 700	-	12 000	19 790	19 790	-	5 000	5 000	5 000	-14 790	-74,73%	-	5 000	5 000	5 000	-	5 000	5 000	5 000

8 PRC – efeito COVID-19

Efeito COVID-19 no PRC	2019	2020	2021	2022 EF		2023 PAO				Var 2023 / 2022		2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	jun	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(2) FSE's	-	80 413	40 885	869	2 156	-	-	-	-	-2 156	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(3) Gastos com o Pessoal	-	79 301	48 173	30 508	41 508	5 400	6 900	6 900	6 900	-34 608	-83,38%	-	-	-	-	-	-	-	-
(4) Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	-	159 714	89 058	31 377	43 664	5 400	6 900	6 900	6 900	-36 764	-84,20%	-	-	-	-	-	-	-	-
(5) Volume de Negócios (VN)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(6) Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (5)+(a)+(b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) Peso dos GO/VN (4)/(6)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
(8) Deslocações e alojamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(9) Ajudas de Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(10) Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(11) (8)+(9)+(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(12) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-

8 PRC – efeito geopolítico e energia

Efeito Geopolítico e Energia no PRC	2019	2020	2021	2022 EF		2023 PAO				Var 2023 / 2022		2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	jun	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
(1) CMVMC	-	-	-	27 812	66 135	38 420	76 665	112 354	151 218	85 082	128,65%	54 056	107 733	157 813	212 002	55 297	110 209	161 439	216 876
(2) FSE's	-	-	-	208 400	-498 998	1 045 570	2 067 536	3 026 365	4 047 888	4 546 886	-911,20%	324 698	646 407	953 266	1 284 641	88 386	174 517	258 958	348 360
(a) Conservação e Reparação	-	-	-	-	-	37 021	73 206	107 156	143 325	143 325	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(b) Energia	-	-	-	-	-1 015 812	870 442	1 721 234	2 519 464	3 369 887	4 385 699	-431,74%	188 991	376 242	554 849	747 726	-48 411	-95 587	-141 838	-190 805
(c) SMAS de Almada	-	-	-	201 265	499 120	110 143	217 800	318 806	426 417	-72 704	-14,57%	108 317	215 638	318 004	428 549	109 275	215 763	320 161	430 691
(d) Tratamento de Resíduos	-	-	-	7 135	17 694	27 963	55 296	80 939	108 260	90 566	511,84%	27 390	54 528	80 413	108 366	27 522	54 342	80 635	108 473
(3) Gastos com o Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(4) Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	-	-	-	236 212	-432 863	1 083 990	2 144 201	3 138 720	4 199 106	4 631 969	#####	378 754	754 140	1 111 079	1 496 643	143 683	284 726	420 397	565 236
(5) Volume de Negócios (VN)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(6) Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (5)+(a)+(b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) Peso dos GO/VN (4)/(6)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
(8) Deslocações e alojamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(9) Ajudas de Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(10) Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(11) (8)+(9)+(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(12) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-

8 PRC – corrigido dos efeitos COVID-19, Geopolítico e Energia

PRC Corrigido - PRC corrigido efeitos COVID-19, Geopolítico e Energia	2019	2020	2021	2022		2023				Var 2023 / 2022		2024				2025			
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	EF		PAO				Valor		ESTIMADO				ESTIMADO			
				jun	dez	mar	jun	set	dez		%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
(1) CMVMC	240 332	285 171	296 959	102 690	244 189	98 694	196 938	288 619	388 451	144 263	59,08%	130 197	259 484	380 106	510 625	133 112	265 296	388 618	522 066
(2) FSE's	5 124 944	5 832 329	6 226 278	2 374 482	6 904 337	2 701 954	5 342 913	7 820 712	10 460 524	3 556 188	51,51%	2 389 412	4 756 829	7 014 962	9 453 509	2 289 335	4 520 282	6 707 445	9 023 084
(3) Gastos com o Pessoal	3 261 146	3 375 624	3 275 800	1 555 722	3 762 016	1 208 550	2 419 521	3 574 407	4 755 849	993 833	26,42%	1 221 998	2 469 625	3 665 723	4 888 727	1 264 074	2 554 666	3 792 554	5 057 669
(a) Aplicação da Cláusula 21º do ACT	-	-	-	-	294 285	-	-	-	-	-294 285	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(b) Indemnizações	-	-	-	-	-	-	44 637	44 637	44 637	44 637	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(c) Valorizações remuneratórias	46 469	27 264	14 034	23 184	55 591	76 684	153 275	226 228	300 859	245 268	441,20%	48 800	98 623	146 389	195 229	49 652	100 346	148 970	198 663
(d) Recrutamentos por aumento de atividade e regularização de vínculos	-	-	-	-	-	145 994	291 810	430 700	572 785	572 785	0,00%	10 680	21 585	32 039	42 728	11 139	22 512	33 421	44 569
(e) Absentismo	79 933	47 025	75 692	58 052	58 052	-	-	-	-	-58 052	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(4) Gastos com Pessoal corrigidos (3)-(a)-(b)-(c)-(d)+(e)	3 294 609	3 395 385	3 337 458	1 590 590	3 470 192	985 872	1 929 799	2 872 841	3 837 567	367 375	10,59%	1 162 518	2 349 417	3 487 295	4 650 770	1 203 282	2 431 808	3 610 164	4 814 437
(5) Gastos Operacionais (1)+(2)+(4)	8 659 885	9 512 885	9 860 695	4 067 762	10 618 717	3 786 520	7 469 650	10 982 171	14 686 543	4 067 826	38,31%	3 682 127	7 365 731	10 882 363	14 614 904	3 625 730	7 217 385	10 706 227	14 359 588
(6) Volume de Negócios (VN)	15 135 324	17 349 471	18 409 162	8 986 707	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	9 840 023	53,02%	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
(a) Subsídios à Exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(b) Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(c) Correção VN CM Barreiro	-	-	796 944	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) Volume de Negócios (VN) para efeitos de comparabilidade (6)+(a)+(b)	15 135 324	17 349 471	17 612 218	8 986 707	18 560 115	7 251 097	14 387 287	21 056 269	28 400 138	9 840 023	53,02%	7 439 971	14 762 273	21 606 191	29 141 511	7 614 267	15 108 048	22 112 047	29 824 298
(8) Peso dos GO/VN (5)/(7)	57,22%	54,83%	55,99%	45,26%	57,21%	52,22%	51,92%	52,16%	51,71%	-5,50%	-9,61%	49,49%	49,90%	50,37%	50,15%	47,62%	47,77%	48,42%	48,15%
(9) Deslocações e alojamento	1 778	422	488	2 030	9 847	2 534	4 127	8 636	11 604	1 757	17,84%	2 469	3 842	8 386	11 034	2 609	3 872	7 496	11 094
(10) Ajudas de Custo	628	734	217	282	282	-	-	-	-	-282	-100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
(11) Gastos com frota automóvel (sem rendas em resultado da IFRS 16)	89 942	78 461	89 776	68 461	176 777	74 853	149 639	207 925	264 725	87 948	49,75%	50 100	94 435	130 608	166 429	31 287	62 593	93 880	122 187
(12) (9) + (10) + (11)	92 348	79 617	90 481	70 773	186 906	77 386	153 766	216 560	276 329	89 422	47,84%	52 568	98 277	138 994	177 463	33 895	66 465	101 375	133 281
(13) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6 700	-	12 000	19 790	19 790	-	5 000	5 000	5 000	-14 790	-74,73%	-	5 000	5 000	5 000	-	5 000	5 000	5 000

8.3 PMP

PMP	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
Unidade: Dias	REAL	PAO	EF		PAO				ESTIMADO				ESTIMADO			
			jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Dívida de curto prazo a fornecedores (saldo à data)	1 629 214	3 164 406	977 803	2 264 295	4 454 460	3 665 521	2 291 434	2 564 045	2 438 360	2 405 769	2 541 663	3 674 649	2 977 600	2 665 312	2 631 520	2 215 385
Aquisições de bens e serviços (diferença entre meses)	3 261 650	5 320 160	2 689 052	3 890 981	8 513 092	7 367 159	5 386 795	5 491 632	4 720 694	5 029 236	5 018 293	5 821 580	4 625 052	4 028 924	4 903 872	3 630 491
PMP Anual em dias	37	50	46	49	47	49	46	45	44	43	45	50	52	56	57	56

8.4 Frota Automóvel

Viaturas	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Gastos com frota automóvel	89 776	103 572	68 461	176 777	74 853	149 639	207 925	264 725	50 100	94 435	130 608	166 429	31 287	62 593	93 880	122 187
Total	89 776	103 572	68 461	176 777	74 853	149 639	207 925	264 725	50 100	94 435	130 608	166 429	31 287	62 593	93 880	122 187

Viaturas	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Viaturas Ligeiras	42	42	40	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48
Viaturas Pesadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	42	42	40	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48

Viaturas	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Gastos com frota automóvel (€)	89 776	103 572	68 461	176 777	74 853	149 639	207 925	264 725	50 100	94 435	130 608	166 429	31 287	62 593	93 880	122 187
N.º de veículos	42	42	40	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48
Rendas / Indemnizações	15 364	4 819	12 482	68 123	31 202	62 405	78 379	92 848	11 207	17 769	18 140	18 140	0	0	0	0
Inspeções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros	2 373	2 328	3 881	4 190	155	223	248	273	25	50	75	99	25	50	75	99
Portagens	7 487	19 914	4 691	13 508	4 699	9 417	14 116	18 834	4 699	9 417	14 116	18 834	4 699	9 417	14 116	18 834
Combustível	57 380	54 569	39 340	80 290	25 382	50 764	73 893	97 022	23 259	44 759	63 243	81 727	18 854	37 708	56 562	75 416
Electricidade	3 723	3 942	885	3 484	5 915	11 830	18 789	25 749	3 410	7 441	12 535	17 629	3 209	6 418	9 628	12 837
Manutenção	3 448	18 000	7 183	7 183	7 500	15 000	22 500	30 000	7 500	15 000	22 500	30 000	4 500	9 000	13 500	15 000
	89 776	103 572	68 461	176 777	74 853	149 639	207 925	264 725	50 100	94 435	130 608	166 429	31 287	62 593	93 880	122 187

9.1.1 Quadro de Pessoal

Quadro de Pessoal	2021	2022	2022		2023				2024				2025			
	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Órgãos Sociais (a)	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
Pessoal	100	119	102	122	129	129	129	129	129	129	129	130	130	130	130	131
Trainees	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Total	111	130	113	133	140	140	140	141	141	141	141	142	142	142	142	142

(a) Engloba Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração

Quadro de Pessoal	2021	2022	2022		2023				Var 2023 / 2022		2024				2025			
	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	111	130	113	133	140	140	140	140	7	5,3%	140	140	140	141	141	141	141	142
Nº de Órgãos Sociais (O.S.) (número)	11	11	11	11	11	11	11	11	-	0,0%	11	11	11	11	11	11	11	11
Nº de Cargos de Direção sem O.S. (número)	3	3	3	3	3	3	3	3	-	0,0%	3	3	3	3	3	3	3	3
Nº de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (n.º)	97	116	99	119	126	126	126	126	7	5,9%	126	126	126	127	127	127	127	128
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (b/(1-g))	8,3%	6,8%	8,7%	7,3%	6,2%	6,3%	6,3%	6,3%	-	-1,0%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,1%	6,1%	6,1%	6,1%

9.1.2 Gastos com Pessoal

Custos com Pessoal	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Remunerações dos Órgãos Sociais	247 032	302 229	115 794	307 078	80 619	163 160	243 275	323 893	80 619	163 291	243 406	324 025	80 619	163 291	243 407	324 025
Remuneração do Pessoal	2 282 813	2 854 577	1 117 267	2 603 393	823 400	1 661 771	2 460 846	3 285 172	856 134	1 731 730	2 563 254	3 420 343	889 385	1 798 958	2 663 476	3 553 844
Encargos sobre Remunerações	567 058	673 124	275 613	640 759	198 802	401 631	599 794	798 737	207 213	418 619	625 163	832 523	215 303	434 960	649 565	865 022
Seguros	160 252	159 854	50 150	138 906	47 915	95 736	143 510	191 290	48 251	96 408	144 518	192 635	48 762	97 431	146 052	194 681
Outros Gastos com Pessoal	66 818	165 651	27 406	113 388	63 214	104 124	133 883	163 656	29 781	59 578	89 382	119 201	30 006	60 026	90 055	120 098
Trabalhos para a Própria Empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3 323 972	4 155 435	1 586 230	3 803 524	1 213 950	2 426 421	3 581 307	4 762 749	1 221 998	2 469 625	3 665 723	4 888 727	1 264 074	2 554 666	3 792 554	5 057 669

Impacto do ACT	14 034	311 135	127 559	305 865	6 500	12 992	19 175	25 501	6 669	13 477	20 004	26 678	6 953	14 052	20 861	27 820
----------------	--------	---------	---------	---------	-------	--------	--------	--------	-------	--------	--------	--------	-------	--------	--------	--------

Recursos Humanos	2021	2022	2022 EF		2023 PAO				Var 2023 / 2022		2024 ESTIMADO				2025 ESTIMADO			
Unidade: Eur	REAL	PAO	jun	dez	mar	jun	set	dez	Valor	%	mar	jun	set	dez	mar	jun	set	dez
Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)	3 323 972	4 155 435	1 586 230	3 803 524	1 213 950	2 426 421	3 581 307	4 762 749	959 225	25,2%	1 221 998	2 469 625	3 665 723	4 888 727	1 264 074	2 554 666	3 792 555	5 057 670
(a) Gastos com Órgãos Sociais	313 535	383 377	143 545	387 193	102 186	206 740	308 422	410 608	23 415	6,0%	102 193	206 887	308 576	410 770	102 193	206 887	308 577	410 771
(b) Gastos com Cargos de Direção	274 717	283 237	137 458	277 756	75 586	150 911	222 516	295 893	18 136	6,5%	75 420	152 398	226 108	301 595	76 847	155 283	230 432	307 348
(c) Remunerações do Pessoal (i)+(ii)+(iii)	2 229 052	2 933 724	1 051 277	2 577 234	859 372	1 675 013	2 494 234	3 333 719	756 486	29,4%	868 420	1 754 776	2 603 500	3 472 700	901 242	1 821 114	2 702 436	3 604 485
(i) Vencimento base+Subs. Férias+Subs. Natal	1 902 478	2 239 308	800 368	1 956 297	750 988	1 454 726	2 166 131	2 895 144	938 847	48,0%	767 530	1 550 912	2 301 025	3 069 246	799 359	1 615 239	2 396 920	3 196 995
(ii) Outros subsídios	312 540	383 281	123 350	315 072	101 883	207 295	308 928	413 074	98 003	31,1%	94 221	190 387	282 471	376 776	94 930	191 823	284 655	379 671
(iii) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do ACT	14 034	311 135	127 559	305 865	6 500	12 992	19 175	25 501	-280 364	-91,7%	6 669	13 477	20 004	26 678	6 953	14 052	20 861	27 820
(iv) Valorizações remuneratórias não decorrentes do ACT (*)	-	-	18 355	44 011	70 184	140 283	207 053	275 358	231 346	525,7%	42 131	85 146	126 385	168 551	42 699	86 294	128 109	170 843
(d) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
(e) Ajudas de custo	217	-	282	282	-	-	-	-	-282	-100,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
(f) Restantes encargos	458 278	555 098	223 161	519 551	171 406	342 219	504 597	670 991	151 440	29,1%	175 965	355 565	527 539	703 662	183 791	371 381	551 110	735 065
(g) Rescisões/Indemnizações	-	-	-	-	-	44 637	44 637	44 637	44 637	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
(h) Gastos decorrentes de efeitos COVID-19	48 173	-	30 508	41 508	5 400	6 900	6 900	6 900	-34 608	-83,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
(iv) Trabalho suplementar	43 040	-	25 990	25 990	-	-	-	-	-25 990	-100,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
(v) EPI's	4 800	-	2 178	5 178	1 500	2 000	2 000	2 000	-3 178	-61,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
(vi) Outros	333	-	2 340	10 340	3 900	4 900	4 900	4 900	-5 440	-52,6%	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii), (iv), (g) e (h)	3 261 766	3 844 300	1 409 808	3 412 140	1 131 866	2 221 609	3 303 541	4 410 352	998 213	29,3%	1 173 198	2 371 002	3 519 334	4 693 498	1 214 422	2 454 320	3 643 585	4 859 007

Nota (*):

Aplicação do DL n.º 51/2022, de 26 de junho

Atualizações salariais decorrentes do aumento da inflação, 1,2% para 2022

Aplicação do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado em 24 de outubro de 2022

Aplicação do novo Regime de Exercício de Funções em Regime de Comissão de Serviço

Prémios de desempenho

Reposição do corte de 5% nas remunerações dos Órgãos Sociais

Recursos Humanos	2019	2020	2021	2022	2023	Var 2023 / 2022		2024	2025
Unidade: Eur	REAL	REAL	REAL	EF	PAO	Valor	%	ESTIMADO	ESTIMADO
Gastos totais com o pessoal (I)	3 261 146	3 454 925	3 323 972	3 803 524	4 762 749	959 225	25,2%	4 888 727	5 057 670
(a) Gastos com Órgãos Sociais	384 531	383 828	313 535	387 193	410 608	23 415	6,0%	410 770	410 771
(i) Vencimento Base+Subsídio de férias+Subsídio Natal	302 667	302 524	247 032	307 078	323 893	16 815	5,5%	324 025	324 025
(ii) Outros Subsídios	10 772	10 389	8 605	9 390	12 780	3 390	36,1%	12 780	12 780
(iii) Valorizações Remuneratórias	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(iv) Rescisões/indenizações	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(v) Ajudas de custo	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(vi) Restantes encargos	71 091	70 915	57 898	70 725	73 935	3 210	4,5%	73 965	73 966
(b) Gastos com Cargos de Direção	260 486	270 539	274 717	277 756	295 893	18 136	6,5%	301 595	307 348
(i) Vencimento Base+Subsídio de férias+Subsídio Natal	204 788	212 549	212 785	214 432	232 111	17 679	8,2%	236 681	241 290
(ii) Outros Subsídios	6 686	7 167	11 050	12 842	9 971	-2 871	-22,4%	10 018	10 067
(iii) Valorizações Remuneratórias	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(iv) Rescisões/indenizações	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(v) Ajudas de custo	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(vi) Restantes encargos	49 012	50 823	50 882	50 483	53 811	3 328	6,6%	54 896	55 991
(vii) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(c) Gastos com pessoal	2 616 129	2 800 557	2 687 547	3 097 067	4 049 348	952 281	30,7%	4 176 362	4 339 551
(i) Vencimento Base+Subsídio de férias+Subsídio Natal	1 823 743	1 948 659	1 902 478	2 206 571	2 619 786	413 216	18,7%	2 900 695	3 026 152
(ii) Outros Subsídios	310 138	353 773	312 540	315 072	413 074	98 003	31,1%	376 776	379 671
(iii) Valorizações Remuneratórias	46 469	27 264	14 034	55 591	300 859	245 268	441,2%	195 229	198 663
(iv) Rescisões/indenizações	-	-	-	-	44 637	44 637	0,0%	-	-
(v) Ajudas de custo	628	734	217	282	-	-282	-100,0%	-	-
(vi) Restantes encargos	435 151	470 127	458 278	519 551	670 991	151 440	29,1%	703 662	735 065
(vii) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	0,0%	-	-
(d) Gastos decorrentes de efeitos COVID-19	-	-	48 173	41 508	6 900	-34 608	-83,4%	-	-
Trabalho suplementar	-	-	43 040	25 990	-	-25 990	-100,0%	-	-
EPI's	-	-	4 800	5 178	2 000	-3 178	-61,4%	-	-
Outros	-	-	333	10 340	4 900	-5 440	-52,6%	-	-

Despacho n.º 405/2022 – SET, de 22 de novembro



Exmo. Senhor
Dr. João Marcelo
M. I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado do Tesouro

Neste edifício

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA N.º 415/UTAM/2022	DATA 2022-11-14
----------------	--------------------	---------------------------------------	--------------------

ASSUNTO: *Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 da
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.*

Senhor Chefe do Gabinete,

Junto envio **RELATÓRIO DE ANÁLISE 284/2022** da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, respeitante ao Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A., elaborado na sequência da submissão do documento em epígrafe no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF).

Com os meus melhores cumprimentos, *penrais,*

O Diretor da UTAM

Fernando Pacheco

Anexo: Relatório de Análise 284/2022, de 14 de novembro



Visto. Concorde. Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro. Sugere-se que as contratações autorizadas que não deem lugar a recrutamento até 31/12/23 caduquem nessa data. Propõe-se a aprovação apenas do Plano Anual e do Plano de Investimentos. Finalmente, a execução financeira ao terceiro trimestre faz prever uma execução anual em linha com o programado.

**Fernando
Manuel dos
Santos Vigário
Pacheco**

Assinado de forma digital por Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco
DN: c=PT, o=Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., ou=Uni Téc Acom Monit S Público Empresarial, ou=Certificado para Pessoa Singular, sn=dos Santos Vigário Pacheco, givenName=Fernando Manuel, serialNumber=MC:PT-IGCP050337190, cn=Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco
Dados: 2022.11.17 16:32:27 Z

Despacho n.º 405/2022-SET

Atento o exposto, aprovo o presente Relatório de Análise, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e autorizo:

- 1) A contratação de 19 trabalhadores para a transferência e integração de infraestruturas afetas ao Município de Setúbal;
- 2) O aumento dos gastos com pessoal sem órgãos sociais em 303 mil euros, em 2022, por comparação com o ano de 2021, limitando o valor total destes gastos, em 2022, ao montante de 3,313 milhões de euros;
- 3) A substituição de 42 viaturas da frota operacional da empresa, desde que desta não resulte um aumento dos encargos com a frota, e devendo ainda esta ser efetuada no âmbito da coordenação para o efeito existente no Grupo AdP (atentos os objetivos de eficiência);
- 4) O aumento da frota operacional em 6 viaturas, através da receção das mesmas da atual concessionária de Setúbal;
- 5) O aumento do conjunto dos encargos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 50,8 mil euros, em 2022 face a 2021, limitando o valor total destes gastos, em 2022, a 153,3 mil euros.

Com base no presente relatório, conclui-se que a proposta de PAO 2022 da Simarsul se encontra em condições de merecer aprovação apenas no que diz respeito ao plano anual e plano de investimentos.

Adicionalmente, e tendo em consideração o referido na secção 6 do presente relatório, considera-se que a empresa deverá diligenciar no sentido de garantir uma trajetória decrescente do prazo médio de pagamentos em cumprimento com o disposto na RCM 34/2008. Para efeitos do disposto no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a empresa deverá divulgar a versão aprovada do PAO 2022.

Dê-se conhecimento a S. Exa. o Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, à Parpública e à UTAM.

RELATÓRIO DE ANÁLISE 284/2022 de 14 de novembro

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (PAO2022-24) da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) (2022-11-08)

**João
Carvalho
Mendes**
Assinado de forma digital por João Carvalho Mendes
Dados: 2022.11.22 20:05:01 Z

1. SÍNTESE**1A. Instrução da proposta de Plano de Atividades e Orçamento**

ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO	CONCLUSÃO UTAM
Proposta de PAO: é composta pelos Planos de Atividades e Orçamentos, anual e plurianual, e pelo Plano de Investimentos. Pareceres do ROC e do Conselho Fiscal: favoráveis à aprovação, sem reservas ou ênfases para além das decorrentes dos pedidos de autorização de exceção às IEIPG2022 apresentados pela empresa.	A proposta está adequadamente instruída.

**1B. Autorizações Necessárias**

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS	FUNDAMENTAÇÃO	NORMATIVO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÃO UTAM
Para contratação de 19 trabalhadores em 2022	Para a transferência e integração de infraestruturas afetas ao Município de Setúbal (cf. ponto 3.12)	Artigo 141.º do DLEO2022 ¹	As contratações estão devidamente fundamentadas	Concessão de autorização
Para outras contratações não especificadas	Para fazer face a saídas por motivo de reforma ou de iniciativa de trabalhadores, sem implicar aumento dos <i>Gastos com pessoal</i> .	Artigo 142.º do DLEO2022	A Lei só prevê autorizações de substituições genéricas quando o recrutamento é feito para a base da carreira	Não concessão de autorização
Para aumento dos <i>Gastos com pessoal</i> (s/ órgãos sociais) em 497 mil euros, de 2021 para 2022 (17%)	Em resultado de um conjunto de parcelas identificadas no ponto 3.13	Alínea a) do n.º 5 do art.º 144.º do DLEO2022	O aumento de gastos está fundamentado	Concessão de autorização
Para substituição de 42 viaturas da frota operacional em 2022 (cf. ponto 3.15)	12 viaturas elétricas, 24 viaturas térmicas e conversão de seis viaturas térmicas em elétricas, cujos prazos e limites de quilometragem estabelecidos nos contratos de AOV se encontram perto do seu termo contratual	N.ºs 4 e 16 do artigo 40.º do DLEO2022	As substituições estão fundamentadas	Concessão de autorização, desde que das substituições não resulte aumento dos encargos com a frota
Para aumento da frota operacional em seis viaturas em 2022	Devido à receção de seis viaturas da concessionária atual de Setúbal (cf. ponto 3.15)	N.ºs 4 e 16 do artigo 40.º do DLEO2022	O aumento está devidamente fundamentado	Concessão de autorização
Para aumento dos <i>encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria</i> em 50,8 mil euros de 2021 para 2022 (50%)	Devido ao incremento nas deslocações e alojamentos, pelo regresso à atividade presencial, e nos gastos com manutenção da frota automóvel (cf. ponto 3.14)	Alínea b) do n.º 5 do art.º 144.º do DLEO2022	O aumento está devidamente fundamentado	Concessão de autorização

¹ Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

**1C. Não observância das Orientações Financeiras para o Triénio 2022-2024**

TAXAS/VARIAÇÕES	NORMATIVO	ANÁLISE
Taxas de variação dos <i>Gastos operacionais</i> , das <i>Despesas de pessoal</i> e dos <i>FSE</i> face à taxa de crescimento do <i>Volume de negócios</i>	Alíneas ii), iii) e iv) do ponto 2 das IEIPG2022 ²	As taxas de variação dos <i>Gastos operacionais</i> e dos <i>FSE</i> são superiores à do <i>Volume de negócios</i> de 2021 para 2022 e a taxa de variação das <i>Despesas de pessoal</i> (s/ órgãos sociais) é superior à do <i>Volume de negócios</i> de 2021 para 2022 e no triénio, devido à integração do Município de Setúbal no sistema de saneamento da SIMARSUL.
<i>EBIT</i> , líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor (<i>EBITlíq</i>)	Alínea v) do ponto 2 das IEIPG2022	O <i>EBITlíq</i> diminui de 2021 para 2022 e no triénio.

1D. Evolução Económica e Financeira

	Volume de negócios	Gastos operacionais	CMVMC	FSE	Gastos c/ pessoal	EBITDA	EBIT	Resultado líquido	Endividamento	Investimento	R. H. sem órgãos sociais
Valores 2021	17 612	9 888	297	6 267	3 324	10 215	3 857	943	71 618	2 893	100
Valores 2022 (10 ³ €)	18 513	10 928	323	6 712	3 894	10 566	3 836	1 205	70 002	11 721	121
Valores 2023	24 818	13 546	445	8 935	4 166	13 462	3 865	1 272	67 713	5 055	129
Valores 2024	25 155	13 163	427	8 465	4 270	13 567	3 584	1 231	65 998	7 861	129
Δ 2022-2021 (%)	+5,1%	+11%	+8,6%	+7,1%	+17%	+3,4%	-0,6%	+28%	-2,3%	+305%	+21%
Δ 2023-2022 (%)	+34%	+24%	+38%	+33%	+7,0%	+27%	+0,8%	+5,6%	-3,3%	-57%	+6,6%
Δ 2024-2023 (%)	+1,4%	-2,8%	-3,9%	-5,3%	+2,5%	+0,8%	-7,3%	-3,2%	-2,5%	+56%	0%
Taxa média anual Δ 2024-2022 (%)	+17%	+9,7%	+15%	+12%	+4,7%	+13%	-3,3%	+1,1%	-2,9%	-18%	-18%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

INDICADOR	OBSERVAÇÕES
Apreciação geral	A empresa prevê o aumento do <i>Volume de negócios</i> (expurgando 797 mil euros em 2021, referentes a faturação extraordinária devido a rotura de conduta de água no Município do Barreiro) e dos <i>Gastos operacionais</i> em 0,9 milhões de euros e um milhões de euros (5,1% e 11%), respetivamente, de 2021 para 2022. No triénio aumentam a taxas médias anuais de 17% e 9,7%, respetivamente.
Eficiência operacional	A <i>Eficiência operacional</i> apresenta uma evolução favorável de 2021 para 2022, com o rácio dos <i>Gastos operacionais</i> sobre o <i>Volume de negócios</i> a diminuir 0,6 pontos percentuais.
Resultados	Sobre a evolução dos resultados de 2021 para 2022 e no triénio, é de referir o seguinte: i. o <i>EBITDA</i> aumenta de 10,2 milhões de euros para 10,6 milhões de euros (3%) e continua a aumentar em 2023, para 13,5 milhões de euros, e em 2024, para 13,6 milhões de euros; ii. o <i>Resultado operacional</i> (<i>EBIT</i>) diminui de 3,9 milhões de euros para 3,8 milhões de euros (1%), aumenta em 2023, para 3,9 milhões de euros, e diminui em 2024, para 3,6 milhões de euros; iii. o <i>Resultado líquido</i> aumenta de 0,9 milhões de euros para 1,2 milhões de euros (28%) e continua a aumentar em 2023, para diminuir em 2024, atingindo 1,2 mil euros.
Endividamento	Prevê-se que o financiamento remunerado diminua de 71,6 para 70 milhões de euros de 2021 para 2022. No que decorre da aplicação da fórmula patente no n.º 4 do artigo 145.º do DLEO2022, prevê-se que o endividamento da empresa diminua 1,7% de 2021 para 2022.

² Despacho N.º 682/2021-SET, de 29 de julho: “Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE”.



1E. Plano de Investimentos

Os investimentos para 2022-2024 ascendem a 24,6 milhões de euros, dos quais 11,7 milhões de euros a realizar em 2022, financiados por recursos próprios. De acordo com a empresa, a realização de investimento em 2021 ficou abaixo do planeado devido a atrasos verificados no lançamento e arranque de algumas empreitadas, resultantes de procedimentos concursais que ficaram desertos e a fatores decorrentes da pandemia COVID-19. Para 2022 prevê-se uma recuperação da execução, no sentido de assegurar o cumprimento do plano de investimento para o quinquénio previsto no contrato de concessão. Na tabela seguinte é apresentado o resumo do plano de investimentos da proposta em análise e a sua comparação com o plano apresentado para 2021-2023.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL 2022-2024	Após 2024	TOTAL
Edifícios e outras construções	228	1 125	7 233	2 015	2 913	12 160		13 513
Equipamento básico	450	1 623	3 395	2 327	4 235	9 957		12 030
Outros	225	146	1 093	713	713	2 519		2 890
PAO2022	904	2 893	11 721	5 055	7 861	24 636	19 983	48 417
PAO2021	904	10 854	3 473	6 686				21 917
Δ (PAO2022 - PAO2021)	0	-7 961	8 248	-1 631				-1 344
	0%	-73%	+238%	-24%				-6%

Fontes: Proposta de PAO para 2022-24 e PAO2021-23

1F. Conclusão

A proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2022-2024” da SIMARSUL requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para:

- i. a contratação de 19 trabalhadores para a transferência e integração de infraestruturas afetas ao Município de Setúbal;
- ii. o aumento dos *Gastos com pessoal* (excluindo órgãos sociais) em 497 mil euros face a 2021 (17%), limitando o total dos Gastos com pessoal em 2022 ao valor de 3507 mil euros;
- iii. a substituição de até 42 viaturas da frota operacional: 12 viaturas elétricas, 24 viaturas térmicas e conversão de seis viaturas térmicas em elétricas, cujos prazos e limites de quilometragem estabelecidos nos contratos de AOV se encontram perto do seu termo contratual, na condição que o limite de despesa em v. não seja ultrapassado;
- iv. o aumento da frota operacional em seis viaturas em 2022, devido à receção de seis viaturas da concessionária atual de Setúbal;
- v. o aumento do *conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de*



estudos, pareceres, projetos e consultoria em 50,8 mil euros face a 2021 (50%), limitando o total destes encargos em 2022 ao valor de 153,3 mil euros,

que se têm por fundamentados.

Neste caso, concordando e querendo, conclui-se que a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2022-2024*” apresentada pela SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. reunirá as condições para merecer a aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

2. ANTECEDENTES

A SIMARSUL submeteu no portal da *internet* do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento 2022[-2024]*” e o “*Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2022*”, ambos em 2021-11-18, e o “*Parecer do Conselho Fiscal da SIMARSUL sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022*”, em 2021-11-19. Em 2022-03-17 submeteu através da plataforma o *Relatório e Contas Anual (Contas individuais)* de 2021. A empresa prestou informação complementar através de correios eletrónicos de 2022-11-07 e 2022-11-08. A UTAM procedeu à análise dos documentos, do que resultou o presente relatório.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise incidiu sobre a proposta de PAO2022-24, tendo para o efeito sido também verificado o cumprimento das IEIPG2022 e do DLEO2022. As tabelas a seguir apresentadas ilustram a atividade da empresa e retratam as suas previsões.

3A. Informação financeira e ano de referência

A informação financeira referente à execução de 2021 da SIMARSUL já se encontra disponível em SiRIEF, pelo que, no seguimento, esta informação será utilizada em substituição das estimativas para 2021 apresentadas na proposta.

Nos seus correios eletrónicos a empresa propõe *Gastos com pessoal* no triénio 2023-25 inferiores aos que referia na proposta de PAO, pelo que a *Demonstração de resultados* apresentada no seguimento foi alterada em consonância. Em resultado desta alteração os valores referentes ao *Resultado líquido* na *Demonstração de resultados* ficaram maiores do que os apresentados no *Balanço* na ordem de 300 mil euros em cada um dos anos, o que se considera que não altera as conclusões. Por esta razão, e estando a empresa em vias de apresentar proposta de PAO 2023-2025, propõe-se que sejam aprovados apenas o PAO anual e o Plano de Investimentos,

O ano de 2021 é considerado como referência para comparação das previsões para 2022, pois os *Serviços prestados* em 2021 apresentam um valor superior ao registado em 2019.



3B. Extensão do âmbito do contrato de concessão

A partir de 2022-11-25 o Município de Setúbal integrar-se-á como pleno utilizador do sistema de saneamento de águas residuais gerido pela SIMARSUL pelo que, durante 2022, será dado início ao processo de preparação da integração e transferência de infraestruturas afetas ao município. O consequente aumento de atividade, constante do EVEF anexo ao contrato de concessão, resulta num aumento das receitas em 2023 e nos anos seguintes, sendo ainda prevista a integração de 19 trabalhadores adicionais, para assegurar o normal funcionamento da operação.

3C. Rendimentos, gastos e resultados

Relativamente aos rendimentos, gastos e resultados propostos pela empresa, realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.1. Os *Serviços prestados* aumentam de 18,4 milhões de euros para 18,5 milhões de euros (0,6%), de 2021 para 2022. Continuam a aumentar em 2023, para 24,8 milhões de euros, e em 2024, para 25,2 milhões de euros;
- 3.2. Sobre a evolução dos *Gastos operacionais* de 2021 para 2022 e no triénio, é de referir o seguinte:
 - vi. o *Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)* aumenta de 297 mil euros para 323 mil euros (9%). Aumenta para 445 mil euros em 2023 e diminui para 427 mil euros em 2024;
 - vii. os *Fornecimentos e serviços externos (FSE)* aumentam de 6,3 milhões de euros para 6,7 milhões de euros (7%). Aumentam para 8,9 milhões de euros em 2023 e diminuem para 8,5 milhões de euros em 2024;
 - viii. os *Gastos com pessoal* aumentam de 3,3 milhões de euros para 3,9 milhões de euros (17%). Nos anos seguintes continuam a aumentar a uma taxa média anual de 5%, atingindo o valor de 4,3 milhões de euros em 2024;
- 3.3. Os *Outros rendimentos e ganhos* aumentam de -23 mil euros em 2021 para 1,4 milhões de euros em 2022. Diminuem para 184 mil euros em 2023 e para -538 mil euros em 2024. Não são esclarecidas as causas do aumento acentuado desta rubrica em 2022.
- 3.4. Sobre a evolução dos resultados de 2021 para 2022 e no triénio, é de referir o seguinte:
 - i. o *EBITDA* aumenta de 10,2 milhões de euros para 10,6 milhões de euros (3%) e continua a aumentar em 2023, para 13,5 milhões de euros, e em 2024, para 13,6 milhões de euros;
 - ii. o *Resultado operacional (EBIT)* diminui de 3,9 milhões de euros para 3,8 milhões de euros (1%), aumenta em 2023, para 3,9 milhões de euros, e diminui em 2024, para 3,6 milhões de euros;



iii. o *Resultado líquido* aumenta de 0,9 milhões de euros para 1,2 milhões de euros (28%) e continua a aumentar em 2023, para diminuir em 2024, atingindo 1,2 mil euros.

3.5. O aumento do *EBITDA* de 2022 para 2023 está relacionado com a integração do Município de Setúbal no sistema de saneamento da SIMARSUL. Deve-se fundamentalmente ao aumento dos *Serviços prestados* (6,3 milhões de euros) ser superior ao aumento dos *FSE* e à diminuição dos *Outros rendimentos e ganhos* (2,2 milhões de euros e 1,3 milhões de euros, respetivamente);

3.6. Os *Gastos de depreciação e de amortização* aumentam de 6,7 milhões de euros para 9,6 milhões de euros de 2022 para 2023, uma vez mais devido à integração do Município de Setúbal no sistema de saneamento da SIMARSUL evolução que cancela o aumento do *EBITDA* e justifica a evolução diferenciada do *EBIT* e do *Resultado líquido* face ao *EBITDA*.

Unidade: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Serviços prestados	15 135	18 409	18 513	24 818	25 155	104	+0,6%
Subsídios à exploração	1 583	1 865	1 705	2 188	2 276	-160	-9%
(-) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	240	297	323	445	427	26	+9%
(-) Fornecimentos e serviços externos	5 125	6 267	6 712	8 935	8 465	445	+7%
(-) Gastos com pessoal	3 261	3 324	3 894	4 166	4 270	570	+17%
(-) Imparidades	-2	0	0	0	0	0	
(-) Provisões	-30	0	0	0	0	0	
Outros rendimentos e ganhos	1 671	-23	1 439	184	-538	1 462	+6271%
(-) Outros gastos e perdas	182	147	161	182	164	14	+10%
EBITDA	9 612	10 215	10 566	13 462	13 567	351	+3%
(-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 392	6 358	6 731	9 597	9 983	372	+6%
Resultado operacional (EBIT)	4 220	3 857	3 836	3 865	3 584	-21	-1%
(-) Juros e gastos/rendimentos similares	2 603	2 467	2 301	2 097	1 945	-166	-7%
Resultado antes de impostos	1 617	1 391	1 535	1 767	1 639	144	+10%
(-) Imposto sobre o rendimento	372	448	330	495	408	-118	-26%
Resultado líquido do período	1 245	943	1 205	1 272	1 231	261,769	+27,76%

(-) Assinala as rubricas que, quando tomam valores positivos, se referem a gastos

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

3D. Evolução da situação financeira

O cenário de evolução da situação financeira de 2021 até 2024 é apresentado na tabela seguinte, sendo de destacar que:

3.7. O *Volume de negócios* evolui no triénio a uma taxa anual média de 11% devido ao aumento de receitas previsto para 2023, com a integração do Município de Setúbal no sistema de saneamento da SIMARSUL;

3.8. De 2021 para 2022 os *Gastos operacionais*, a *Despesa de pessoal* (excluindo os gastos com os órgãos sociais e descontado o efeito do absentismo) e os *FSE* evoluem a taxas superiores à do *Volume de negócios*, com reflexo na degradação da *Eficiência operacional*. No triénio a *Despesa de pessoal* também evolui a uma taxa superior à do



Volume de negócios, devido à contratação de novos trabalhadores, decorrente da integração do Município de Setúbal no sistema de saneamento da SIMARSUL;

- 3.9. O *EBIT líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor (EBIT_{líq})* diminui 283 mil euros de 2021 para 2022. Nos anos seguintes continua a diminuir, resultando numa diminuição média anual no triénio de 185 mil euros;
- 3.10. O *Endividamento líquido de investimento* diminui 10,4 milhões de euros de 2021 para 2022. Aumenta em 2023 e diminui em 2024, resultando numa diminuição média anual no triénio de 3,5 milhões de euros;
- 3.11. Conclui-se que as orientações financeiras não são observadas no tocante aos *Gastos operacionais* e aos *FSE*, de 2021 para 2022, e no tocante à *Despesa de pessoal* e ao *EBIT_{líq}* de 2021 para 2022 e no triénio.

Cenário de evolução da situação financeira	2022 vs. 21	2023 vs. 22	2024 vs. 23	Variação média anual no triénio
TAXAS				
Taxa de crescimento real do PIB, com a inflação acrescida de 1 p.p.*	+6,8%	+4,9%	+4,7%	+5,5%
i) Volume de negócios	+0,6%	+34,1%	+1,4%	+11,0%
ii) Gastos operacionais	+10,5%	+24,0%	-2,8%	+10,0%
iii) Despesa de pessoal (s/ órgãos sociais)	+16,5%	+7,8%	+2,8%	+8,9%
iv) FSE	+7,1%	+33,1%	-5,3%	+10,5%
VARIAÇÕES (milhares de euros)				
v) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	-21	+29	-281	-91
vi) Endividamento líquido de Investimento	-10 444	+4 378	-4 522	-3 529

* Calculada nos termos do disposto na alínea i) do ponto 2 das IEIPG2022

Fontes : IEIPG2022 e proposta de PAO para 2022-24

3E. Recursos humanos

A evolução do número de trabalhadores e dos *Gastos com pessoal* é apresentada na tabela adiante, sendo de referir o seguinte:

- 3.12. Aumento do efetivo em 21 trabalhadores (19%), excluindo órgãos sociais, entre 2021-12-31 (100) e 2022-12-31 (121), decorrente das seguintes situações:
- Contratação de 19 trabalhadores para a transferência e integração de infraestruturas afetas ao Município de Setúbal;
 - Em 2021 não foi possível concretizar a contratação autorizada de três trabalhadores. A empresa prevê contratar dois destes trabalhadores em 2022 e o terceiro em 2023.
- 3.13. Aumento dos *Gastos com pessoal* (excluindo órgãos sociais) em 497 mil euros (17%) de 2021 para 2022, devido ao aumento do efetivo mencionado no ponto anterior, ao efeito em ano completo das admissões verificadas em 2021, ao impacto devido à pandemia COVID-19, ao Acordo Coletivo de Trabalho e a outros gastos conexos.



Unidade: milhares de euros

Pessoal	2019 Execução	2021 Execução	2022 Previsão	2023 Previsão	2024 Previsão	Δ (2022-2021)	
						Valor	%
N.º de membros dos órgãos sociais	11	11	11	11	11	0	0%
N.º de cargos de direção	3	3	3	3	3	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	97	97	118	126	126	21	+22%
N.º total de trabalhadores	111	111	132	140	140	21	+19%
Gastos com órgãos sociais	385	314	387	387	387	73	+23%
Gastos com cargos de direção	260	275	278	283	291	3	+1%
Remunerações do pessoal	2 180	2 229	2 608	2 868	2 955	379	+17%
Outros encargos	436	506	621	628	637	115	+23%
Gastos totais com pessoal	3 261	3 324	3 894	4 166	4 270	570	+17%
(-) Gastos com órgãos sociais	385	314	387	387	387	73	+23%
Gastos com pessoal (s/ órgãos sociais)	2 877	3 010	3 507	3 779	3 883	497	+17%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

3F. Outros encargos operacionais

A evolução do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria é apresentada na tabela seguinte. Prevê-se para 2022 face a 2021 o seguinte:

3.14. Aumento do conjunto de encargos em 50,8 mil euros (50%), devido ao incremento nas deslocações e alojamentos (9,3 mil euros), pelo regresso à atividade presencial, nos encargos associados à frota automóvel (33,6 mil euros), devido à receção de seis viaturas da atual concessionária de Setúbal, ao aumento de custos com portagens (associados ao processo de integração de Setúbal), de encargos de manutenção associados ao processo de renovação da frota e com combustíveis em resultado do atual contexto Geopolítico, e nos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (7,8 mil euros), para recuperação de atividade adiada e reprogramada.

Unidade: milhares de euros

Outros encargos operacionais	2019 Execução	2021 Execução	2022 Previsão	2023 Previsão	2024 Previsão	Δ (2022-2021)	
						Valor	%
Deslocações e alojamento	1,8	0,5	9,8	8,8	8,2	9,3	+1860%
Ajudas de custo	0,6	0,2	0,3	0,5	0,5	0,1	+50%
Frota automóvel	89,9	89,8	123,4	152,5	154,1	33,6	+37%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6,7	12,0	19,8	18,0	18,0	7,8	+65%
TOTAL	99,0	102,5	153,3	179,8	180,8	50,8	+50%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

3G. Frota automóvel

3.15. De acordo com a empresa, a renovação e ampliação da frota automóvel resulta do seguinte:

- Conversão de seis viaturas térmicas, cujos prazos e limites de quilometragem estabelecidos nos diversos contratos de AOV se encontram perto do seu termo contratual, em elétricas (para cumprimento da quota de viaturas elétricas);
- Substituição de 12 viaturas elétricas e 24 viaturas térmicas, cujos prazos e limites de quilometragem estabelecidos nos diversos contratos de AOV se encontram perto do seu termo contratual;
- Receção de seis viaturas da atual concessionária de Setúbal.

3.16. Considera-se que a substituição das 42 viaturas poderá ser autorizada, desde que não resulte em aumento dos encargos com a frota, assim como a receção das seis viaturas da atual concessionária de Setúbal, que a SIMARSUL considera indispensável para a prossecução do serviço publico associado àquele município.

3H. Eficiência operacional

3.17. A *Eficiência operacional*, traduzida pelo rácio dos *Gastos operacionais* sobre o *Volume de negócios*, apresenta uma evolução favorável de 2021 para 2022, com o rácio a diminuir 0,6 pontos percentuais.

Unidade: milhares de euros

Eficiência operacional	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
CMVMC	240	297	323	445	427	26	+9%
FSE	5 125	6 267	6 712	8 935	8 465	445	+7%
Gastos com pessoal	3 261	3 324	3 894	4 166	4 270	570	+17%
Aumento gastos formação			100			100	
Valorizações remuneratórias (cláusula 21 do ACT)			294			294	
Admissões e substituições em 2022			253			253	
Gastos operacionais (GO)	8 626	9 888	10 281	13 546	13 163	393	+4%
Vendas e serviços prestados	15 135	18 409	18 513	24 818	25 155	104	+1%
(-) Faturação extraordinária devido a rotura de conduta de água no Município do Barreiro		797				-797	-100%
Volume de negócios (VN)	15 135	17 612	18 513	24 818	25 155	901	+5%
Gastos operacionais / Volume de negócios (GO/VN)	57,0%	56,1%	55,5%	54,6%	52,3%	-0,6 p.p.	

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

3I. Situação patrimonial

Relativamente aos valores das rubricas do *Ativo* propostos pela empresa, realçam-se os seguintes aspetos:

3.18. O *Ativo não corrente* aumenta de 218 milhões de euros para 226,4 milhões de euros de 2021 para 2022 (4%) devido essencialmente ao aumento em *Ativos intangíveis* (6,7 milhões de euros) e *Outros ativos financeiros* (1,2 milhões de euros). Em 2023 continua a aumentar e diminui em 2024, atingindo o valor de 227,6 milhões de euros;

3.19. O *Ativo corrente* diminui de 15,1 milhões de euros para 7,6 milhões de euros de 2021 para 2022 (50%) devido à diminuição das rubricas *Outras contas a receber* (1,1 milhões de euros) e *Caixa e depósitos bancários* (6,6 milhões de euros). Nos anos seguintes



aumenta a uma taxa média anual de 16%, atingindo o valor de 10,2 milhões de euros em 2024.

A evolução das rubricas do *Ativo* consta da tabela seguinte.

Unidade: milhares de euros

BALANÇO (Ativo)	2019	2021	2022	2023	2024	Δ (2022-2021)	
	Execução	Execução	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Ativo	240 088	233 123	233 982	239 449	237 768	859	+0,4%
Ativo não corrente	223 498	218 006	226 422	229 751	227 616	8 416	+4%
Ativos fixos tangíveis	35	32	31	30	30	-1	-2%
Ativos intangíveis	152 776	145 767	152 484	155 234	153 113	6 717	+5%
Outros ativos financeiros	66 565	67 757	68 984	69 093	68 481	1 227	+2%
Ativos por impostos diferidos	4 123	4 451	4 923	5 393	5 993	472	+11%
Ativo corrente	16 589	15 117	7 560	9 698	10 152	-7 557	-50%
Inventários	114	199	27	37	35	-172	-87%
Clientes	5 542	5 967	5 741	6 602	6 658	-226	-4%
Estado e outros entes públicos	433	1 048	1 580	1 399	1 399	532	+51%
Outras contas a receber	8 290	1 338	211	1 567	2 012	-1 127	-84%
Caixa e depósitos bancários	2 211	6 564	0	94	47	-6 564	-100%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

Relativamente aos valores das rubricas do *Capital próprio* e do *Passivo* propostos pela empresa, realçam-se os seguintes aspetos:

- 3.20. O *Capital próprio* aumenta de 67,8 milhões de euros para 68,8 milhões de euros de 2021 para 2022 (1%). Continua a aumentar nos anos seguintes, também a uma taxa média anual de 1%, atingindo o valor de 70,7 milhões de euros em 2024;
- 3.21. O *Passivo não corrente* diminui de 156,4 milhões de euros para 150,8 milhões de euros de 2021 para 2022 (4%), essencialmente em resultado da diminuição em *Financiamentos obtidos* (4,9 milhões de euros). Em 2023 aumenta e em 2024 diminui, atingindo o valor de 144,7 milhões de euros;
- 3.22. O *Passivo corrente* aumenta de 8,9 milhões de euros para 14,4 milhões de euros de 2021 para 2022 (61%), devido ao aumento observado em *Fornecedores* (1,5 milhões de euros), *Financiamentos obtidos* (3,3 milhões de euros) e *Outras contas a pagar* (um milhão de euros). Nos anos seguintes continua a aumentar, a uma taxa média anual de 25%, por efeito do aumento em *Financiamentos obtidos*, atingindo o valor de 22,4 milhões de euros em 2024;
- 3.23. O *Endividamento remunerado*, dado pelo total das rubricas *Financiamentos obtidos* no *Passivo não corrente* e no *Passivo corrente*, diminui de 71,6 milhões de euros para 70 milhões de euros de 2021 para 2022 (2%) e continua a diminuir nos anos seguintes a uma taxa média anual de 3%, atingindo o valor de 66 milhões de euros em 2024.

A evolução das rubricas do *Capital próprio* e do *Passivo* consta da tabela seguinte.



Unidade: milhares de euros

BALANÇO (Capital próprio + Passivo)	2019 Execução	2021 Execução	2022 Previsão	2023 Previsão	2024 Previsão	Δ (2022-2021)	
						Valor	%
Capital próprio	65 868	67 846	68 758	69 709	70 658	912	+1%
Capital realizado	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	0	0%
Reservas legais	491	606	651	698	746	46	+8%
Resultados transitados	39 131	41 297	42 164	43 060	43 963	867	+2%
Resultado líquido do período	1 245	943	943	951	950	0	0%
Passivo	174 220	165 277	165 224	169 740	167 110	-53	-0,03%
Passivo não corrente	167 300	156 356	150 817	151 585	144 725	-5 539	-4%
Financiamentos obtidos	76 036	66 645	61 706	56 268	50 456	-4 939	-7%
Passivos por Impostos diferidos	15 895	15 656	15 690	15 774	15 777	35	+0,2%
Outras contas a pagar	75 369	74 055	73 420	79 543	78 492	-635	-1%
Passivo corrente	6 920	8 921	14 407	18 156	22 385	5 486	+61%
Fornecedores	999	1 713	3 164	2 872	2 816	1 452	+85%
Estado e outros entes públicos	744	1 024	714	1 680	1 869	-309	-30%
Financiamentos obtidos	3 879	4 973	8 296	11 446	15 542	3 323	+67%
Outras contas a pagar	1 298	1 212	2 232	2 158	2 158	1 021	+84%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

3J. Rácios financeiros

A evolução dos rácios financeiros relevantes é apresentada na tabela seguinte, sendo de salientar o seguinte:

3.24. A *Rentabilidade das vendas*, a *Rentabilidade do capital próprio*, o *Endividamento* e a *Autonomia financeira* apresentam evolução favorável de 2021 para 2022, enquanto os restantes rácios evoluem desfavoravelmente;

3.25. De 2022 para 2023 todos os rácios apresentam evolução desfavorável, exceto a *Rentabilidade do capital próprio* e a *Liquidez geral*;

3.26. De 2023 para 2024 todos os rácios apresentam evolução desfavorável, exceto o *Endividamento* e a *Autonomia financeira*.

Rácios financeiros	2019 Execução	2021 Execução	2022 Previsão	2023 Previsão	2024 Previsão	Δ (2022-2021)
Rentabilidade das vendas ¹	63,5%	55,5%	57,1%	54,2%	53,9%	+1,6 p.p.
Rentabilidade do ativo ²	1,76%	1,65%	1,64%	1,61%	1,51%	-0,02 p.p.
Rentabilidade do capital próprio ³	1,89%	1,39%	1,75%	1,82%	1,74%	+0,36 p.p.
Endividamento ⁴	72,6%	70,9%	70,6%	70,9%	70,3%	-0,3 p.p.
Endividamento corrente ⁵	2,9%	3,8%	6,2%	7,6%	9,4%	+2,3 p.p.
Autonomia financeira ⁶	27,4%	29,1%	29,4%	29,1%	29,7%	+0,3 p.p.
Liquidez geral ⁷	240%	169%	52%	53%	45%	-117 p.p.

¹ Rentabilidade das vendas = EBITDA / Volume de negócios⁴ Endividamento = Passivo / Ativo² Rentabilidade do ativo (RoA) = Resultado operacional / Ativo⁵ Endividamento corrente = Passivo corrente / Ativo³ Rentabilidade do capital próprio (RoE) = Resultado líquido / Capital próprio⁶ Autonomia financeira = Capital próprio / Ativo

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

⁷ Liquidez geral = Ativo corrente / Passivo corrente

3K. Desempenho da empresa no terceiro trimestre de 2022

Estando à data disponíveis os valores referentes à execução do terceiro trimestre de 2022, na tabela seguinte apresenta-se a comparação dos valores previstos e realizados das



principais rubricas financeiras no trimestre. Verifica-se que o *EBITDA* não apresenta variação relevante face às previsões, devido às reduções nos *Serviços prestados* e *Outros rendimentos e ganhos* serem compensadas por redução dos *FSE* e dos *Gastos com o pessoal*. O *EBIT* e o *Resultado líquido* melhoram face às previsões, devido aos *Gastos de depreciação e de amortização* terem diminuído face às previsões.

Unidade: milhares de euros

Execução vs. Previsão - 3.º trimestre de 2022	Previsão	Execução	Δ (Ex-Pr)	Δ (%)
Serviços prestados	13 834	13 299	-534	-4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	242	246	5	+2%
Fornecimentos e serviços externos	4 880	3 678	-1 203	-25%
Gastos com o pessoal	3 069	2 410	-660	-21%
Outros rendimentos e ganhos	938	-197	-1 135	-121%
Gastos de depreciação e de amortização	5 048	4 418	-630	-12%
EBITDA	7 738	7 956	218	+3%
Resultado operacional (EBIT)	2 690	3 538	848	+32%
Resultado líquido	705	1 515	810	+115%

Fonte: SIRIEF

Assim, a execução do terceiro trimestre aponta para que o orçamento anual possa ser cumprido. Não estando disponível o relatório trimestral de execução, não é possível verificar a situação em termos de execução das atividades previstas.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos para 2022-2024 ascendem a 24,6 milhões de euros, dos quais 11,7 milhões de euros a realizar em 2022, financiados por recursos próprios. De acordo com a empresa, a realização de investimento em 2021 ficou abaixo do planeado devido a atrasos verificados no lançamento e arranque de algumas empreitadas, resultantes de procedimentos concursais que ficaram desertos e a fatores decorrentes da pandemia COVID-19. Para 2022 prevê-se uma recuperação da execução, no sentido de assegurar o cumprimento do plano de investimento para o quinquénio previsto no contrato de concessão. Na tabela seguinte é apresentado o resumo do plano de investimentos da proposta em análise e a sua comparação com o plano apresentado para 2021-2023.

Unidade: milhares de euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL 2022-2024	Após 2024	TOTAL
Edifícios e outras construções	228	1 125	7 233	2 015	2 913	12 160		13 513
Equipamento básico	450	1 623	3 395	2 327	4 235	9 957		12 030
Outros	225	146	1 093	713	713	2 519		2 890
PAO2022	904	2 893	11 721	5 055	7 861	24 636	19 983	48 417
PAO2021	904	10 854	3 473	6 686				21 917
Δ (PAO2022 - PAO2021)	0	-7 961	8 248	-1 631				-1 344
	0%	-73%	+238%	-24%				-6%

Fontes: Proposta de PAO para 2022-24 e PAO2021-23

A empresa apresenta indicadores físicos para acompanhamento dos cinco projetos previstos para o triénio que representam maior valor de investimento, a saber:



- Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - Intercetor da Bacia A: 644 mil euros em 2022, totalizando 725 mil euros até 2023;
- Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - Emissário de Corroios: 426 mil euros em 2022, totalizando 650 mil euros entre 2021 e 2022;
- Reabilitação do Intercetor da Amora: 446 mil euros em 2022, totalizando 800 mil euros até 2023;
- Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - Intercetor do Fanqueiro: 635 mil euros em 2022, totalizando 820 mil euros até 2023;
- Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL: 1054 mil euros em 2022, totalizando 1145 mil euros entre 2021 e 2022.

Os quatro primeiros projetos representam investimentos de reabilitação e o último reparte-se entre novo investimento (55%) e investimento de reabilitação (45%). O investimento previsto nestes projetos totaliza 4,14 milhões de euros, dos quais cerca de 3,2 milhões de euros em 2022. Estão incluídas em anexo à proposta as fichas descritivas destes projetos, nas quais é identificada a necessidade do investimento, o tipo de investimento, a estimativa do valor da obra e a população servida.

5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

Prevê-se que o financiamento remunerado diminua de 71,6 para 70 milhões de euros de 2021 para 2022. O capital realizado em 2022 não sofre alteração face a 2021. A empresa não tem previsto realizar qualquer novo investimento com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 145.º do DLEO2022. No que decorre da aplicação da fórmula patente do n.º 4 do referido artigo, prevê-se que o endividamento da empresa diminua 1,7% de 2021 para 2022.

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Unidade: milhares de euros

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

(Financiamento Remunerado) FR_t =	70 002
FR_{t-1} =	71 618
(Capital Social ou Capital Estatutário realizado) $Capital_t$ =	25 000
$Capital_{t-1}$ =	25 000
(Novos Invest. com Expressão Material) $\text{NovosInvestimentos}_t$ =	0
Δ Endividamento =	-1,7%



6. PAGAMENTOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores da SIMARSUL, calculado como disposto no n.º 9 do “*Programa Pagar a Tempo e Horas*”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio. O PMP previsto é 50 dias, verificando-se o incumprimento do objetivo para 2022. A empresa refere que o aumento do PMP resulta do facto de estar previsto um aumento do investimento em 2022, mas que, apesar desta situação, se encontra a assegurar o pagamento atempado de todas as faturas recebidas, nos termos das regras da contratação pública.

	Execução 2020	Execução 2021	Previsão 2022
PMP médio (dias)	43	48	50
Δ anual		+12%	+4%

Fonte: Proposta de PAO para 2022-24

7. CONCLUSÃO

A proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2022-2024*” da SIMARSUL requer a autorização de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro para, em 2022:

- a contratação de 19 trabalhadores para a transferência e integração de infraestruturas afetas ao Município de Setúbal;
- o aumento dos *Gastos com pessoal* (exc. órgãos sociais) em 497 mil euros face a 2021 (17%), limitando o total dos Gastos com pessoal em 2022 ao valor de 3507 mil euros;
- a substituição de 12 viaturas elétricas, 24 viaturas térmicas e conversão de seis viaturas térmicas em elétricas, cujos prazos e limites de quilometragem estabelecidos nos contratos de AOV se encontram perto do seu termo contratual, na condição que o limite de despesa em v. não seja ultrapassado;
- o aumento da frota operacional em seis viaturas em 2022, devido à receção de seis viaturas da concessionária atual de Setúbal;
- o aumento do *conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria* em 50,8 mil euros face a 2021 (50%), limitando o total destes encargos em 2022 ao valor de 153,3 mil euros,

que se têm por fundamentados. **Neste caso, concordando e querendo, conclui-se que a proposta de “*Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2022-2024*” apresentada pela SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. reunirá as condições para merecer a aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.**

Paulo Toste

Consultor

Fichas descritivas das empreitadas a realizar em 2023

SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA:

xxxx

- introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2022

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2023	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remodelação/Substituição	Total
						(%)		
Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2023, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento								
1	Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	1 145	46	dez/21	mar/23	55%	45%	100%
2	Empreitada para Reabilitação do Intercetor da Amora	800	800	jan/23	set/23		100%	100%
3	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	725	644	dez/22	ag/23		100%	100%
4	Empreitada de Execução da Remodelação do Emissário da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro) - Fase 2	635	446	out/22	jul/23		100%	100%
5	Empreitada de Construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema do Pinhal Novo - Remodelação do Emissário Pinhal Novo Norte 2	620	464	jul/23	fev/24		100%	100%
6	Empreitada de Execução do Sistema de Drenagem e Elevatório do Montado - Fase 2 - ZI Biscaia	600	150	out/23	set/24	100%		100%
7	[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do período de Garantias da Empreitada de Conceção- Construção da ETAR Quinta do Conde	554	554	dez/22	set/23		100%	100%
8	Empreitada para Substituição do Sistema de Arejamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escorrências e Beneficiações Gerais da ETAR de Pinhal Novo	521	348	out/22	jun/23		100%	100%
9	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 2	507	282	ag/23	abr/24		100%	100%
10	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase1	485	485	fev/23	out/23		100%	100%
11	Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da Simarsul nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2A	458	458	jan/23	jul/23		100%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2023, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Empreitada para Reabilitação do Intercetor da Amora	800	800	jan/23	set/23		100%	100%
2	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	725	644	dez/22	ag/23		100%	100%
3	[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do período de Garantias da Empreitada de Conceção- Construção da ETAR Quinta do Conde	554	554	dez/22	set/23		100%	100%
4	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase1	485	485	fev/23	out/23		100%	100%
5	Empreitada de Construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema do Pinhal Novo - Remodelação do Emissário Pinhal Novo Norte 2	620	464	jul/23	fev/24		100%	100%
6	Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da Simarsul nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2A	458	458	jan/23	jul/23		100%	100%
7	Empreitada de Execução da Remodelação do Emissário da Atalaia (Subsistema do Afonsoeiro) - Fase 2	635	446	out/22	jul/23		100%	100%
8	Empreitada de Execução para Conclusão dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema da Quinta do Conde - Fase 1 - Alto das Vinhas	411	384	dez/22	ag/23	100%		100%
9	Empreitada para Substituição do Sistema de Arejamento da Vala de Oxidação, substituição do Circuito de Escorrências e Beneficiações Gerais da ETAR de Pinhal Novo	521	348	out/22	jun/23		100%	100%
10	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 2	507	282	ag/23	abr/24		100%	100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos do acompanhamento a realizar

1	Empreitada para Reabilitação do Intercetor da Amora	800	800	jan/23	set/23		100%	100%
2	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A	725	644	dez/22	ag/23		100%	100%
3	[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do período de Garantias da Empreitada de Conceção- Construção da ETAR Quinta do Conde	554	554	dez/22	set/23		100%	100%
4	Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase1	485	485	fev/23	out/23		100%	100%
5	Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da Simarsul nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2A	458	458	jan/23	jul/23		100%	100%
6	Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	1 145	1 054	dez/21	mar/23	55%	45%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa

Foram seleccionadas as empreitadas com maior execução prevista para 2023 e/ou mais relevantes para o sistema multimunicipal

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2022

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada para Reabilitação do Intercetor da Amora

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

800

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

82 612

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

10

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Seixal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A obra prevê a reabilitação de troços do INT da Amora. A empreitada prevê a introdução de dispositivos de controle de caudal e minimização de entrada de água pluvial e água salina do estuário.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

O Intercetor recebe contribuições pluviais e água de maré e apresenta deficiências na capacidade de transporte sendo fundamental corrigir estas deficiências

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros [aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.] e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jan/23

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

set/23

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)		800	Valores mensais	89	89	134	134	134	89	44	44	44								

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturasções mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a comparticipação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2022

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Bacia A

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

725

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

199 416

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

4

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Seixal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A obra prevê a reabilitação de troços do EM da Bacia A e a execução de um novo coletor . O Intercetor desenvolve-se numa extensão de 714 m em DN1000 em betão e PVC

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

dez/22

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

ag/23

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)		725	Valores mensais	81	81	81	81	81	81	81	81	81								

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturasções mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2022

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

[GB]-Empreitada de Reabilitação no Âmbito do período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Quinta do Conde

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

554

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

94 000

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

6

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Quinta do Conde, Sesimbra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada prevê reabilitações a nível de construção civil, equipamentos e instalações eléctricas da ETAR da Quinta do Conde, dimensionada para servir 94000 hab.eq. e tratar 19 300 m3/d, no horizonte de projeto. Parte do Investimento será efetuado com recurso ao valor existente de garantias bancárias, no montante de 669 mil euros, para retificar anomalias identificadas no âmbito do período de garantias. O valor de 554 mil euros é referente a verba de Investimento de Substituição previsto no âmbito do CC

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A intervenção irá incidir em reabilitação ao nível de construção civil, incluindo a reparação do sistema de impermeabilização do edifício de exploração e manutenção, e reparação do revestimento e do betão de alguns órgãos; reabilitações de equipamentos, de instalações eléctricas, instrumentação e automação.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

dez/22

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

set/23

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

	(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	485	49	49	49	49	49	49	49	49	49	49								

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturasções mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:

XXXXX

 - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2022

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Execução da Reabilitação de Infra-estruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - INT Fanqueiro - Fase 1

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).
Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

485

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

20 528

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

24

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Seixal

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A obra prevê a reabilitação e substituição de troços do INT Fanqueiro na zona das hortas comunitárias, numa extensão de aproximadamente 900 m

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A intervenção irá permitir reabilitar e substituir troços com contra-pendentes, eliminar reduções de diâmetro, aumentar a capacidade de escoamento e minimizar afluências indevidas

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros [aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.] e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

fev/23

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

out/23

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)		485	Valores mensais	53	53	53	53	53	53	53	57									

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturasções mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a comparticipação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXXX - introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2022

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Reabilitação e Substituição de Infraestruturas da Simarsul nos Municípios de Palmela e Sesimbra – Emissário de Palmela, Pinhal Novo Norte, Poceirão e Intercetor Quinta do Conde 2A

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de Reabilitação/Remodelação/Substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

458

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Palmela e Sesimbra

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A empreitada em apreço, irá permitir efetuar a reabilitação de um troço do Emissário de Palmela na EN379 com cerca de 175 m, a execução do novo Emissário do Poceirão (comprimento de 727 m), a reabilitação do Emissário do Pinhal Novo Norte 1 numa extensão de 277 m e a ligação da conduta elevatória da EE Quinta do Conde ao INT Quinta do Conde 2A, numa extensão de 15 m.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A intervenção irá permitir a reabilitação de alguns troços de emissários e irá permitir a eliminação da EE Poceirão antiga e da EE Pinhal Novo Norte (Mercado)

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jan/23

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

jul/23

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)		458	Valores mensais	33	72	72	72	72	71	67										
O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior. Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido. O perfil de faturasões mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.																				

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:

XXXXX

- introdução de dados

Nome da empresa

SIMARSUL, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

Mês a que se refere a ficha

set/22

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 145

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

585

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

51%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

14

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

2

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

16

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

O procedimento sofreu pronúncias em fase de audiência prévia e foi adjudicado a 18/11/2021. O contrato foi assinado a 06/01/2022 e a consignação ocorreu a 17/02/2022

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

NA

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.



Ao Conselho de Administração da
SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2023

Introdução

Procedemos ao exame da Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (adiante designada por Entidade) respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2023, que compreende a Demonstração da Posição Financeira previsional para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2023 com um total de 237.408 milhares de euros, a Demonstração dos resultados por naturezas previsional com um resultado líquido de 2.426 milhares de euros no final daquele exercício, a Demonstração dos fluxos de caixa previsional bem como o Plano de investimentos para o exercício de 2023 com um total de 10.852 milhares de euros, incluindo os pressupostos em que se baseou, os quais se encontram descritos no Plano de Atividades e Orçamento. Esta informação financeira foi preparada para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2023 (Informação Financeira Prospetiva) com base em pressupostos completos e coerentes e de acordo com as instruções emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) associadas do Despacho nº 252/2022 - SET, (ii) a sua apresentação de forma consistente com as políticas contabilísticas e critérios adotados no Relatório e contas anual, (iii) a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento com base nos termos e requisitos da legislação aplicável e (iv) a implementação e manutenção de um sistema de informação apropriado. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre tal informação com base no exame efetuado.

Âmbito

O nosso exame foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3400 "O Exame da Informação Financeira Prospetiva", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e, consequentemente, inclui os procedimentos que tivemos por necessários para avaliar os pressupostos usados e a preparação e a apresentação da informação financeira prospetiva.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



Parecer

Baseados no nosso exame dos suportes dos pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para a preparação da Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento da Entidade. Em nossa opinião, a Informação Financeira Prospetiva foi devidamente preparada com base nos pressupostos e apresentada numa base consistente com as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade.

Sem afetar o nosso parecer incluído no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações relativas ao presente Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2023:

- (i) foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 22 de dezembro de 2022, mas ainda será objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de atividades e orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo;
- (ii) a Entidade estima para o exercício de 2023 um conjunto de impactos excecionais, designadamente os decorrentes da crise geopolítica internacional, com efeito orçamental significativo. No Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade propõe que os referidos impactos sejam deduzidos do cálculo do rácio de Eficiência Operacional, conforme exigido no Despacho nº 252/2022 – SET;
- (iii) a Entidade estima um crescimento do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais. Nos pontos 8 e 9 do Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade fundamenta os motivos para que um conjunto de gastos com pessoal e gastos com fornecimentos e serviços externos sejam ajustados e/ou considerados excecionais, pelo que o cumprimento da referência de Eficiência operacional do Despacho nº 252/2022 - SET encontra-se dependente da autorização que vier a ser dada sobre os referidos pedidos de excecionamento;
- (iv) a Entidade estima um aumento percentual dos fornecimentos e serviços externos superior ao aumento do volume de negócios. No ponto 8.1 do Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade fundamenta os motivos para que um conjunto de gastos com fornecimentos e serviços externos sejam ajustados e/ou considerados excecionais, pelo que o cumprimento da orientação do Despacho nº 252/2022 - SET encontra-se dependente da autorização que vier a ser dada sobre os referidos pedidos de excecionamento;
- (v) a Entidade estima um aumento dos gastos com pessoal, excluindo os encargos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, bem como do efeito do absentismo. Nos pontos 9, 10 e 11 do Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade fundamenta os motivos para que um conjunto de gastos com pessoal sejam ajustados e/ou considerados

excecionais, pelo que o cumprimento da orientação do Despacho nº 252/2022 - SET encontra-se dependente da autorização que vier a ser dada sobre os referidos pedidos de excecionamento;

- (vi) a Entidade estima um aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria. Nos pontos 8.2.12 e 8.2.13 do Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade fundamenta os motivos para que estes gastos sejam ajustados e/ou considerados excecionais, pelo que o cumprimento da orientação do Despacho nº 252/2022 - SET encontra-se dependente da autorização que vier a ser dada sobre os referidos pedidos de excecionamento.
- (vii) no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, a Entidade estima para o exercício de 2023 um prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) de 45 dias, não atingindo o preconizado na RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, nomeadamente quanto à redução de 15% face ao PMP do exercício de 2022. No ponto 8.3 do Plano de Atividades e Orçamento a Administração apresenta a respetiva justificação;
- (viii) a Entidade estima que existam investimentos a realizar, decorrentes do plano com expressão material no Grupo Águas de Portugal, bem como da integração do património do Município de Setúbal, com o consequente efeito no cálculo da variação do endividamento. Conforme referido no ponto 5.5 do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2023, os referidos investimentos ainda não foram submetidos à aprovação do Concedente nos termos dos respetivos contratos.

Restrição na distribuição e uso

Este parecer é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo da Introdução, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

29 de dezembro de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.
SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2023

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 (PAO 2023) da SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), em versão aprovada pelo Conselho de Administração, em 22 de dezembro de 2022.

O PAO 2023, cuja preparação e apresentação são da responsabilidade do Conselho de administração da SIMARSUL, compreende um Plano de Atividades, um Plano de Investimento/financiamento plurianual, as correspondentes demonstrações financeiras previsionais (a demonstração da posição financeira previsional, demonstração dos resultados por natureza previsional e demonstração dos fluxos de caixa previsional), bem como, a análise do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado.

Na elaboração do presente Parecer, além do conteúdo do PAO para o triénio 2023-2025, elaborado pelo Conselho de Administração, tomámos em consideração:

- Orientações emanadas pela Entidade Reguladora e pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
- Instrumentos Previsionais de Gestão para 2023 (Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto);
- Lei do Orçamento de Estado para 2022 (Lei nº 12/2022, de 27 de junho);
- Decreto-Lei de execução Orçamental para 2022;
- Esclarecimentos prestados pelos órgãos da Comissão Executiva e pelos seus serviços administrativos.

Tomámos também em consideração o Parecer do Revisor Oficial de Contas, datado de 29 de dezembro de 2022, sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2023 e obtivemos deste todas as informações necessárias para o exercício das tarefas de fiscalização.

2. LIMITAÇÃO

Esta versão do PAO 2023, aprovada pelo Conselho de Administração, será ainda objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que, eventualmente, se não for aprovado, a sua revisão poderá vir a ser objeto de alterações.

3. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O PAO de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração, consubstancia as orientações definidas pela tutela relativamente aos Instrumentos Previsionais de Gestão e em conformidade com as orientações emanadas pela Entidade Reguladora e pela AdP para o triénio.

O exercício orçamental para 2023, bem como para 2024 e 2025 decorre das previsões do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), anexo ao Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, celebrado a 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei nº 34/2017.

Nos quadros seguintes, encontram-se as demonstrações financeiras previsionais da SIMARSUL onde se evidencia os dados do, “2022 REAL”, contas aprovadas em Assembleia Geral, “2022 PAO” aprovado, “2022 Estimativa Fecho (EF)” (melhor estimativa de fecho para 2022) e “2023 PAO”, tendo estas sido estimadas com base nos pressupostos e orientações referidas em parágrafos anteriores.

3.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

As variações dos quadros seguintes dizem respeito à comparação entre a estimativa de fecho para 2022 e os valores do PAO para 2023:

Posição Financeira Previsional	Valores em euros					
	2021 REAL	2022 PAO	2022 Estimativa Fecho (EF)	2023 PAO	Variação 2023/2022 EF Valor	%
Ativo						
Ativos não correntes	217,877,813	226,006,593	224,119,735	226,686,172	2,566,437	1.15%
Ativos intangíveis	145,667,008	152,016,251	150,746,153	151,629,882	883,729	0.59%
Ativos tangíveis	31,987	31,297	30,670	29,268	-1,402	-4.57%
Ativos sob direito de uso	99,617	467,858	83,618	546,623	463,005	553.72%
Investimentos financeiros	2,351,161	2,349,997	2,352,540	77,543	-2,274,998	-96.70%
Impostos diferidos ativos	4,451,101	4,923,434	4,735,853	5,150,497	414,644	8.76%
Desvio tarifário ativo de recuperação de custos	64,281,168	66,217,756	65,413,728	68,740,552	3,326,824	5.09%
Clientes e outros ativos não correntes	995,772		757,173	511,807	-245,366	-32.41%
Ativos correntes	15,116,529	7,559,506	12,197,769	10,721,392	(1,476,377)	-12.10%
Inventários	199,140	26,773	32,618	47,060	14,443	44.28%
Clientes	5,966,864	5,740,995	6,140,167	6,871,428	731,262	11.91%
Estado e outros entes Públicos	1,048,126	1,580,218	1,668,416	1,180,145	-488,271	-29.27%
Outros ativos correntes	1,337,921	211,420	1,513,782	1,322,658	-191,125	-12.63%
Caixa e seus equivalentes	6,564,479	100	2,842,785	1,300,100	-1,542,685	-54.27%
Total do Ativo	232,994,342	233,566,099	236,317,503	237,407,563	1,090,060	0.46%
Capital próprio e Passivo						
Capital próprio	67,845,701	68,758,155	69,752,749	72,178,465	2,425,716	3.48%
Capital social	25,000,000	25,000,000	25,000,000	25,000,000	0	0.00%
Reservas e outros ajustamentos	605,507	651,113	652,660	748,013	95,352	14.61%
Resultados transitados	41,297,125	42,163,638	42,193,041	44,004,737	1,811,696	4.29%
Resultado líquido do exercício	943,070	943,404	1,907,048	2,425,716	518,667	27.20%
Passivo	165,148,641	164,807,945	166,564,754	165,229,098	(1,335,655)	-0.80%
Passivo não corrente	156,227,528	150,400,892	155,973,561	148,222,461	(7,751,099)	-4.97%
Provisões			30,080	30,080	0	0.00%
Empréstimos	66,643,131	61,580,314	61,549,733	56,109,224	-5,440,509	-8.84%
Passivos da locação	1,554	125,484	-	96,354	96,354	0.00%
Fornecedores e outros passivos não correntes	2,997,426	2,767,923	10,572,928	10,393,283	-179,646	-1.70%
Impostos diferidos passivos	15,655,909	15,690,414	15,732,424	16,274,172	541,749	3.44%
Amortizações de investimento futuro	15,584,151	16,436,040	14,330,658	13,944,488	-386,170	-2.69%
Subsídios ao investimento	55,345,356	53,800,717	53,757,738	51,374,861	-2,382,877	-4.43%
Passivo corrente	8,921,113	14,407,053	10,591,193	17,006,637	6,415,444	60.57%
Empréstimos	5,017,313	8,263,342	6,041,452	12,938,158	6,896,706	114.16%
Passivos da locação	72,787	32,744	53,557	17,853	-35,705	-66.67%
Fornecedores	1,712,553	3,164,406	2,269,398	2,564,045	294,647	12.98%
Outros passivos correntes	1,094,631	2,232,090	823,473	705,656	-117,818	-14.31%
Estado e outros entes Públicos	1,023,828	714,472	1,403,312	780,926	-622,386	-44.35%
Total do Capital próprio e Passivo	232,994,342	233,566,100	236,317,503	237,407,563	1,090,060	0.46%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pela CA

Verifica-se uma subida não muito acentuada no ativo do balanço do PAO 2023 face à estimativa de fecho para 2022 (€1.090.060) que se deve, essencialmente, à subida do desvio tarifário ativo e à descida da rubrica de outros investimentos financeiros, no que refere ao depósito no IGCP em aplicações de excedente de tesouraria.

O aumento do passivo, quando comparamos com a estimativa do fecho, verifica-se na rubrica dos empréstimos bancários com recurso a linhas de crédito na banca comercial ou suprimentos para fazer face ao volume de investimento previsto, a realizar pela SIMARSUL.

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

Demonstração de resultados por naturezas	Valores em euros					
	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Prestação de serviços	18,409,162	18,512,795	18,560,115	28,400,138	9,840,023	53.02%
Desvio de recuperação de gastos	-160,601	1,357,053	1,132,560	3,326,824	2,194,264	193.74%
Serviços de Construção (IFRIC 12)	2,131,999	11,721,071	12,414,072	10,851,668	(1,562,404)	-12.59%
Custo das Vendas	(296,959)	(322,502)	(310,324)	(539,669)	(229,345)	73.91%
Serviços de construção (IFRIC 12)	(2,131,999)	(11,721,071)	(12,414,072)	(10,851,668)	1,562,404	-12.59%
Fornecimentos e serviços externos	(6,267,163)	(6,711,783)	(6,407,495)	(14,508,412)	(8,100,918)	126.43%
Gastos com pessoal	(3,323,972)	(4,155,435)	(3,803,524)	(4,762,749)	(959,225)	25.22%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(6,358,282)	(6,730,726)	(6,165,604)	(9,120,165)	(2,954,560)	47.92%
Provisões e Reversões do Exercício			(30,080)		30,080	-100.00%
Perdas por imparidade e reversões			(1,006)		1,006	-100.00%
Subsídios ao investimento	1,864,727	1,704,631	1,724,643	2,309,312	584,669	33.90%
Outros gastos operacionais	(147,095)	(161,460)	(176,852)	(207,216)	(30,364)	17.17%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	137,286	81,686	158,268	183,964	25,696	16.24%
Resultados operacionais	3,857,102	3,574,259	4,680,701	5,082,028	401,327	8.57%
Gastos financeiros	(2,661,128)	(2,497,029)	(2,214,341)	(2,032,371)	181,970	-8.22%
Rendimentos financeiros	194,617	196,041	218,663	124,498	(94,164)	-43.06%
Resultados financeiros	(2,466,511)	(2,300,988)	(1,995,678)	(1,907,873)	87,806	-4.40%
Resultados antes de impostos	1,390,591	1,273,271	2,685,022	3,174,155	489,133	18.22%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(797,608)	(699,397)	(986,211)	(621,335)	364,876	-37.00%
Impostos diferidos	350,088	369,530	208,237	(127,104)	(335,342)	-161.04%
Resultado líquido do exercício	943,070	943,404	1,907,048	2,425,716	518,667	27.20%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pela CA

A previsão do resultado líquido do orçamento para 2023 sobe 27.20 % quando comparado com a estimativa de fecho de 2022 e também aumenta em relação ao previsto no PAO 2022.

Importa referir que para 2023, o aumento acentuado prevista das vendas (53%), deve-se à subida do caudal pela integração do município de Setúbal e à atualização da tarifa aplicada, em linha com o previsto no EVEF anexo ao contrato de concessão. Este crescimento, está muito acima da taxa de crescimento nominal do PIB do ano (2.7%), previsto no despacho n.º 252/2022 do SET.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAIS

Posição Financeira Previsional	Valores em euros					
	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	7,733,187	6,538,758	6,777,685	8,410,534	1,632,849	24.09%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1,904,204)	(12,373,177)	(4,733,349)	(9,394,855)	(4,661,506)	98.48%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(7,110,803)	(4,217,416)	(5,766,029)	(558,365)	5,207,664	-90.32%
Variação de Caixa e seus equivalentes	(1,281,820)	(10,051,834)	(3,721,693)	(1,542,685)	2,179,008	-58.55%
Caixa e seus equivalentes no início do período	7,846,299	10,051,935	6,564,479	2,842,785	(3,721,693)	-56.69%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,564,479	100	2,842,785	1,300,100	(1,542,685)	-54.27%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pela CA

A variação dos fluxos de caixa das atividades operacionais deve-se sobretudo no seguimento da entrada do Município de Setúbal.

A variação a ocorrer nos fluxos de caixa das atividades de investimento (cerca de 4.6 milhões de euros) é em consequência do aumento do investimento previsto para 2023.

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DA DGTF

Na preparação do PAO 2023 da SIMARSUL, teve-se em consideração uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais e a promoção de um equilíbrio das contas com o objetivo de dar cumprimento às métricas de eficiência. Segundo as orientações previstas no Despacho nº 252/2022-SET, de 18 de agosto de 2022, por os anos de 2020 e 2021 terem sido atípicos, fruto de situação provocada pelo vírus SARS-Cov-2, o ano de referência para a elaboração dos planos de atividade e orçamento, em particular para as estimativas do ano de 2023, a SIMARSUL deverá ter como referência o ano de 2019 ou o ano de 2022, de acordo com o que registe maior volume de negócios e mediante condições explanadas no referido despacho. A SIMARSUL utilizou como ano de referência o ano de 2022 para elaboração do PAO 2023, pois prevê-se que o mesmo registe um volume de negócios superiores ao apurado em 2019.

a) Plano de Redução de Custos (PRC)

De acordo com as orientações previstas no Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto de 2022, o PAO 2023 deve garantir que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, seja igual ou inferior ao ano tomado como referência, ano de 2022.

PLANO REDUÇÃO DE CUSTOS	Valores em euros				
	2021	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Custo das Vendas	296,959	310,324	539,669	229,345	73.91%
Fornecimentos e serviços externos	6,267,163	6,407,495	14,508,412	8,100,918	126.43%
Gastos com pessoal (corrigidos)	3,385,631	3,511,700	3,844,467	332,767	9.48%
Total Gastos Operacionais	9,949,753	10,229,518	18,892,549	8,663,030	84.69%
Volume de Negócios	17,612,218	18,560,115	28,400,138	9,840,023	53.02%
GO / VN	56.49%	55.12%	66.52%	88.04%	20.70%

Conforme o quadro anterior e face à melhor estimativa para 2022, este PAO 2023 prevê que o peso dos gastos operacionais no volume de negócios seja superior ao verificado em 2022, não cumprindo, deste modo, o estipulado nas orientações vigentes. Contudo, a previsão para 2023 incorpora a integração plena do município de Setúbal que ocorreu em meados de dezembro de 2022. Por este motivo, a SIMARSUL fundamenta e solicita vários pedidos de autorização de exceção para 2023, conforme menciona no PAO 2023 aqui em análise.

b) Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota automóvel, estudos, pareceres, projetos e consultoria

De acordo com as orientações recebidas, os gastos com “Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota automóvel”, assim como “estudos, pareceres, projetos e consultoria”, devem manter-se ou reduzir-se face ao ano de referência.

Valores em: euros

Ajudas de Custo, Deslocações e alojamento, frota e estudos, pareceres e projetos e consultoria	2021	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Deslocações e alojamento	488	9,847	11,604	1,757	17.84%
Ajudas de Custo	217	282	0	-282	
Encargos com a frota automóvel	89,776	176,777	264,725	87,948	49.75%
Total	90,481	186,906	276,329	89,423	47.84%
Estudos, pareceres e projetos e consultoria	12,000	19,790	5,000	-14,790	-74.73%
Total	12,000	19,790	5,000	-14,790	-74.73%
	102,481	206,696	281,329	74,633	36.11%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pelo CA

Como podemos constatar no quadro acima, o PAO de 2023, apresentado pela SIMARSUL, contempla um aumento dos encargos, com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota automóvel e com estudos, pareceres, projetos e consultoria no valor de €74.633, incumprindo, deste modo, o estipulado nas orientações vigentes. Contudo, a previsão para 2023 incorpora a integração plena do município de Setúbal que ocorreu em meados de dezembro de 2022. A SIMARSUL solicita e sustenta a devida autorização para a aceitação das exceções para estes gastos.

c) Evolução de Recursos Humanos

De acordo com as orientações vigentes, quer da tutela quer das aplicáveis ao setor empresarial do Estado, os gastos com o pessoal não devem ser superiores aos valores do ano de referência 2022.

Valores em euros

Evolução dos Recursos Humanos	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho	PAO	Valor	%
Gastos totais com Pessoal	3,323,972	4,155,435	3,803,524	4,762,749	959,225	25.22%
Número total de RH (inclui órgãos sociais e pessoal)	111	119	122	130	8	6.56%
Total Gastos de Pessoal	3,323,972	4,155,435	3,803,524	4,762,749	959,225	25.22%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pelo CA

No orçamento para 2023, verifica-se um aumento dos gastos com o pessoal, face a 2022 em 25,22%, uma parte através do aumento de 8 trabalhadores, não estando de acordo com o solicitado nas orientações vigentes.

Conforme referido no relatório elaborado pela Administração da SIMARSUL solicita o pedido de autorização para incorrer nestes custos, e no aumento do n.º de trabalhadores, por diversas formas, conforme aí mencionado e a acrescer o facto da previsão para 2023 incorporar a integração plena do município de Setúbal que ocorreu em meados de dezembro de 2022.

5. PLANO DE INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

Plano de Investimento

O investimento para 2023 é justificado pelas obrigações contratuais que a SIMARSUL assumiu no âmbito do contrato de concessão, bem como pela necessidade de assegurar a qualidade do serviço público prestado e deverá atingir cerca de 10.852milhares de euros, bastante acima do valor da melhor estimativa de fecho para 2022, assim como o real de 2021. O quadro seguinte evidencia os valores ao longo dos anos, assim como o previsto para 2023:

Investimento em Capital Fixo	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
<i>Unidade: euros</i>						
Edifícios e Outras Construções	983,089	7,232,677	1,878,552	7,094,972	5,216,420	277.68%
Equipamento Básico	1,221,741	3,394,913	2,259,125	2,613,310	354,185	15.68%
Outros	-72,830	1,093,480	539,152	1,143,385	604,233	112.07%
Investimento	2,132,000	11,721,070	4,676,829	10,851,667	6,174,838	132.03%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pelo CA

A variação significativa evidenciada no quadro acima, deve-se ao atraso no lançamento e arranque de algumas empreitadas resultantes de procedimentos concursais, contratação de projetos de execução e de empreitadas, que ficaram desertos e fatores decorrentes da conjuntura atual do mercado, obrigando a reprogramação do plano de empreitadas para o ano de 2023, por forma a assegurar o cumprimento do plano de investimento previsto para o quinquénio, recuperando desta forma o atraso verificado.

Em 2023, a SIMARSUL não apresenta quaisquer investimentos considerados relevantes ou com expressão material, o que significa que a empresa não apresenta investimentos previstos para qualquer ano do triénio que sejam iguais ou superiores a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa em qualquer ano, conforme os cálculos apresentados no ponto 5.5 do PAO 2023.

Fontes de financiamento

Relativamente às fontes de financiamento e de acordo com a informação apresentada no PAO no ponto 5.6, prevê-se que o investimento a realizar seja suportado por autofinanciamento, comparticipação de fundos comunitários e também, recurso à banca comercial para suprir necessidades de tesouraria, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Fontes de Financiamento	Valores em euros					
	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Passivos não Correntes	121,988,487	115,381,031	115,307,470	107,484,084	-7,749,821	-6.78%
Empréstimos	66,643,131	61,580,314	61,549,733	56,109,224	-5,440,509	-8.84%
BEI	66,643,131	61,580,314	61,549,733	56,109,224	-5,440,509	-8.84%
Subsídios ao investimento	55,345,356	53,800,717	53,757,737	51,374,860	-2,309,312	-4.43%
Subsídios Comunitários	51,752,229	50,164,923	50,274,958	47,965,646	-2,309,312	-4.59%
Outros Subsídios	3,593,127	3,635,794	3,482,779	3,409,214	-73,565	-2.11%
Passivos Correntes	5,017,313	8,263,342	6,041,452	12,938,158	6,896,706	114.16%
Empréstimos	5,017,313	8,263,342	6,041,452	12,938,158	6,896,706	114.16%
BEI	5,017,313	5,141,000	6,041,452	6,384,022	342,570	5.67%
Banca comercial/suprimentos	0	3,122,342	0	6,554,136	6,554,136	0.00%
Total	127,005,800	123,644,373	121,348,922	120,422,242	-853,115	-0.76%

Fonte: PAO 2023 versão aprovada pelo CA

Endividamento

No que diz respeito à evolução do endividamento, o orçamento prevê um aumento do endividamento para 2023 em relação à estimativa de fecho para 2022.

O quadro seguinte mostra o endividamento bruto e líquido:

Endividamento	Valores em euros					
	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
Empréstimos não Correntes	66,643,131	61,580,314	61,549,733	56,109,224	-5,440,509	-8.84%
Empréstimos Correntes	5,017,313	8,263,342	6,041,452	12,938,158	6,896,706	114.16%
Endividamento Bruto	71,660,444	69,843,656	67,591,185	69,047,382	1,456,197	2.15%
Activos financeiros	2,322,498	2,274,998	2,274,998	0	-2,274,998	-100.00%
Caixa e Bancos	6,564,479	100	2,842,785	1,300,100	-1,542,685	-54.27%
Endividamento líquido	62,773,467	67,568,558	62,473,402	67,747,282	5,273,880	8.44%

Fonte: PAO 2023 versão aprovada pelo CA

Verifica-se o aumento de 2.15% do endividamento bruto e o aumento de 8.44% do endividamento líquido quando comparado com o ano de 2022 estimativa de fecho. O aumento deve-se aos atrasos na contratação de investimentos, o que implicou um adiamento para 2023 do recurso a linhas de crédito na banca comercial para suprir necessidades de tesouraria.

O cálculo da variação do endividamento, segundo a aplicação da fórmula dos IPG 2023, apresenta um crescimento de 1.6%, cumprindo com o aí previsto (até 2%). O quadro seguinte evidencia o cálculo da percentagem de endividamento:

Cálculo da variação do endividamento	Valor (€)
1- Financiamento remunerado para o final de 2022	67,591,185
2- Financiamento previsto remunerado do 2023	69,047,382
3- Montante previsto 2021, novos investimentos	0
4-Capital social realizado de 2021	25,000,000
5-Capital social previsto de 2022	25,000,000
% de endividamento = ((2-1)+(5-4)-3)/(1+4)	1.57%

Prazo médio de pagamentos (PMP)

No que se refere ao prazo médio de pagamentos, o quadro seguinte evidencia a evolução ao longo dos diversos períodos:

Prazo Médio de Pagamento	Valores em euros					
	2021	2022	2022	2023	Variação 2023/2022 EF	
	REAL	PAO	Estimativa Fecho (EF)	PAO	Valor	%
PMP(dias)	37	50	49	45	-4	-8.2%

Fonte: PAO 2023-versão aprovada pelo CA

Verifica-se uma diminuição no número de dias face a 2022, passando de 49 para 45 dias. Para os anos de 2024 e 2025 verifica-se um acréscimo, devido ao crescimento do investimento programado para esses anos.

A SIMARSUL não está a cumprir com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, no que se refere à redução do número de dias aí prevista. No entanto, apesar desta situação, assegura o cumprimento dos pagamentos atempados de todas as faturas recebidas, nos termos das regras da contratação pública.

Assim, a SIMARSUL, solicita autorização para incumprir com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, no que se refere à redução do número de dias aí previsto.

6. PARECER

O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 da SIMARSUL, na versão aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2022 e submetido a Parecer deste Conselho Fiscal, o qual inclui um ativo, capital próprio e resultado líquido do exercício, respetivamente, de 237.407.563 euros, 72.178.465 euros e 2.425.716 euros, não vai ao encontro do disposto Despacho n.º 682/2022-SET, de 29 de julho de 2022, tendo a Administração feito os diversos pedidos de autorização de exceção, com as devidas justificações, a partir do capítulo VII do PAO 2023 aqui em análise.

Este Conselho Fiscal é da opinião que, mesmo com todos os pedidos de autorização de exceção, o PAO 2023 aqui apresentado, está em condições de merecer a aprovação pelas respetivas tutelas, sectorial e financeira.

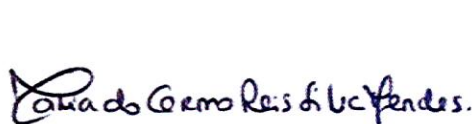
Chamamos a vossa atenção à limitação colocada no ponto 2 deste parecer, onde se refere que esta versão do PAO 2023, será ainda objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que, se não for aprovada, a sua revisão poderá, eventualmente, conter algumas alterações.

Recomenda-se ao órgão de administração que na execução do documento em apreço, seja diligenciado o cumprimento da legislação em vigor, observando, simultaneamente, as orientações proferidas pelos acionistas.

Finalmente, devemos, contudo, advertir que se os acontecimentos futuros não ocorrerem da forma esperada, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos nesta Informação Financeira Prospetiva e as variações poderão ser ou não materialmente relevantes.

Seixal, 29 de dezembro de 2022

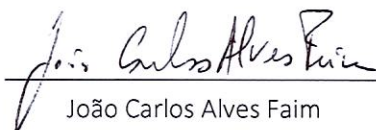
O Conselho Fiscal



Maria do Carmo Reis Silva Mendes
(Presidente)



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho
(Vogal)



João Carlos Alves Faim
(Vogal)